

PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da FASE • Ano 30 • Setembro/Novembro de 2003 • Nº 98 • Preço: R\$ 10,00

Governo Lula: entre a oportunidade e o risco para um projeto nacional solidário

Pedro C. Cunha Bocayuva

¿Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo?

José Luis Coraggio

O Portal Rede Solidária

Euclides André Mance

Fóruns

Sandra Mayrink Veiga

Economia Solidária, condições de vida, dignidade e autonomia

Daniel T. Rech

Comércio Justo: entre a solidariedade e a utopia

Rosemary Gomes

Economia Solidária e Autogestão

Luigi Verardo

O Consumo Solidário na perspectiva da estruturação de Redes

Jandir Pauli



Economia Solidária e Autogestão II

Conselho Deliberativo

Presidente

Leilah Landim Assumpção

Vice Presidente

Márcia Pereira Leite

1ª Secretário

Revdo. Paulo Pena Schutz

2ª Secretário

Luis Carlos Delorme Prado

3º Secretário

Décio Lima de Castro

Suplentes:

Leila Linhares

Liszt Benjamin Vieira

Neide Esterci

Regina Leite Garcia

Virgínia Fontes

Conselho Fiscal

Jorge Vicente Muñoz

Carlos Bernardo Vainer

Ricardo Gouveia Corrêa

Suplente

José Moreira Bartholo

Associados Efetivos

Alexandre Sgrecia * Ana Clara Torres

Ribeiro * Braulio Rodrigues da Silva *

Cândido Grzybovski * Ênio Candotti

* Fernanda Carísio * José Ricardo

Peret * José Sérgio Leite Lopes * Luiz

Eduardo Soares * Luiz Gonzaga Ulhoa

Tenório * Maria Lúcia Karam *

Marinete Valentim * Otávio Guilherme

Cardoso Alves Velho * Oflíia Silva Leite

* Renato Maluf * Sérgio Góes de Paula

* Silvio Caccia Bava * Uri Gomes

Machado * Wanda Engel Aduan

Representantes dos Funcionários

Matheus Otterloo

Diretor Executivo

Jorge Eduardo Saavedra Durão

Diretores de Áreas Temáticas e

Programas

Maria Emilia Lisboa Pacheco

Orlando Alves dos Santos Jr.

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

FASE- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Os objetivos permanentes da FASE

Contribuir para a construção de uma alternativa de desenvolvimento fundada na justiça social, na preservação do meio ambiente e na ampliação da cidadania. Apoiar, com uma visão e atuação própria, através de ações educativas e de projetos demonstrativos, a constituição, o fortalecimento e a articulação de sujeitos coletivos do desenvolvimento

Os objetivos do Plano Trienal 2002-2004

Campos estratégicos de atuação

- Construção de um novo projeto de desenvolvimento
- O enfoque inovador da sustentabilidade
- O fortalecimento dos atores sociais e coletivos
- O fortalecimento institucional e o desenvolvimento organizacional

Objetivos gerais

- elaborar e difundir modelos replicáveis de desenvolvimento integrado e sustentável, a partir de experiências implementadas e projetos demonstrativos.

- implementar a agenda nacional da FASE, baseada no enfoque da luta contra as desigualdades, contribuindo para a consolidação de uma plataforma nacional de Direitos econômicos Sociais e Culturais.

- propiciar a efetivação de Direitos Econômicos Sociais e Culturais junto aos grupos beneficiários do trabalho da FASE através da intervenção dos seus programas nacionais e regionais.

- coordenar iniciativas de caráter nacional e regional, tais como campanhas encontros e articulações, que contribuam para o fortalecimento dos sujeitos coletivos e de seus fóruns e redes, na perspectiva da ampliação da participação da cidadania na gestão das políticas públicas e da democratização da sociedade brasileira

- elaborar e divulgar teses próprias, para o debate relançado pela ABONG junto à sociedade civil brasileira acerca do papel próprio das ONG's e do marco legal de regulamentação das organizações sem ter alcançado uma intervenção articulada em torno da ABONG, enquanto campo de organizações sociais comprometidas com a promoção da cidadania, da democracia e da justiça social;

- alcançar uma intervenção articulada em torno dos temas do desenvolvimento, das desigualdades sociais e da pobreza na América Latina, através da constituição de parcerias – em especial no campo da Associação Latino-americana de Organizações de Promoção Social, ALOP;

- viabilizar um novo *mix* de sustentação financeira, já iniciado no quadriênio anterior, ampliando a base de legitimação da FASE na sociedade brasileira, em especial junto a setores médios da população e formadores de opinião.

Editorial	5
Governo Lula: entre a oportunidade e o risco para um projeto nacional solidário	
<i>Pedro Cláudio Cunha Bocayuva</i>	6
¿Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo?	
<i>José Luis Coraggio</i>	12
O Portal Rede Solidária	
<i>Euclides André Mance</i>	20
Fóruns	
<i>Sandra Mayrink Veiga</i>	28
Economia Solidária, condições de vida, dignidade e autonomia	
<i>Daniel T. Rech</i>	36
Comércio Justo: entre a solidariedade e a utopia	
<i>Rosemary Gomes</i>	46
Economia Solidária e Autogestão	
<i>Luigi Verardo</i>	56
O Consumo Solidário na perspectiva da estruturação de Redes	
<i>Jandir Pauli</i>	62

SUMÁRIO

FASE Nacional

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel.:(021) 2286-1441
Fax.:(021) 2286-1209

FASE-RIO

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel: (021) 2286-1441
Fax: (021) 2286-1209

FASE-VITÓRIA

Rua Graciano Neves, 377/2º pav.
29015-330, Vitória-ES
Tel. (027) 3322-6330
Fax: (027) 3223-7436

FASE-RECIFE

Rua Viscondessa do
Livramento, 168 Derbi
52010-060, Recife-PE
Tel/Fax: (081) 3221-5478

FASE-BELÉM

Rua Bernal do Couto, 1329,
Umarizal
66055-080, Belém - PA
Tel.:(091) 242-0318
Fax.:(091) 241-5310

Projeto Gurupá

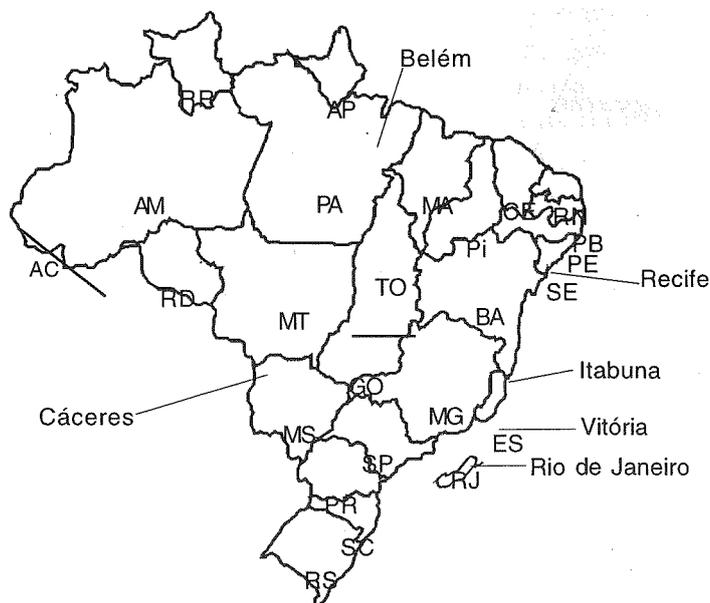
Travessa Quintino
Bocayuva, 1259 Nazaré
66053-240 Belém - PA
Tel./Fax: (091) 242-6379

FASE-CÁCERES

Rua 06 Qd. 03, casa 18
Monte Verde,
78200-000 Cáceres - MT
Caixa Postal 10
Tel.:(065) 223-4615

FASE-ITABUNA

Rua Rio Branco, 93
Califórnia,
45600-000 Itabuna - BA
Tel: (073) 613-9129
Fax: (073) 613-9076

**Proposta**

Nº 98 – Setembro/Novembro de 2003

Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial

Ana Clara Torres Ribeiro
Grazia de Grazia
Haroldo Baptista de Abreu
Jean-Pierre Leroy
João Ricardo Dornelles
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Leandro Valarelli
Luis César de Queiroz Ribeiro
Márcia Leite
Maria Emília Lisboa Pacheco
Orlando dos Santos Junior
Paulo Gonzaga
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva
Ricardo Salles
Rosemary Gomes
Sandra Mayrink Veiga
Virgínia Fontes
Regina Leite Garcia

Editora Responsável

Sandra Mayrink Veiga

Organização do Nº 98

Sandra Mayrink Veiga e Cunha Bocayuva

Assistente de Publicações

Silvia Helena Brandão

Fotos

Setor de documentação Anteag

Projeto gráfico/editoração diagramação e capa

Pedro Veiga

Ilustração

Marta Strauch

Ilustração da Capa

Candido Portinari, Paz/1955, desenho a grafite, crayon, sanguinea e lápis de cor/papel 51 X 36,5 cm. Campanha O Brasil Tem Fome de Direitos FASE/Projeto Portinari

Informações e Vendas

Setor de Publicações

Rua das Palmeiras, 90 Botafogo, 22270-070,
Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (021) 22861441/ Fax: (021) 22861209

E-mail sbrandao@fase.org.br

www.fase.org.br

Todas as opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Dando seguimento, agora com este segundo número de **Proposta** sobre Economia Solidária e Autogestão, ao debate sobre esta nova maneira de organização do trabalho a revista **Proposta** espera contribuir para esse seguimento tão relevante para o projeto de um desenvolvimento sustentável para o Brasil e apaixonar os nossos leitores com essa perspectiva.

No artigo *Governo Lula: entre a oportunidade e o risco para um projeto nacional solidário*, Cunca Bocayuva nos fala que a força e a fraqueza do processo democrático brasileiro radicam na ambivalência das alianças, tanto das necessárias para a vitória quanto face às necessárias para a realização de uma política de mudanças do governo atual e segue fazendo uma análise da conjuntura vigente.

José Luis Coraggio avança na sua elaboração e escreve sobre o que significa passar da economia popular para a economia do trabalho. Euclides Mance resgata a história, os objetivos e ações que desembocaram na organização e desenvolvimento do Portal Rede Solidária. Sandra Mayrink Veiga trás a discussão sobre os vários tipos de *Fóruns*, seus objetivos, constituição, sobre a participação das entidades, sobre a comunicação interna e externa de um fórum e a fundação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Em *Economia Solidária, condições de vida, dignidade e autonomia* Daniel Rech debate sobre o grande desafio da economia solidária de tentar combinar desenvolvimento econômico para todos e cada um que se envolve na iniciativa, com solidariedade social entre si, mas também com a comunidade em que se insere o empreendimento e com toda a humanidade, em especial as populações pobres.

Rosemary Gomes nos introduz ao Comércio Justo, sua definição, origens e princípios. Tira as dúvidas mais comuns sobre a estrutura do sistema internacional de comércio justo e nos fala do FACES – Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário do Brasil.

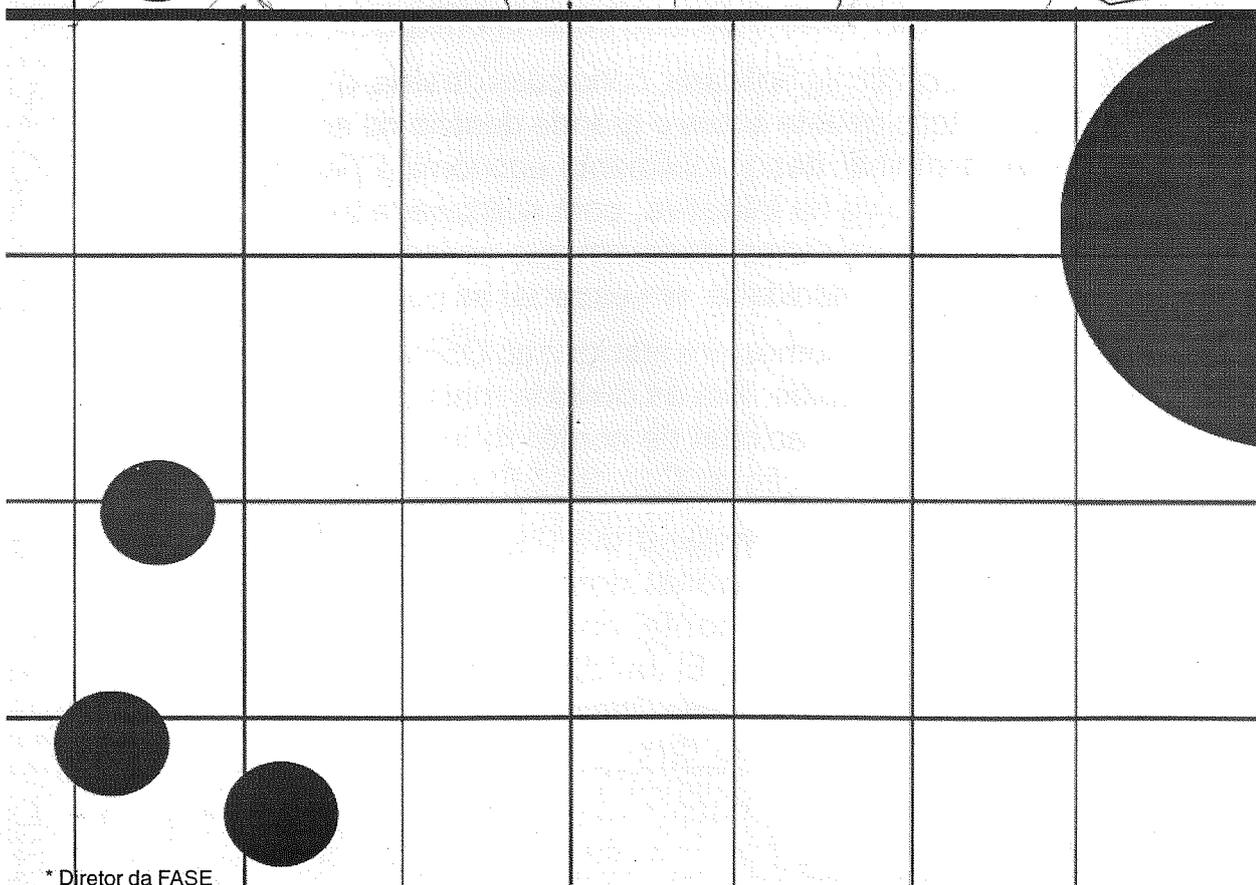
Economia solidária e autogestão é o artigo de Luigi Verardo que relata a experiência da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão – ANTEAG que conta com 5.740 trabalhadores em 164 empreendimentos autogeridos. E Jandir Pauli analisa a experiência de organização de consumidores em uma Cooperativa de Consumo Crítico Solidário e Coletivo de Passo Fundo (Rio Grande do Sul) à luz da perspectiva de estruturação de redes.

Governo Lula: entre a oportunidade e o risco para um projeto nacional solidário

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva*

6

UN



* Diretor da FASE

Cenário político

A vitória de Lula abriu um cenário favorável para um aprofundamento de mudanças políticas e institucionais no Brasil a partir de algumas prioridades e consensos nacionais estabelecidos ao longo do processo eleitoral de 2002:

1. o da prioridade no combate à fome;
2. o da manutenção do compromisso com a estabilidade macroeconômica e do cumprimento dos contratos internacionais;
3. a realização de reformas como a tributária e a da previdência social;
4. a ampliação dos mecanismos de consulta como método para a construção de um novo pacto nacional para o desenvolvimento;
5. o fortalecimento do multilateralismo nas relações internacionais, ampliando a autonomia política nas negociações dos acordos comerciais, ao lado de uma ênfase na ampliação das exportações.

O processo político brasileiro é o resultado contraditório dos acúmulos das lutas democráticas combinado com o desgaste das políticas neoliberais, ao lado da crescente consciência da necessidade de mudar o bloco de forças e a elite política no poder. O que resultou numa vontade de mudança que se materializou no crescimento eleitoral do PT e no fortalecimento da liderança de Lula. O caráter gradualista e cauteloso da proposta do PT permitiu a obtenção dos votos do "centro", o que se combinou com uma retomada da atividade política por muitos setores até então descrentes com as possibilidades de uma mudança.

Apesar das dificuldades recentes dos movimentos populares, sociais e sindicais, o processo eleitoral serviu para trazer uma reanimação da esperança da viabilização de um programa de mudanças no Brasil. O horizonte de propostas aprovadas pela grande maioria dos eleitores está formulado a partir das tarefas democráticas e sociais que a esquerda e a centro-esquerda precisam realizar.

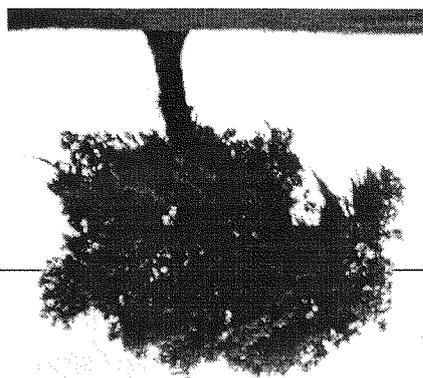
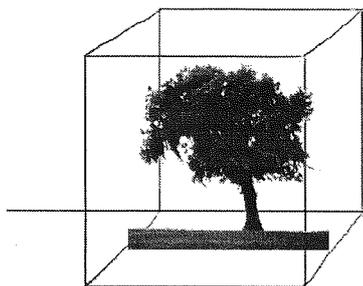
A força e a fraqueza do processo democrático brasileiro radicam na ambivalência das alianças tanto das necessárias para a vitória, quanto face às necessárias para a realização de uma política de mudanças. O dilema da

opção pela estabilidade face ao problema da mudança exigida se tornou mais claro ao longo da montagem e funcionamento do governo nos seus 100 primeiros dias, quando passou a sofrer os primeiros questionamentos mais consistentes. O corte orçamentário linear atingiu em cheio as áreas sociais, a aplicação de um aumento do *superavit* fiscal restringiu ainda mais as margens do gasto público. O caráter acanhado e tecnocrático das medidas contra a fome, as oscilações nas propostas, a falta de organicidade nas ações coordenadas de governo ao lado da manutenção das diretrizes gerais dos acordos e compromissos com o FMI e o BIRD bloqueiam a iniciativa estratégica e arrancam a imagem com o risco de reversão da expectativa de que o governo venha a cumprir suas metas de mudança.

O espaço aberto no governo para o diálogo, o peso dos novos quadros governamentais que são lideranças reconhecidas e comprometidas com a luta social e o aprofundamento da democracia, contrastam com as limitações das restrições orçamentárias. O contato dos atores coletivos com a máquina de governo, com a tentativa de formulação de projetos e programas, abriu uma brecha de oportunidades favoráveis para que os movimentos sociais e ONGs comecem a apresentar suas propostas de ação.

O peso das situações de emergência, a pressão da mídia e as questões de acomodação das contradições com os governos estaduais e municipais, em torno do endividamento, do repasse de recursos e da segurança pública, ilustram o quadro de questões de curto e médio prazo que colocam o governo federal em posição puramente reativa. Os riscos da frustração podem advir desse quadro se a oportunidade de redefinição estratégica dos processos e políticas públicas de governo não gerar mudanças sensíveis no primeiro ano de governo.

Cabe apressar o ritmo de cumprimento do calendário das ações e reformas, a partir dos eixos prioritários, para o cumprimento dos compromissos com a mudança social. O que depende tanto da pressão extra-institucional tradicional, a partir da organização e mobilização pública de massas, quanto da capacidade de formular as novas políticas de governo. O



laboratório das experiências autônomas do movimento social deve alimentar e ser alimentado pela mediação e com o apoio da estrutura de governo.

A densidade e a eficácia das formas de participação para a implementação das políticas estão estreitamente conectadas ao quadro onde a prioridade política de construção de esferas públicas com o fortalecimento dos conselhos de políticas governamentais, exige uma mudança na cultura e nos modos de governar construídos na escala dos desafios nacionais.

A autonomia: cooperação, conflito e solidariedade

Quais as áreas e temas que mais animam os movimentos sociais e ONGs no Brasil que podem servir de referência para uma confirmação rápida dos compromissos do governo Lula com a mudança? Como relacionar as agendas governamentais com as agendas públicas e as agendas de lutas? Como separar esse debate das plataformas e alianças dos sujeitos coletivos enquanto processo, adequando os objetivos ao quadro situacional para melhor transformar as relações de forças estabelecidas? Como manter e resgatar os acúmulos das experiências e projetos populares e situá-los na escala das possibilidades e oportunidades abertas com o novo governo? Como romper com os limites impostos pela continuidade da estabilização em moldes neoliberais com políticas de reformas sociais de

base? Como manter ativa a esperança política sem entrar em rota de colisão e ruptura com o governo? Como ampliar as alianças e parcerias com o governo sem perda da autonomia política das organizações da sociedade civil? Quais as políticas públicas onde existem possibilidades reais de avanço? Como organizar a cartografia política e monitorar as ações do novo governo mantendo a pressão e atuação sobre a agenda pública junto aos diferentes poderes do Estado, particularmente na capital federal? Como manter a unidade de ação e consolidar uma opinião pública favorável aos interesses coletivos num quadro de reformas do Estado baseadas na questão da crise fiscal?

O momento atual exige que articulemos as situações-problema colocando a perspectiva estratégica da ação dentro do plano nacional, sem perda de vista da sua conexão com os planos municipal e estadual. O enfoque territorial das políticas públicas, nas dimensões produtivas e reprodutivas da vida cotidiana das populações, e o tema da desigualdade frente ao desenvolvimento sustentável colocam um ângulo de ação para a atuação dos cidadãos e produtores. A perspectiva de promoção de direitos para uma economia de inserção social voltada para os setores excluídos e vulneráveis, na cidade e no campo, deve ser realizada tanto pelos mecanismos distributivos e de regulação pública centralizados, quanto pelas políticas de salário e renda. Mas a perspectiva de uma descentralização e diferenciação das políticas dentro das dinâmicas locais e regionais é decisiva

tanto para o combate à desigualdade urbana quanto para os problemas da desigualdade no contexto agrário.

Direito, comunidade e território

O redesenho das políticas públicas e a perspectiva do direito a um outro desenvolvimento exigem que as forças sociais se articulem nos territórios através de redes horizontais, em esferas públicas de participação, e através do desenvolvimento de práticas de mobilização com agenciamentos cooperativos dos produtores, consumidores e cidadãos nos planos da produção e da reprodução social. Trata-se de organizar o potencial de geração de trabalho e renda, de construção de novas formas de vida e de colaboração solidária, reconstruindo a dimensão de pertencimento das classes trabalhadoras e do povo na comunidade e na cidade. O que se torna uma tarefa urgente para que as capacidades substantivas das pessoas sejam construídas enquanto direitos.

A responsabilidade do Estado e a mobilização comunitária podem ser construídas no processo que amplia o sentido público da ação individual e coletiva. O que significa que as tentativas de resolução dos problemas sociais via assistência social, via microfinanças e via ações comerciais compensatórias são limitadas no seu alcance por não apostarem em uma nova sócio-productividade, e por não retomarem a ligação entre direitos e território. A articulação entre a promoção de direitos e políticas deve partir da mobilização dos atores sociais enquanto sujeitos coletivos, enquanto poder associado e resgate da lógica comunitária e da forma cooperativa e autogestionária.

O público-alvo e o sujeito dos projetos de mobilização desde a base sócio-territorial, como rede horizontal de associações em regime de cooperação, exigem uma cultura de direitos que valorize e resgate a indivisibilidade dos direitos humanos internacionais nos termos definidos pela Conferência de Viena de 1993¹.

O fortalecimento e a ampliação do marco institucional presente na dimensão jurídico-política brasileira abre espaço para o alargamento dos direitos econômicos, sociais e culturais, reconhecendo os direitos coletivos e difusos, dilatando os direitos civis e políticos, estabelecendo estatutos sócio-educativos e de reparação

de injustiças históricas com os negros, os indígenas, as mulheres e crianças. Esse potencial permanecerá letra morta se não estiver interligado na vida política e no funcionamento do Estado, atravessando as instituições sociais e o conjunto do sistema judiciário.

O trabalho de longa duração no plano cultural, deve estar combinado com o trabalho de mobilização imediata das redes, das associações e das cooperativas no plano organizativo, com a implementação de reformas e políticas distributivas.

Políticas nacionais e fome zero

Falar de combate à fome é falar de um conjunto amplo de direitos e políticas e, fundamentalmente, exige a mobilização de capacidades para a resolução ativa e produtiva do problema, na perspectiva de políticas com sustentabilidade. O avanço da agroecologia e do cooperativismo fazem parte do ambiente que deve ser desenhado para garantir o êxito da política de segurança alimentar como um resultado da defesa dos direitos sociais e comunitários enquanto dimensão produtiva e reprodutiva das ações. Assim como é preciso explorar o potencial centralizado de conquista de espaços na administração e na dimensão participativa aberta pelo novo governo no plano das políticas federais.

As organizações e os movimentos precisam ampliar as potencialidades construídas desde o âmbito das estratégias de controle e participação social, desde os empreendimentos sócio-productivos voltados para a geração de trabalho e renda através das redes, do associativismo e do cooperativismo na dimensão local, integrada e sustentável através de políticas e agenciamentos que lancem as bases para ações inovadoras.

Na dimensão política dos atores organizados é preciso apostar nas redes das redes ou na Inter-redes, bem como nas plataformas e fóruns que unificam as demandas sociais, para que estes possam ocupar os espaços de consulta e intervenção aberta na

¹ Para as questões de indivisibilidade e interdependência entre os diferentes Direitos Humanos e na sua relação com a democracia e o desenvolvimento vide a Declaração e Plano de Ação da Conferência de Direitos Humanos da ONU (Viena, 1993) que se encontra no sítio www.dhnet.org.br

presente conjuntura. A partir das questões postas pelo Programa Fome Zero nos termos mais amplos, apresentados durante a campanha eleitoral e, atualmente, na mobilização pela realização da nova Conferência Nacional da Segurança Alimentar é necessário o acordo para ações que combinem a segurança alimentar com a visão ampliada do direito à alimentação.

Os programas nacionais experimentais realizados ao longo dos últimos anos para efeito demonstrativo devem ser avaliados, tais como: os relativos à formação profissional com a CUT, os de erradicação do trabalho infantil, os do serviço civil voluntário para a juventude, os de ação afirmativa em gênero e etnia. Os programas inovadores, como o do pró-ambiente na Amazônia e o das cisternas no semi-árido nordestino, devem ser implementados na escala necessária e atendendo à demanda definida nos conselhos e fóruns representativos.

Uma esperança chamada Brasil

O Brasil é um campeão mundial das desigualdades, com mais de 40 milhões de miseráveis, o que representa um grande risco para a democracia, por força das tendências desagregadoras da precarização e da informalização do trabalho, do narcotráfico e do crime organizado. O populismo e o clientelismo enquanto processos sociais, políticos, econômicos e culturais colocam em risco o futuro da sociedade.

O quadro internacional após os atentados de 11 de setembro nos EUA, a Guerra do Iraque, a debilidade do sistema ONU, são sintomas e acontecimentos da crise orgânica do sistema internacional marcado pelas polarizações e a desigualdade dentro dos países e entre os países. Nesse cenário a semi-periferia brasileira é diferenciada quanto às potencialidades políticas e econômicas para a mudança social alternativa por força da presença do bloco social e político do campo democrático e popular que se constituiu desde o início dos anos 80. O movimento de forças organizadas na sociedade civil e na sociedade política brasileira emerge como um projeto interno plural e diferenciado. Também se projeta no imaginário de inúmeras forças sociais no sub-

continente sul-americano e até mesmo para países da Europa Ocidental e da África, como uma esperança de resgate da dignidade da política para a elaboração de projetos emancipatórios no contexto mundial do pós-Guerra Fria.

A ampliação, o aprofundamento e a radicalização da democracia no Brasil se traduziram num evento internacional que sugere reflexões significativas para as forças avançadas atuantes no campo da cooperação internacional. Ao resgatar o sentido normativo e os planos de ação definidos pelas forças sociais e movimentos presentes no ciclo social das conferências das Nações Unidas, a cooperação internacional deve fortalecer o processo de mobilização e de encontros internacionais na perspectiva inaugurada pelo Fórum Social Mundial, que já está caminhando para a sua quarta versão, agora na Índia. Isso se relaciona diretamente com a necessidade de encontrar suportes práticos e êxitos que possam fortalecer as lutas por alternativas de desenvolvimento no debate mundial, com base na luta nacional, em uma linguagem que cruze problemas e contextos semelhantes aos do Norte e tão dramáticos quanto os dos países do Sul e do Leste.

No quadro de guerra imperial e de conflitos nacionais e étnicos agravados, no vazio de lideranças e desencanto com a política, as lideranças e as forças sociais brasileiras experimentam um processo político marcado pela esperança. É preciso confirmar entre as lideranças políticas e comunitárias de outros países se essa imagem do Brasil problema e do Brasil esperança, é tão forte quanto nos parece.

A resposta para essa questão define o alcance potencial e simbólico que relaciona o nacional e o internacional referido ao Brasil como um campo de provas. Como um espaço de alavancagem do debate internacional sobre alternativas de desenvolvimento para uma outra forma de globalização. A química brasileira entre mobilização social e dinâmica política precisa se traduzir em experiências consistentes, sob pena de uma derrota com impactos que transcenderiam as hossas fronteiras, pelo que arrastaria de perda de esperança para a realização de uma utopia possível apoiada na democracia, nos direitos e nos movimentos sociais em luta pelo desenvolvimento humano, solidário e sustentável.

ASSINE **PROPOSTA**

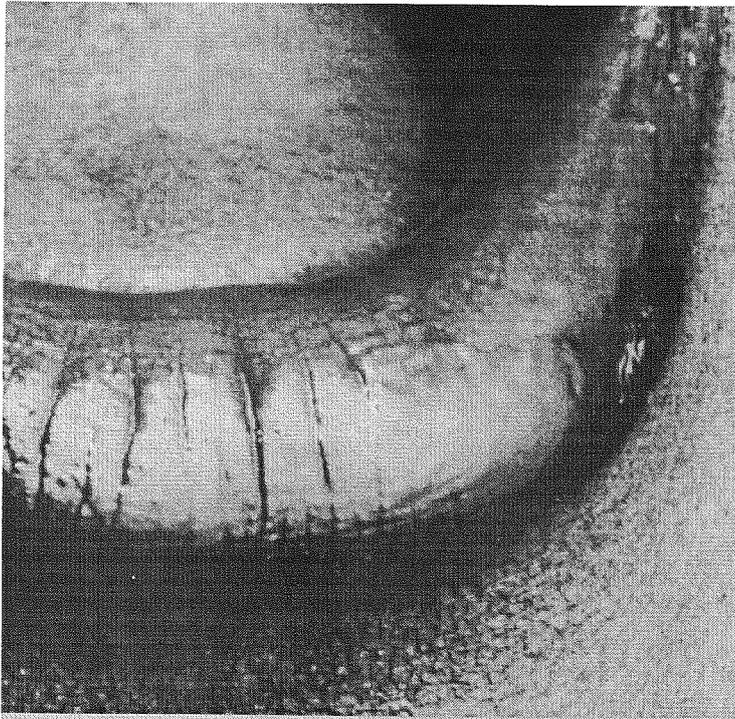


Publicada há 30 anos pela FASE, a **Proposta** é um instrumento da nossa luta contra a desigualdade e por direitos humanos fundamentais negados à maioria dos brasileiros: o direito à informação e à cultura, o direito à água, o direito à Amazônia, o direito à infância e à juventude, o direito ao trabalho e à renda e o direito ao saneamento e à cidade.

Apóie e divulgue **Proposta**.

O valor da assinatura anual (4 exemplares) é R\$32,00 pagos através de depósito no Banco Bradesco SA, agência 227-5, conta corrente 95475-6. Envie o comprovante juntamente com seus dados via fax (0xx21) 22 86 12 09 ou envie cheque nominal à FASE para Rua das Palmeiras, 90 Botafogo CEP 22270-070 Rio de Janeiro, RJ a/c Setor de Publicações.

Maiores informações sbrandao@fase.org.br ou www.fase.org.br
ou pelo telefone (0xx21) 2286 1441.



¿Qué significa pasar de la economía popular a la economía ~~del trabajo?~~

José Luis Coraggio¹



¹ Economista argentino, Investigador-Docente del Instituto del Conurbano y Director Académico de la Maestría en Economía Social de la Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS), Buenos Aires, Argentina.

¿Qué es y cómo se piensa la economía popular?²

Desde la colonización, sea en sus comarcas rurales, en sus pequeñas localidades, o en sus grandes metrópolis, América Latina viene experimentando cambios en las formas predominantes de organización de la producción y del trabajo. Aunque atravesamos una transición epocal, y de un generalizado pragmatismo inmediatista sustentado por el desencanto con nuestras propuestas de los 60s, o el paralizante pesimismo con respecto al futuro; aunque seguimos sin una visión concreta de qué sistema puede emerger de esta crisis, debemos y podemos arriesgar algunas propuestas, habida cuenta de las tendencias históricas y de la urgencia resultante de las situaciones de desencanto y de sufrimiento material que experimentan actualmente las mayorías.³

Hasta hace tres décadas, predominó un modelo de desarrollo capitalista o socialista centrado en un proceso de industrialización acompañado de la formación de un mercado interno, impulsado y regulado por el Estado, dinamizado por la inversión pública y la formación de capitales nacionales. Ese proceso fue también el de conformación de una estructura de clases nacionales, centrada en la relación contradictoria entre los trabajadores, el capital y el estado desarrollista.

Pero a partir de los 70, como consecuencia de la crisis de la economía mundial capitalista y los reacomodos estatales ocupados por el programa conservador, se vando una reorganización de las formas de trabajo, una de cuyas características fue la emergencia de un importante Sector Informal Urbano (SIU), que conceptualmente podía caracterizarse como cumpliendo, para el régimen de acumulación de capital, la función de proveer un colchón anticíclico al mercado interno periférico, o bien como una forma del "ejército industrial de reserva",⁴ pero su persistencia y crecimiento también permitía conceptualizarlo como un rasgo de la heterogeneidad estructural propia de economías no desarrolladas.⁵ Ese SIU cuentapropista, que por supuesto tenía antecedentes históricos remotos, pero que

como fenómeno masivo fue producto de la modernización capitalista, venía a sumarse, en una agregación sin otro sentido que cuantificar lo remanente del "verdadero" sistema económico (las empresas capitalistas y el trabajo asalariado), a:

- el trabajo asalariado urbano ilegalmente comprado por las empresas fuera del régimen de contrataciones laborales (trabajo en "negro")

- la producción campesina (en muchas regiones más propiamente etno-campesina) subsistente, obviamente transformada y subordinada a dinámicas mercantiles por la presencia de los terratenientes y capitalistas agrarios, y también vista como "informal" a pesar de que sus instituciones básicas de larga duración eran formas bien establecidas y previas a las del régimen de empresas capitalistas,

- el trabajo de los peones rurales y otros trabajadores en explotaciones agropecuarias, muchas veces para cumplir tareas estacionales ligadas al ciclo agrícola, el que en pocos países alcanzó un cabal reconocimiento y la regulación por el Estado.

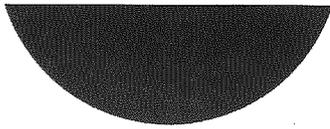
Definido por la negativa (como "no formal") en oposición a las actividades económicas empresariales o estatales, donde el trabajo asalariado y normado por el Estado desarrollista y las leyes de seguridad social eran el paradigma que se fue imponiendo por las luchas de los

² Los organizadores de este número de Proposta solicitaron lo que indica el título. Este es un intento parcial de respuesta, pero los conceptos se clarifican en relación con otros conceptos y mediante la comprensión creciente, tanto de su historia interna como de su relación con los contextos reales en que emergen y donde se insertan a través de las prácticas, favoreciendo su rectificación.

³ Ver: Marcos Arruda, "Situando a economía solidaria", en: Varios Autores, *Economía Solidaria*, Cadernos da Fundação Luis Eduardo Magalhães, Nro. 5, Salvador, 2003.

⁴ En esa visión, cuando decaían el empleo formal o los salarios reales, se pasaba a actividades de trabajo autónomo – como el caso del trabajo femenino en servicio doméstico, y cuando se entraba en un nuevo auge se volvía al empleo asalariado. Siempre había reconocido el margen de opción voluntaria (casi un comportamiento desviado) de no ser asalariado sino de trabajar por cuenta propia, de fundar una empresa familiar, rehuendo la subordinación a un patrón. Pero el estructuralismo hacía ver estos aspectos como irrelevantes para la explicación del desarrollo económico.

⁵ Ver: Pinto, A. (1970): *Naturaleza e implicaciones de la 'heterogeneidad estructural' de la América Latina*, en: CEPAL, *Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados*, vol. 1, México, D.F., Fondo de Cultura Económica, 1998; y Pinto, A. (1976): "Heterogeneidad estructural y modelo de desarrollo reciente de la América Latina", *Inflación: raíces estructurales*, México, D.F., Fondo de Cultura Económica.



trabajadores, en sus orígenes el SIU fue asociado sobre todo al conjunto de los microemprendimientos *mercantiles*⁶ - unipersonales o familiares -, caracterizados por su baja productividad, por su bajo nivel de capitalización, por su pequeño tamaño, por el peso de las relaciones familiares, por su incapacidad para cuantificar, calcular y planificar y, sobre todo, por su ilegalidad (no inscripción en los registros del Estado, no cobertura de seguros sociales, ausencia de contratos formalizados, evasión impositiva, posesión precaria de suelo o construcciones, etc.) y, como consecuencia, su dificultad para acceder al crédito bancario y su dependencia de los usureros.⁷

En las dos últimas décadas, a medida que el sector estatal se iba privatizando ante el empuje neoliberal, y se iban expulsando (con o sin indemnizaciones) o precarizando a los trabajadores públicos; mientras el sector empresarial privado era sometido a la competencia resultante de la apertura abrupta al mercado global y, como consecuencia, iba

cerrando o reestructurando sus plantas (en muchos casos pasando de ser productores a ser importadores) con una tecnología ahorradora de costos de mano de obra, millones de trabajadores asalariados urbanos o inmigrantes de zonas rurales buscaron en el trabajo por cuenta propia, y en la formación de emprendimientos familiares, un refugio contra el desempleo y la exclusión como consumidores.⁸ Las tasas de "defunción" de las microempresas recién nacidas ha sido altísima. A esto no dejaron de contribuir los mismos programas de apoyo a los microemprendimientos, concebidos todavía con una visión de la gran empresa moderna como paradigma.

El resultado fue acelerar el darwinismo para que sólo los más aptos o afortunados pudieran afianzarse como microemprendimientos autosustentables. Las condiciones del sistema jurídico-administrativo, pensado para empresas y aplicado como vigilancia y castigo (o coima) y la falta de una política eficaz para el desarrollo del trabajo autónomo (las mismas leyes de cooperativas mostraron muchas veces que su

⁶ Habiendo definido la economía como economía de mercado, sólo se contabilizaban como actividades económicas las orientadas a la producción o intermediación de bienes y servicios para el mercado. El trabajo doméstico familiar o comunitario de satisfacción directa de necesidades, u otras formas de trabajo social no mediado por el mercado eran excluidos de consideración dado el paradigma de sociedad de mercado que orientaba teorías, metodologías y políticas públicas.

⁷ Para una evaluación crítica del debate sobre la informalidad, ver: Patricio Narodowski, "La informalidad en la cadena de valor: el caso de los Plásticos de San Martín y Quilmes", (manuscrito), Buenos Aires, 2002, p. 7-47.

⁸ En América Latina: (...) "Desde 1950 hasta la actualidad el sector informal urbano de la economía no ha dejado de crecer. Si en 1950 el 24% de los trabajadores urbanos estaban en la informalidad, en 1980 este índice se había elevado al 25%, reflejo de que la industrialización en marcha no podía eliminar las bolsas de pobreza y marginalidad, que en términos absolutos crecían (en términos de porcentaje sobre la población económicamente activa, se pasaba del 10% al 16%, lo que representa una expansión del 60% en 30 años). La década de 1980 resultó especialmente dañina en ese sentido, la crisis de la deuda externa tuvo altísimos costes sociales, ya que la informalidad en el empleo urbano se alzó hasta el 31%, con su merma respectiva en el sector formal. Ver: Yáñez, César (2003), "América Latina en los noventa: los déficits del crecimiento", en Revista América Económica Internacional, junio 2003. (<http://www.americaeconomica.com/reporyanez.htm>). Entre 1990 y 2002, de cada diez empleos generados, siete han sido informales. (para la OIT, informalidad incluye a los microemprendimientos, servicio doméstico y trabajadores independientes). OIT (2002) Panorama Laboral 2002. (<http://www.oit.org.pe/spanish/260ameri/publ/panorama/2002/index.html>)

papel era más bien disuadir que promover la formación de cooperativas) pusieron obstáculos económicos y procedimentales para que estas formas de organización del trabajo pudieran ser reconocidas e incluso registradas adecuadamente (se suele estimar muy gruesamente, no censalmente, el peso en el valor de la producción nacional de este sector).

En muchos casos, los trabajadores transfirieron al microemprendimiento conocimientos y destrezas y "capital social" adquiridos en su trayectoria como trabajadores asalariados o heredado transgeneracionalmente de sus padres artesanos o campesinos. Otra fuente significativa fue la transferencia de las capacidades adquiridas por las mujeres - de fuerte presencia en este sector- durante su gestión de la economía doméstica.

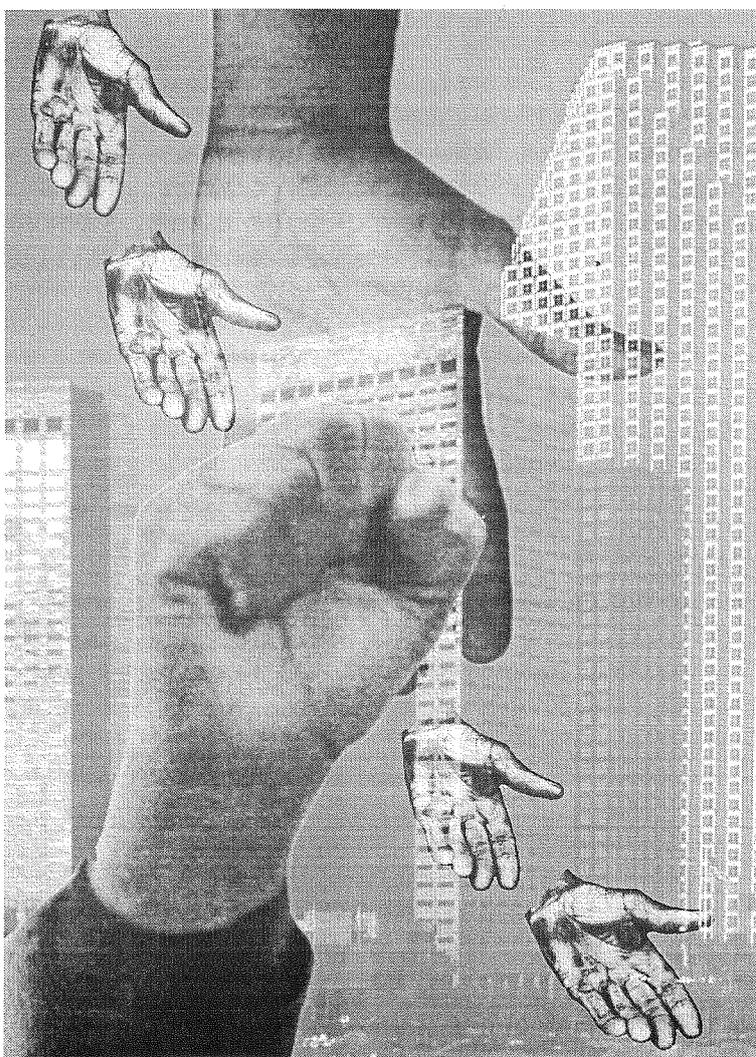
La masificación de este conglomerado magmático, compitiendo feroz y hasta mafiosamente por mercados en muchos casos derivados de las demandas de servicios de los sectores medios urbanos, contribuyó a acentuar el individualismo y a que cada vez más se repartiera el mismo mercado entre más y más emprendimientos. El empobrecimiento de los sectores medios (por un tiempo considerados como "privilegiados" hasta por la CEPAL) y la creciente reducción del sector asalariado hincharon al sector informal, bajaron los ingresos promedio y aumentaron su "tasa de mortalidad", por lo que la tasa de desempleo abierto aumentó, efecto del desaliento y la comprobación de la dificultad de sobrevivir en un mercado estrechado, altamente competitivo y sin una base de bienes públicos adecuada. Para algunas visiones, sobre todo en los 80 y 90, este sector fue denominado como la "economía popular".⁹

Paralelamente, ya desde los 80, intelectuales latinoamericanos como Luis Razeto comenzaban a plantear la posibilidad de promover una "economía popular" entendida de otra manera: no sólo se definían por la

categoría social de sus actores (definidos fundamentalmente como los pobres, los excluidos de las instituciones del trabajo asalariado formal), sino por la calidad de sus relaciones y valores (valores de solidaridad, relaciones de reciprocidad, cooperación) y por su escala organizativa, suficientemente pequeña como para que permitiera relaciones económicas interpersonales no mediadas por el mercado y la competencia, que - siguiendo la tradición marxiana- eran vistos, junto con el Estado, como fuerzas alienantes.

Esta propuesta fue valorada sobre todo en círculos de activistas cristianos de base, y tenía un fuerte componente de "conversión" de las

⁹ Ver: "Proyecto Regional para la Superación de la Pobreza/ PNUD, La economía popular en América Latina - una alternativa para el desarrollo -", PNUD, mimeo, Bogotá, julio 1991.



personas, combinando la tradición freireana de la concientización con las prácticas de las ONG dedicadas a la promoción del desarrollo de emprendimientos económicos populares.¹⁰ Sin embargo, por sus propias restricciones ideológicas, su peso fue mínimo en comparación con la masividad de la economía popular realmente existente. Versiones similares surgieron en Brasil y otros países donde las CEB tuvieron un papel destacado en la resistencia y sobrevivencia en un contexto político dictatorial.

El cooperativismo, una corriente con fuerte presencia institucional en algunos países de la región (notablemente Uruguay) languidecía por la burocratización, el anquilosamiento de sus estructuras e ideologías y el uso espúreo que muchas empresas capitalistas le dieron para contratar trabajo de manera precaria.¹¹

El contexto político ideológico

En el trasfondo estaban los ecos de la controversia acerca de si el socialismo real había sido o no una forma transfigurada de capitalismo de Estado, al imprimir a las bases materiales de la sociedad el mismo sentido productivista de desarrollo sin límite de las fuerzas productivas, liberadas ya de la traba de la propiedad privada de los medios de producción. Asimismo, la discusión sobre los límites del crecimiento cuantitativo -capitalista o socialista - ya había sido planteada. Y las propuestas de desarrollo a escala humana, de "lo pequeño es hermoso", junto con la afirmación de que "el desarrollo apesta", ya existían. En los 80 se comenzaba a hablar, desde los mismos organismos internacionales, de poner un límite a la acumulación infinita, garantizando al menos la satisfacción de las necesidades básicas de todos.

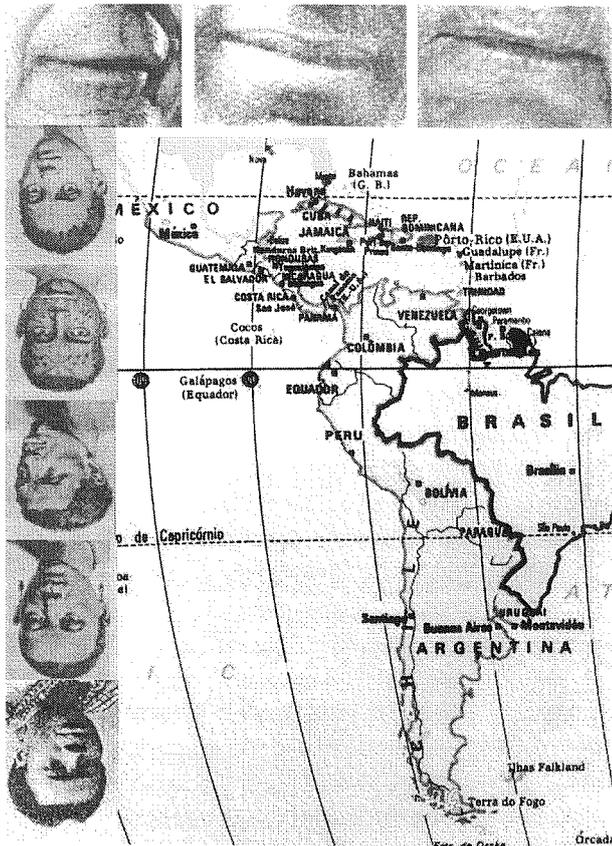
La conjunción del desencanto con el socialismo estatista, las experiencias del estado periférico en manos de dictadores apoyados por Estados Unidos, y su virulencia contra los intentos de la revolución en Libertad de la Unidad Popular en Chile o la Revolución Sandinista en Nicaragua, pueden haber contribuido a que en el imaginario popular el Estado perdiera su papel de mediador entre los conflictos sociales y de agente del desarrollo para sacar a las sociedades de un juego suma cero. El

antiestatismo del conservadurismo encontró un suelo fértil en ese imaginario popular.

En 1990 el PNUD iba a sustituir explícitamente sus banderas desarrollistas y sus metodologías planificadoras del crecimiento económico en la periferia, con el Estado puesto en el centro de la economía, por su propuesta de nuevo paradigma para el desarrollo en la periferia: el Desarrollo Humano a cargo de Estados y Organismos Internacionales asistencialistas. Había que redistribuir parte del excedente (o prestarlo) eficientemente, invirtiendo directamente en la gente, porque el derrame del crecimiento económico no se había dado ni se daría, y había que orientar las políticas públicas por indicadores "sociales" y no sólo "económicos". Sin embargo, el mejoramiento de los indicadores sociales (mortalidad infantil, escolarización, esperanza de vida al nacer, etc.) podía ser compatible con la polarización socioeconómica resultante de la retracción reguladora del Estado, y con el clientelismo político, dirigido no a revertir sino a hacer gobernable el modelo político-económico neoliberal, que integraba la periferia de manera subordinada a un gran mercado global y a un sistema dominado por Estados Unidos. El paradigma del desarrollo humano, que venía acompañado de diagnósticos certeros sobre los peligros de un proceso de globalización comandado por el capital financiero, al llegar al momento de las recomendaciones a los Estados, se reducía a una gran política compensatoria global para que los más pobres soportaran las consecuencias de la globalización. La ideología del mercado automático como segunda naturaleza ayudaba a eludir la responsabilidad del Estado ante la nueva cuestión social, una exclusión masiva de cientos de millones de latinoamericanos, y a cultivar la idea de que la "sociedad civil" podía asumir autogestionariamente el alivio de la pobreza.

¹⁰ Ver: Razeto Migliaro, Luis (1990), *Educación popular y desarrollo local*. Mimeo.

¹¹ Los problemas del cooperativismo en el contexto de una economía capitalista son de larga data: ver Paul Singer: "Economía solidaria: un modo de produção e distribuição", en: Paul Singer y André Ricardo de Souza (Org.), *A economia solidária no Brasil. Autogestão como resposta ao desemprego*, Contexto, Dao Paulo, 2000.



Hacia otras hipótesis de trabajo sobre la economía popular¹²

En 1986, a partir de la experiencia de la Revolución Sandinista en Nicaragua, comenzamos a plantear la necesidad de tener una visión alternativa de la economía popular realmente existente,¹³ que la diferenciara del SIU¹⁴ y que no tomara como base principal a las organizaciones económicas mercantiles, registradas o no por la economía oficial, solidarias o competitivas en sus relaciones, ni menos aún le sumara el trabajo asalariado ilegal. Se propuso tomar como base al conjunto de células primarias constituidas por **las unidades domésticas (UD) y sus extensiones asociativas y formas ad hoc.**

Muchas veces asociada con la familia nuclear o el hogar, definimos la UD como la organización económica característica de la economía popular – fundada sobre relaciones de parentesco, de afinidad, o étnicas, por ejemplo- que organiza recursos y capacidades

y gestiona la resolución de necesidades, y que caracterizamos por el objetivo de lograr la reproducción ampliada (en condiciones intergeneracionales siempre mejores) de la vida de sus miembros. Esta definición permite abarcar un amplio espectro social y de relaciones humanas,¹⁵ algunas de ellas no caracterizadas precisamente por su solidaridad, pero no por eso menos “populares”: relaciones patriarcales, explotación del trabajo ajeno basada en la forma del trabajo asalariado o de manera directa en diferencias de género, de edad, de raza. Pero su rasgo positivo distintivo es la existencia de un fuerte componente de relaciones de reciprocidad y de corresponsabilidad en la reproducción de la vida de sus miembros.

Debe reconocerse que las UD varían notablemente entre culturas, entre ámbitos urbanos o rurales, entre coyunturas prolongadas y a lo largo de las transformaciones históricas de su contexto.¹⁶ Sin embargo, nos propusimos “modelizar” un aspecto de esa organización económica, basado en el hecho empírico de que su principal fuerza productiva era el conjunto de capacidades de trabajo de sus integrantes. Propusimos conceptualizar el Fondo de Trabajo de la UD como el conjunto de energías, disposiciones y capacidades manuales e intelectuales para trabajar, que aportaban los miembros de una UD. Y propusimos clasificar y cuantificar los diversos usos de dicho fondo de trabajo en las siguientes categorías:

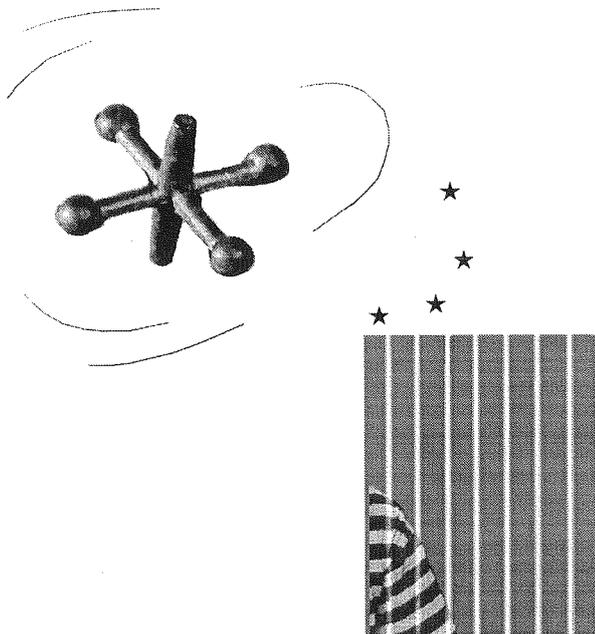
¹² Para un amplio espectro de perspectivas sobre esto, ver: Gabriel Kravchete, Francisco Lara y Beatriz Costa (Org.), *Economía dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia*, Vozes, Petropolis, 2000.

¹³ Ver: Coraggio, José Luis (1994) “Comunicación y representación popular: el caso de la Revolución Sandinista”, *Papers on Latin America*, N° 36, The Institute of Latin American and Iberian Studies, Columbia University.

¹⁴ Ver: Coraggio, José Luis (1992) “Del sector informal a la economía popular: un paso estratégico para el planteamiento de alternativas populares de desarrollo social”, En: Coraggio, J.L. y otros (1995) *Más allá de la informalidad*, Ciudad, Quito.

¹⁵ En sus trabajos, Razeto utilizaba el concepto de Organizaciones Económicas Populares (OEP) para referirse a las nuevas formas de organización asociativa para resolver problemas económicos de los sectores pobres excluidos del mercado. Ver Razeto et al, *Las Organizaciones Económicas Populares 1973-1990*, 3ra. edición, PET, Santiago, 1990.

¹⁶ Smith, Joan y Wallerstein, Immanuel (comps.) (1992) *Creating and Transforming Households. The constraint of the world-economy*, Cambridge University Press, New York.



Trabajo mercantil:¹⁷

a) por cuenta propia, productor de bienes y servicios para el mercado

b) asalariado

Trabajo de reproducción propiamente dicha:

c) de producción de bienes y servicios para el autoconsumo

d) de producción solidaria de bienes y servicios para el consumo comunitario

e) de formación y capacitación

Esta conceptualización provocaba un triple desplazamiento: a) criticaba las concepciones que veían al trabajo formal sólo como parte del sector capitalista o estatal y reducían el trabajo de la economía popular al cuentapropismo; requería ver ahora desde las UD el desarrollo de estrategias variables y combinadas de inserción en los mercados y de acción para la resolución directa de las necesidades; b) la lógica limitada de los microemprendimientos "informales", aparentemente sin racionalidad en comparación con las empresas capitalistas,¹⁸ cedía el lugar central para pensar la economía popular y la UD con su racionalidad sustantiva

de lograr la reproducción de la vida, racionalidad que no sólo se sostiene históricamente a pesar del predominio del capitalismo, sino que es condición de todo sistema económico; c) no se idealizaba a la economía popular por contraposición con la capitalista, sino que se reconocía su carácter interna y externamente contradictorio y, como conjunto socio-económico, magmático e inestructurado.¹⁹ La economía popular realmente existente, subordinada ideológica y materialmente al sistema capitalista, era vista como punto de partida que debía ser sometido a una crítica conceptual y práctica, buscando no su "mayor eficiencia" sino su superación. Esto permitía, a la vez, sentar otras bases, complementarias de las de la Economía Política,²⁰ para "disputar", el sentido de "la" economía al capital, extrapolando un sentido profundo presente en las UD, pero sobreconformado por la existencia de un contexto de explotación capitalista.

La crítica a la política social neoliberal, recubierta o no de Desarrollo Humano, llevaba a buscar alternativas sistémicas que fueran más allá de experiencias microsociales de sobrevivencia. La reproducción ampliada de la vida humana suponía un objetivo igualmente ilimitado, pero no se trataba ya meramente de cantidad (consumo de bienes y servicios), sino de calidad de vida en sociedad. Mientras la satisfacción de las necesidades "básicas" suponía drenar parte del excedente económico acumulado por el capital para atender a necesidades elementales para la sobrevivencia, la reproducción de la vida en condiciones siempre mejores plantea una competencia por los recursos y las voluntades políticas en cuanto al sentido mismo de la economía.

¹⁷ Dirigido a obtener ingreso mediante el intercambio. Recientes experiencias en Argentina mostraron la necesidad de admitir otras formas de intercambio, como el trueque (si bien su eficacia a escala supone la creación de una moneda local).

¹⁸ Al capacitador clásico le resultaba irracional que una empresa, por pequeña que fuera, pudiera confundir las identidades del empresario con la del jefe de familia y utilizar, por ejemplo, fondos de la "caja" para pagar un entierro.

¹⁹ Ver Melliasoux, Claude (1993) *Mujeres, graneros y capitales*. Editorial Siglo XX, y Sahlins, Marshall (1988), *Cultura y razón práctica. Contra el utilitarismo en la teoría antropológica*, Editorial Gedisa, Barcelona.

²⁰ Ver: José Luis Coraggio, "La Economía Social como vía para otro desarrollo social", artículo central del debate "Distintas propuestas de Economía Social" lanzado en Urbared, Red de políticas sociales urbanas, proyecto conjunto de la UNGS (Argentina) y la UNAM (México), en www.urbared.ungs.edu.ar, a ser publicado en *Pobreza Urbana y Desarrollo* (Serie FORTAL), IIED-AL, Número 1, 2003.

La construcción de un sector de economía centrada en el trabajo como proyecto político²¹

El concepto de *economía* que corresponde a esa visión es el del sistema que genera, define y distribuye recursos materiales y capacidades humanas e institucionales, de modo que se satisfagan las necesidades de todos según las definiciones, valoraciones y prioridades que democráticamente resuelvan las diversas sociedades, gestionando el sistema global, nacional, regional y local de necesidades de modo que la reproducción intergeneracional y cada vez más equitativa de la vida esté a resguardo de intereses y poderes particulares, nacionales o internacionales.

Pasamos, entonces, de una visión orientadora de la acción a nivel microsociedad para la sobrevivencia a otra de orden societal, de carácter político y no solamente ideológico. Esta visión entra en contradicción - aunque puede dialogar con ellas - con versiones del desarrollo humano que aparentemente superan el economicismo pero que en realidad se basan en reconocer la imposibilidad de cerrar la brecha del desarrollo económico desigual entre naciones y continentes, dejando apenas el asistencialismo como opción que dé respuesta al dilema de la ingobernabilidad política en presencia del capital liberado a su propio automatismo.

Se trata de partir de la realidad para transformarla y de respetar los tiempos que esa transformación requiere. Esto supone no ver la economía popular mejorada, solidaria o de los trabajadores como "la alternativa", como un sistema social nuevo cuyos integrantes viven en catacumbas, autoorganizados a través de redes sin centro, sin Estado, y esperando el fin del capitalismo. Supone diferenciar entre la economía popular realmente existente - subordinada a la cultura, valores y poderes de la sociedad y el Estado capitalistas -, y la posibilidad que contiene de devenir una economía del trabajo - por oposición a la economía del capital. Para realizarse, esa **economía del trabajo** requiere pasar de la competencia individualista por sobrevivir - desde una UD, desde un barrio o desde una localidad - a la acción asociativa en totalidades complejas para resolver mejor las necesidades democráticamente legitimadas de todos. La efectivización de esa posibilidad es inseparable del desarrollo de toda la sociedad, no puede

ser inmediata ni resultado mecánico-reactivo del huracán de la globalización,²² sino que supone una construcción política desde las bases de la sociedad y desde un Estado democratizado, navegando en la incertidumbre de la transición final del sistema-mundo dominado por el capital.

Esto requiere lineamientos estratégicos y alianzas amplias de intereses contrapuestos frontalmente a la forma global y puramente financiera del capital, cuyos gestores son responsables de las catástrofes sociales que han generado las políticas neoliberales que se iniciaron claramente en 1973 con el régimen de Pinochet y se continuaron en 1976 con la dictadura de Videla, aún antes de que Thatcher y Reagan asumieran en el Norte la representación del conservadurismo triunfante sobre el socialismo y la social democracia.

Es posible construir una economía centrada en el despliegue y desarrollo - desde lo local y lo global, mediante las iniciativas del Estado y de la Sociedad - de las capacidades del trabajo humano en sociedad, incorporando el conocimiento como fuerza productiva indisociable del trabajo y de la reproducción ampliada de la vida de todos. Esa afirmación teórico-práctica de la centralidad del trabajo marca - como derecho en sí y como condición material, junto con el respeto a los equilibrios ecológicos, para definir y ejercer todos los demás derechos humanos - un programa estratégico que puede orientar acciones y generar situaciones de aprendizaje en base a la práctica y la reflexión a diversas escalas.

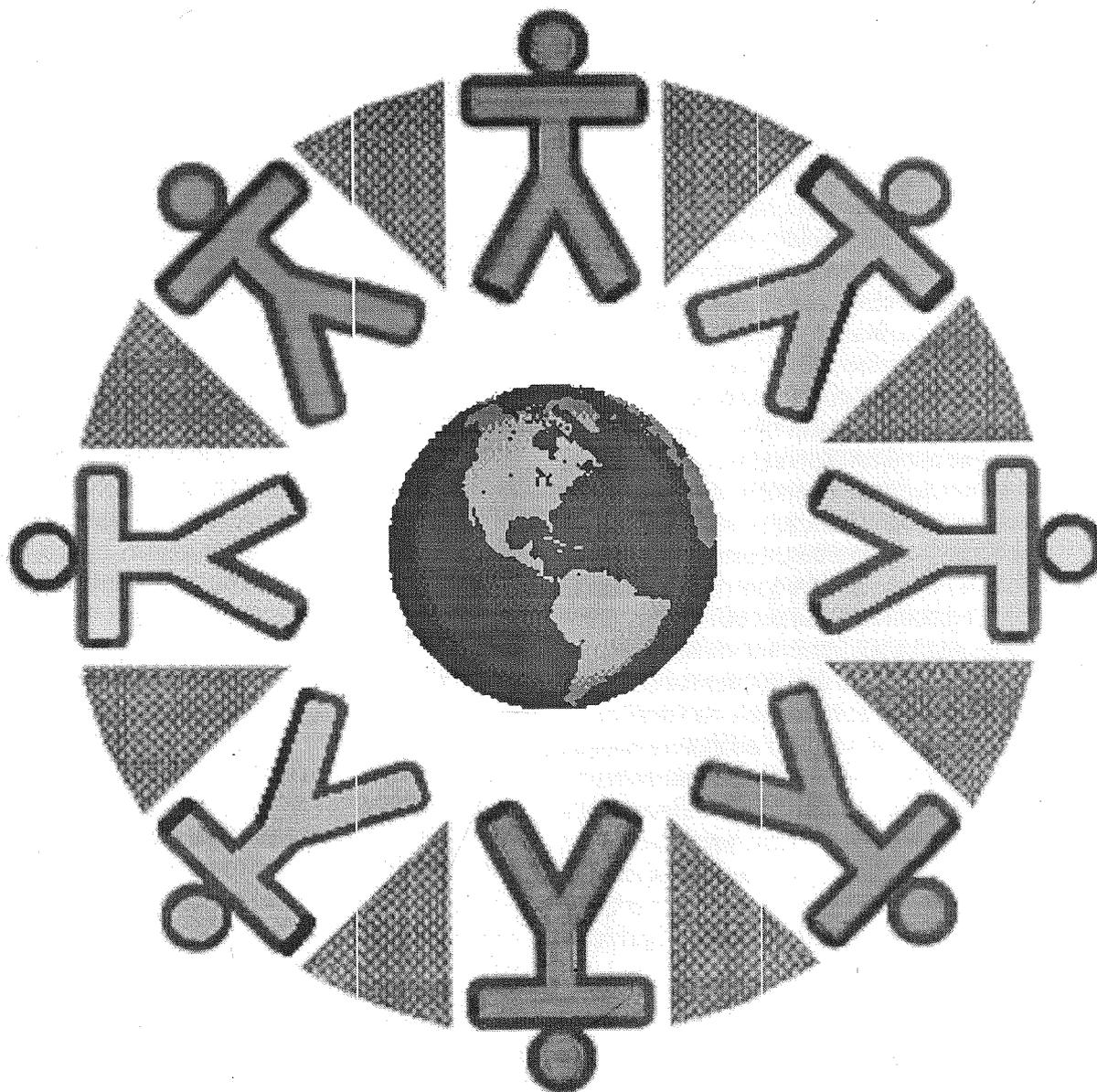
Ese sector de la economía deberá coexistir gestionando necesidades y conflictos internos, a la vez que compitiendo política, económica, tecnológica y culturalmente, con el sector de economía organizado como empresas capitalistas, y disputando el sentido de la economía del Estado, generadora de bienes públicos indispensables para el desarrollo de las sociedades. De ninguna manera se agota en sí mismo, sino que su sentido político está marcado por esa transformación interna y esa interrelación con la lógica de acumulación del capital y la lógica de acumulación del poder político, encarnando y proyectando en esas relaciones los valores y los intereses de las mayorías.

²¹ Sin duda hay variantes de esta búsqueda de conceptos y prácticas alternativas. Ver la valiosa recopilación de puntos de vista en: Antonio David Cattani (Org.), *A Otra Economía*, Veraz Editores, Porto Alegre, 2003.

²² Ver: Franz Hinkelammert (Comp.), *El Huracán de la Globalización*, DEI, San José, 1999.

O Portal Rede Solidária

*Euclides André Mance**



* Fundador e Webmaster do Portal Rede Solidária

Através da interface virtual do portal *Rede Solidária*, progressivamente, constituiu-se uma comunidade dinâmica, com atores diversos colaborando entre si em favor do aprimoramento e difusão da socioeconomia solidária, visando a construção de uma globalização solidária. Para que se compreenda a sua emergência e complexidade, vamos resgatar neste texto um pouco da história, objetivos e ações que desembocaram na organização e desenvolvimento deste Portal, bem como algumas de suas dificuldades, realizações, desafios, impasses, necessidades e propostas.

Um pouco de História: do BBS - Cidadania ao Portal Rede Solidária

Nossa trajetória na utilização da informática como ferramenta de comunicação para movimentos sociais data de 1996, quando organizamos em Curitiba o BBS-Cidadania – hospedado em um computador pessoal, alojado no apartamento em que morávamos. Um Buletin Board System é uma espécie de servidor local de conteúdo que, em geral, permite também o intercâmbio de mensagens entre usuários em conexões não simultâneas. No Brasil o primeiro deles foi organizado no Rio de Janeiro em 1984 e estimava-se que, em 1992, havia cerca de duzentos em operação. A partir de 1991, com a Rede Nacional de Pesquisa, subordinada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, iniciou-se o acesso à Internet no país, limitado a governos, universidades e algumas ONGs. Foi apenas em 1995 que o Governo Federal publicou uma portaria autorizando a operação comercial de provedores de acesso e servidores de conteúdo integrados à Rede Mundial de Computadores.

Em 1996, quando montamos o BBS-Cidadania visando “contribuir com o intercâmbio e integração de movimentos sociais e ações culturais voltadas à construção da cidadania e à efetivação da democracia popular”, já havia uma rede brasileira interligando inúmeros BBS organizados em regiões e nodos, permitindo o intercâmbio de mensagens eletrônicas entre usuários de diferentes cidades ou através de conexões simultâneas a servidores, que operavam desvinculados da Internet. Os

usuários do BBS-Cidadania podiam trocar correspondências eletrônicas entre si, ter acesso a listas de discussão, agendas de reuniões de movimentos sociais, materiais de educação popular etc. Os diversos grupos de estudo do Instituto de Filosofia da Libertação - IFiL, fundado no ano anterior, e sua rede de pesquisadores, espalhada em alguns estados brasileiros, tinham áreas específicas para intercâmbio de mensagens e textos. Cada usuário possuía um disquete em que era executado o programa necessário à conexão e à utilização dos serviços disponibilizados. Isso facilitava o acesso ao sistema para todos os que não dispunham de um mesmo equipamento para suas conexões, que assim podiam valer-se de computadores de paróquias, sindicatos, ONGs etc. Em 1997, o BBS-Cidadania foi desativado e parte de seu material transferido para o site do IFiL, recém organizado na Internet. Passamos, também, a produzir revistas digitais que eram reproduzidas em disquetes e distribuídas pelo correio convencional, facilitando o intercâmbio entre pesquisadores e o acesso de conteúdos selecionados para aqueles que não tinham como alcançá-los pela Internet.

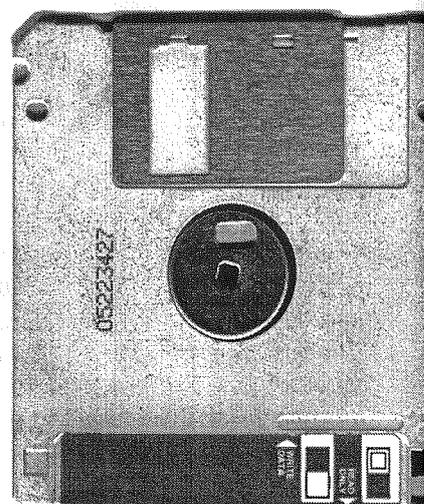
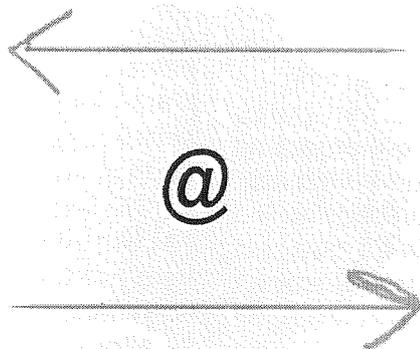
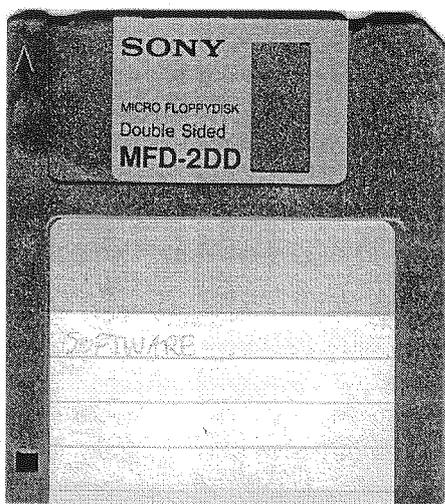
Estava evidente, para nós, a importância de utilizar-se sistemas de comunicação em rede para o fortalecimento dos setores populares da sociedade civil e a necessidade de encontrar-se alternativas que facilitassem não apenas o intercâmbio informativo e a comunicação dialógica sobre temas centrais na construção da cidadania, mas especialmente, que contribuíssem para a *ação coletivamente coordenada*, de maneira horizontal e descentralizada, em que cada participante, com sua iniciativa específica, fortalecesse um movimento maior a partir do qual também ele seria fortalecido.

Após publicarmos a primeira síntese de “A Revolução das Redes” no final de 1998, organizamos no ano seguinte um site na Internet (inicialmente alojado no site do IFiL), com a finalidade de gerar uma interlocução em torno de seu conteúdo, visando promover a organização de Redes de Colaboração Solidária. Criamos um fórum eletrônico, uma sala de conferências e agrupamos de maneira ordenada um amplo conjunto de materiais e

diversos vínculos de pesquisa para outras páginas. Em paralelo, realizávamos, através de uma parceria do IFIL com o Centro de Formação Irmã Araújo, um curso sobre “Trabalho, Cooperativismo e Autogestão” que se concluiu com a organização de nossa primeira rede de economia solidária em Curitiba, em 1999. Ao mesmo tempo, trabalhávamos na criação de um *software* livre que facilitasse os cálculos de viabilidade econômica de empreendimentos solidários e diagnósticos de redes, visando a remontagem de cadeias produtivas e correção de fluxos de valores, para que realimentassem a expansão das próprias redes solidárias. Este programa, que foi batizado com o nome *Rede Solidária*, ficou também conhecido como *Redesol*.

possibilitava análises de fluxos de materiais (insumos e produtos) e de valores econômicos entre redes diversas, gerando diagnósticos e prognósticos com abrangências diferenciadas, que poderiam ir de um bairro a um país ou, até mesmo, analisar tais fluxos em escala global. O próximo passo, até agora ainda não finalizado, é transportar para o Portal as funcionalidades do *Redesol*.

Essa proposta organizativa de redes atuando solidariamente em processos de colaboração que, para muitos, no final dos anos 90, parecia um devaneio, revelou-se uma estratégia bem sucedida nos anos seguintes. Implementando diversas ações integradas neste projeto, em que o Portal Rede Solidária cumpria o papel de uma interface virtual na articulação do conjunto das ações, o IFIL veio colaborando



Com a experiência bem sucedida da nossa primeira rede em Curitiba, organizamos um projeto em torno do *site* voltado a apoiar a implantação de redes locais, com a perspectiva de promover sucessivos movimentos de agregação, visando constituir redes de maior abrangência (regionais e internacionais), aumentando-se desse modo a oferta de produtos e serviços no interior das redes e estabilizar-se maiores volumes de demandas solidárias a serem atendidas pelas próprias redes sob parâmetros de equilíbrio sustentável, garantindo-se o bem viver de consumidores e produtores, com o horizonte de construção de uma sociedade pós-capitalista. O *software* *Redesol* que estava sendo desenvolvido com essa lógica, já

com o desenvolvimento das Redes Brasileira e Global de Socioeconomia Solidária, com a Rede Social Mundial, com o fortalecimento de práticas de economia solidária em diversas regiões do país e na implantação e desenvolvimento de políticas públicas voltadas à economia solidária.

O Fórum Eletrônico Rede Solidária - De uma lista de mensagens a uma Comunidade Virtual

Em fevereiro de 1999, através da lista de mensagens do IFIL, iniciamos o debate sobre a proposta das Redes de Colaboração Solidária, apresentada como uma possibilidade de “...conectar unidades produtivas em redes gerando

um movimento autopoietico de expansao de valor, possibilitando incorporar a producao e consumo os segmentos que estao sendo excluidos pelo capital", como elemento vital "...de uma estrategia anti-capitalista centrada na producao economica, articulada com acoes politicas e culturais." [Forum Eletronico do IFIL, 12-02-99]

Alguns meses depois foi organizada a *lista de mensagens redesolidaria* com o objetivo especifico de debater e aprofundar os diversos aspectos da proposta de uma *revolucao das redes*. Durante alguns meses, divulgamos o portal e a lista. No inicio do ano seguinte a lista passou a funcionar. Os debates eram acalorados e choviam ideias. Um desses temas geradores naquele momento, por exemplo, era se haveria ou nao, no ser humano, uma estrutura inata que nos torna propensos a solidariedade, tal como ocorre com as estruturas linguisticas profundas que tornam possivel a emergencia dos fenomenos comunicativos, mediados pelas diversas linguas naturais, tao diferentes entre si. Se assim o fosse, as inumeras formas de solidariedade praticadas pelos diversos povos teriam traços profundos comuns, que lhes seriam recorrentes, os quais deveriam ser investigados e tratados com a devida centralidade no trabalho pedagogico de construcao das redes solidarias.

O portal e a lista começaram a ser espaço da progressiva aglutinacao de um conjunto de pessoas de varias areas de formacao e insercao social. Após cada evento de que participavamos, a convite de organizacoes locais em lugares diversos do Brasil, mais algumas pessoas se integravam a lista e as discussões se aprofundaram de maneira fecunda. Alguns meses depois, em junho de 2000, ocorreu o I Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidarias, realizado no Rio de Janeiro, do qual tivemos a felicidade de participar. Ao final daquele encontro foi constituída a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidaria - RBSES. Colocamos a disposicao da RBSES todos os acúmulos que tinhamos e assumimos, pelo IFIL, a responsabilidade pela área de informatica solidaria. Naquele Encontro os participantes decidiram coletivamente por migrar as bases de dados de que dispunham sobre organizacoes de economia popular e solidaria para um formato que viabilizasse a sua integracao sob o programa Redesol, visando promover diagnosticos de rede na perspectiva de integracao

das cadeias produtivas, com diagnosticos locais, regionais e nacionais. O avanço disso exigia um trabalho de mapeamento e de conexao em rede das organizacoes que estavam isoladas. A partir daquele momento, a lista redesolidaria passou a ser utilizada pela RBSES e o portal veio sendo aprimorado, em funcao de novos estagios organizativos e de suas necessidades inerentes. Novas listas foram criadas por necessidades especificas, entre as quais, a da Rede Global de Socioeconomia Solidaria, que havia se constituído em um evento internacional em Santa Maria, naquele mesmo ano.

Na medida em que cresceu o número de participantes da lista redesolidaria, o trabalho de moderação tornou-se mais intenso. A palavra *moderacao* tem um sentido proprio no que se refere às listas de mensagens. O moderador é responsável, entre outras coisas, por administrar a lista (modificar suas configuracoes, auxiliar participantes, inscrever ou retirar endereços, aprovar mensagens pendentes etc.), zelar pelo bom funcionamento da lista e, em último caso, mediar conflitos.

No período de 2001, a lista redesolidaria cresceu significativamente. As mensagens se multiplicaram e passamos a enfrentar um perigo de saturacao. Estabelecemos, então, coletivamente um código de conduta, visando reduzir o número de mensagens e primar pela qualidade da comunicacao. Com mais de dois anos de comunicacao cotidiana ininterrupta, a redesolidaria estava se constituindo em uma comunidade virtual. Nos varios eventos de economia solidaria que foram se multiplicando no Brasil, pessoas que se conheceram anteriormente através da lista puderam se encontrar pessoalmente. Por outro lado, os encontros pessoais face-a-face tao marcantes – como os propiciados pelos eventos organizados pela RBSES – davam um sentido afetivo e compromissado aos intercambios seguintes, mediados pela interface virtual da rede solidaria, que por sua vez se atualizava respondendo às necessidades levantadas em tais eventos. Neste processo, avançamos no mapeamento dos empreendimentos solidarios e um sistema *on line* de localizacao de produtos e servicos foi disponibilizado. Diversos textos foram incluídos na biblioteca, criou-se uma área de noticias e outra de transferencia de tecnologia.



As principais dificuldades, entretanto, eram duas: como promover a utilização pelos participantes dos recursos digitais disponíveis e a confusão que começou a existir para muitos entre o que era a redesolidaria e o que era a RBSES.

De fato, há uma grande dificuldade, por parte dos integrantes da lista redesolidaria, em valer-se dos recursos que lhes são disponibilizados no espaço virtual. Como a maioria dos participantes não se cadastrou junto ao servidor de listas gratuito que utilizamos, estes não têm como compartilhar arquivos, acessar a área de enquetes que facilita a decisão por voto direto sobre temas polêmicos, alterar seus endereços de correio na lista, ajustar sua configuração para ler e enviar mensagens a partir da web sem necessitar receber ou enviar *e-mails* a partir de sua caixa postal, suspender temporariamente o seu recebimento de mensagens, entrar em sala de bate-papo etc. A mesma dificuldade é percebida no que se refere a valer-se das ferramentas disponibilizadas no Portal Rede Solidária, particularmente em usar a sala de conferências ou cadastrar novos empreendimentos. Há uma resistência em gastar-se algumas horas por mês para aprender como bem utilizar essas ferramentas. Isso acarreta, por outro lado, o freqüente envio de mensagens aos

moderadores para que resolvam situações que o próprio usuário poderia resolver sozinho, apenas seguindo as orientações que estão disponíveis nos menus de ajuda. Uma parcela dos usuários não conhece inclusive o funcionamento do seu próprio programa de correio eletrônico e do anti-vírus que utiliza. Muito menos os trâmites da mensagem que envia, iniciados no momento em que ele aperta o botão *enviar* até o momento em que essa mesma mensagem é descarregada e aparece em sua *caixa de entrada*, precedida da etiqueta [redesolidaria]. Problemas com os programas de correio, com o anti-vírus, com os provedores de acesso (especialmente com caixas postais cheias que devolvem mensagens) e com o servidor gratuito de listas não são raros, mas nem sempre são compreendidos pelos usuários. E dependendo da personalidade de cada um/a, o seu desconhecimento pode transformar-se em suspeita sobre a conduta de terceiros (particularmente dos moderadores) e, por fim, converter-se em conflito. Não é raro que participantes, providos de mais de um endereço de correio, mas que tenham apenas um deles inscrito na lista, enviem mensagem a partir do endereço que não está inscrito e depois peçam explicações do porque a mensagem por ele enviada não circulou na lista – não percebendo

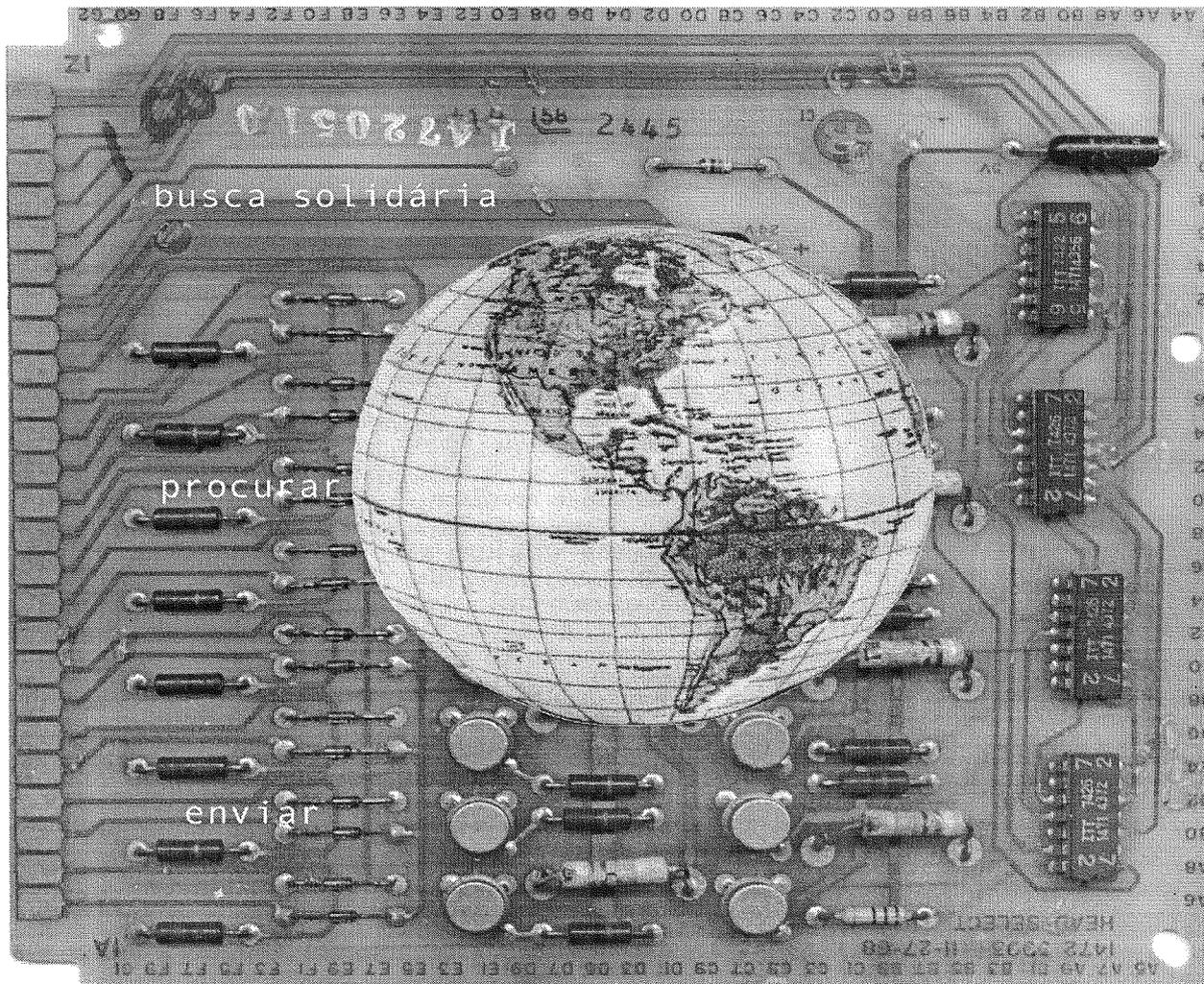
que o sistema da lista não é capaz de reconhecer a pessoa que envia a mensagem, mas apenas identificar o endereço de onde ela partiu.

Por sua vez, a confusão operada por alguns entre *redesolidaria* e *RBSES* gerou alguns problemas no ano de 2002. Como a *RBSES* veio utilizando a *redesolidaria* como veículo de comunicação interativa desde 2000, algumas pessoas passaram a concluir que a lista *redesolidaria* fosse institucional, isto é, que todos os participantes desta lista estariam igualmente participando da *RBSES* e que, portanto, a identidade de todos seria conhecida. Mas, de fato, não é assim. Muitas pessoas e organizações integradas na lista *redesolidaria* não fazem parte da *RBSES* e a maior parte das organizações, empreendimentos e pessoas integradas na *RBSES* não está inscrita na *redesolidaria*. No Seminário Nacional da *RBSES*, realizado em agosto de 2002, propusemos que esta assumisse a propriedade e o controle total não apenas da lista *redesolidaria* mas, inclusive, do Portal Redê Solidária e o reorganizasse conforme lhe conviesse. Entretanto, a *RBSES* declinou do convite e o portal e a lista permanecem sob responsabilidade do IFIL. A lista *redesolidaria*, desde seu princípio, é temática (seu foco está na economia solidária e nas redes de colaboração), aberta (qualquer pessoa pode entrar e sair no momento em que quiser, sem ser obrigada a comprovar a sua identidade) e pública (todas as mensagens veiculadas ficam disponíveis na Internet para consulta pública). Em razão dessa configuração as mensagens de novos usuários necessitam ser aprovadas para circularem, bem como as mensagens de usuários antigos, no caso de estes estarem desrespeitando o código de conduta assumido na lista, pois qualquer infração legal que ocorra através dela (calúnia, difamação, pirataria etc.) pode ser arrolada contra o seu fundador, legalmente responsável pela lista – neste caso a minha pessoa. Mas mesmo com esses cuidados, ainda assim, até hoje acabam circulando correntes e mensagens repetidas através dela.

Cabe lembrar um impasse ocorrido no início de 2002, que quase inviabilizou a continuidade da lista *redesolidaria*. Em toda comunidade o dissenso argumentado é tão importante quanto o consenso para o fortalecimento da democracia e da inovação. Por outra parte, uma comunidade vir-

tual também é espaço de conflitos e interesses divergentes, pessoais e coletivos. O modo de tratar as divergências, contudo, tanto pode fortalecer o coletivo como enfraquecê-lo. Uma mesma mensagem pode ser interpretada de múltiplas maneiras. Assim, o que é bom humor para um pode ser ironia para outro; o que é uma análise objetiva e rigorosa para um, pode ser entendido como reprimenda e cobrança para outro. Qualquer texto desencadeia, em níveis diferenciados, três classes de interpretantes em nossa subjetividade: mentais, afetivos e energéticos. Isto é, desencadeia uma compreensão intelectual (noção, conceito, idéia etc.) de seu significado, uma disposição afetiva (alegria, tristeza, emoção etc.) e uma reação orgânica que se conclui em alguma conduta (mobilização, indiferença, tensão nervosa, risos, suspiros, participação, afastamento, compromissos etc.). Muitas vezes, mensagens mal escritas ou respondidas de maneira muito rápida ou no calor da discussão, alimentam ambigüidades e conflitos que vão ganhando forte intensidade, o equilíbrio entre as três classes de interpretantes é perdido, chegando-se ao ponto de desencadear a desagregação de uma comunidade virtual.

No caso da *redesolidaria* o referido impasse levou a uma evasão de quase cinquenta participantes, a maioria dos quais saiu sem mesmo manifestar sua posição acerca da polêmica sobre a moderação das mensagens de participantes que não estariam respeitando as regras de conduta e que desejavam ter acesso à relação de todos os endereços de correio dos participantes da lista. Se a lista *redesolidaria* fosse institucional, fechada e privada não haveria problema em compartilhar todos os endereços com o conjunto dos participantes. Mas sendo temática, aberta e pública, expor a relação de endereços implica em ferir o princípio ético de confidencialidade dos dados fornecidos, uma vez que os participantes incluíram seus dados para a participação naquela lista e não para outra finalidade. Nessas condições, a atitude correta de quem pleiteia os endereços deve ser a de solicitar aos participantes, por ventura interessados em lhe fornecer o próprio endereço, que lhe enviem diretamente.



Serviços Disponíveis no Portal Rede Solidária

Atualmente o Portal possui as seguintes seções e oferece as seguintes possibilidades:

- **Produtos & Serviços:** o sistema *Busca Solidária* permite relacionar produtos e serviços, localização de empreendimentos e formas de contato com fornecedores, por estados, cidades, bairros e outras chaves de escolha. É possível incluir-se novos produtos, serviços e empreendimentos através de formulários *on line*. Atualmente tem-se cerca de 700 empreendimentos catalogados. Já há uma versão internacional desse sistema com o nome *Solidarius*, gerada pela Rede Social Mundial em parceria com a Rede Solidária, que possibilita a inclusão e pesquisa desses dados para todos

os países. À exceção do Brasil, ainda não há bases de dados integradas por outros países nesse sistema.

- **Feira On Line:** sistema de comércio eletrônico.
- **Lojas Solidárias:** permite localizar e visualizar lojas conectadas em redes solidárias.
- **Agenda:** atividades de economia solidária no Brasil.
 - **Sala de Conferências:** sala de diálogos em tempo real, possibilitando reuniões de negócios, atividades pedagógicas à distância etc.
 - **Fórum Eletrônico:** diversas listas de diálogos por correio eletrônico.
 - **Software Solidário:** programas que podem ser utilizados em empreendimentos de economia solidária e outros de livre distribuição.
 - **Mapeamento Brasil:** exibe uma relação parcial de empreendimentos e organizações solidárias por estados.

- *Mapeamento Mundial*: relações de organizações de economia solidária de alguns países.
- *Material Pedagógico*: textos elaborados em linguagem adequada a atividades de educação popular, versando sobre economia solidária e redes sociais.
- *Biblioteca*: estudos sobre economia solidária e redes sociais
- *Imprensa*: matérias de jornais e revistas sobre redes solidárias e temas afins.
- *Pesquisas*: links para pesquisa sobre economia solidária e redes de colaboração.
- *Websolidaria*: hospedagem de páginas para empreendimentos e redes solidárias.
- *Transferência Tecnológica*: difusão de tecnologias adequadas ao desenvolvimento sustentável.
- *Cadeias Produtivas: Bolsa de Negócios*: relaciona empreendimentos que vendem e compram um mesmo insumo ou produto, tornando possível aos empreendimentos de uma mesma região organizarem-se para a sua aquisição conjunta ou para comprá-lo de um outro empreendimento da rede local ou regional.

Impasses e Perspectivas

A manutenção financeira do Portal é um problema. O serviço é feito basicamente por uma única pessoa em caráter totalmente voluntário. A partir do registro dos domínios www.redesolidaria.com.br e www.redesol.com.br as despesas de manutenção do servidor foram assumidas pessoalmente por nós e, desde o último ano, compartilhadas com outras pessoas e organizações que se valem da *redesolidaria*. O melhor funcionamento do portal (incluindo a sua atualização e desenvolvimento) exige uma equipe de profissionais, atualmente inexistente.

A fusão do Redesol ao Portal é outro desafio. As funcionalidades do software *redesol* devem ser transferidas para o Portal, possibilitando o processo *on line* de diagnósticos e prognósticos de rede, acessando-se bancos de dados remotos que possam ser atualizados de maneira descentralizada pelas redes locais, integrando um conversor que permita traduzir os insumos e produtos em várias linguagens, viabilizando diagnósticos internacionais a partir de bases de dados locais em linguagens diversas.

Ativar o serviço *Websolidaria*, criando um espaço virtual aos empreendimentos solidários

facilitando sua visibilidade e integração, hospedagem de páginas e bases de dados compartilhadas etc.

A geração de uma distribuição Linux para Economia Solidária (preferentemente executada em um CD), possibilitando realizar *off line* todos os diagnósticos e prognósticos do Redesol para redes locais.

Portais Públicos de Economia Solidária e Rede Social Mundial

O projeto do Portal Rede Solidária pode ser assumido por Governos e convertido em política pública, colocando-se a infra-estrutura estatal em Tecnologia da Informação a serviço dos empreendimentos e organizações solidárias, promovendo-se o desenvolvimento sustentável com distribuição de renda, socialmente autogestionado. O que fizemos até agora foi uma pequena trilha que pode se tornar uma rede de auto-estradas interconectadas. Como os portais de economia solidária devem ser desenvolvidos em software livre e primar pela compatibilidade, integração e comunicação das bases de dados, qualquer incremento feito pelos Governos nesta área significará um importante avanço ao conjunto de todas as redes no mundo todo, pois esses *softwares* podem ser traduzidos, transformados e multiplicados conforme as necessidades das redes locais.

A Rede Social Mundial-RSM, na medida em que avance na constituição de uma interface virtual global (construída coletivamente pelos diversos atores que a ela se integrem) facilitando os fluxos e conexões requeridos à colaboração solidária entre redes e organizações populares em todo o mundo, contribuirá para o avanço da globalização solidária, para a construção de um outro mundo possível promovendo a transformação simultânea do *local* e do *global*. Nesta perspectiva, o acúmulo do Portal Rede Solidária vem sendo colocado à disposição da RSM, hospedando atualmente a ferramenta de busca *Solidarius*, apresentada no III Fórum Social Mundial. Construir e fortalecer a RSM é uma das ações colocadas no horizonte atual do Portal Rede Solidária.

Fóruns

Sandra Mayrink Veiga*



* Assessora da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE Nacional, consultora para projetos de cooperativismo e de desenvolvimento local, co-autora, dentre outros, de *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*, Série Economia Solidária 1, Ed. FASE/DP&A, Rio, 2ª Edição.

Sobre uma possível definição

A palavra **fórum** significava praça pública, na antiga Roma, pois esse era o lugar em que os cidadãos discutiam a política do Estado. Se formos pegar uma carona nessa origem, fórum deveria ser, antes de tudo, um espaço de debates, de reunião para o mesmo fim. Os que se reúnem têm interesses afins, que são tratados com uma certa informalidade e flexibilidade, e compartilham pontos comuns quanto à visão de mundo.

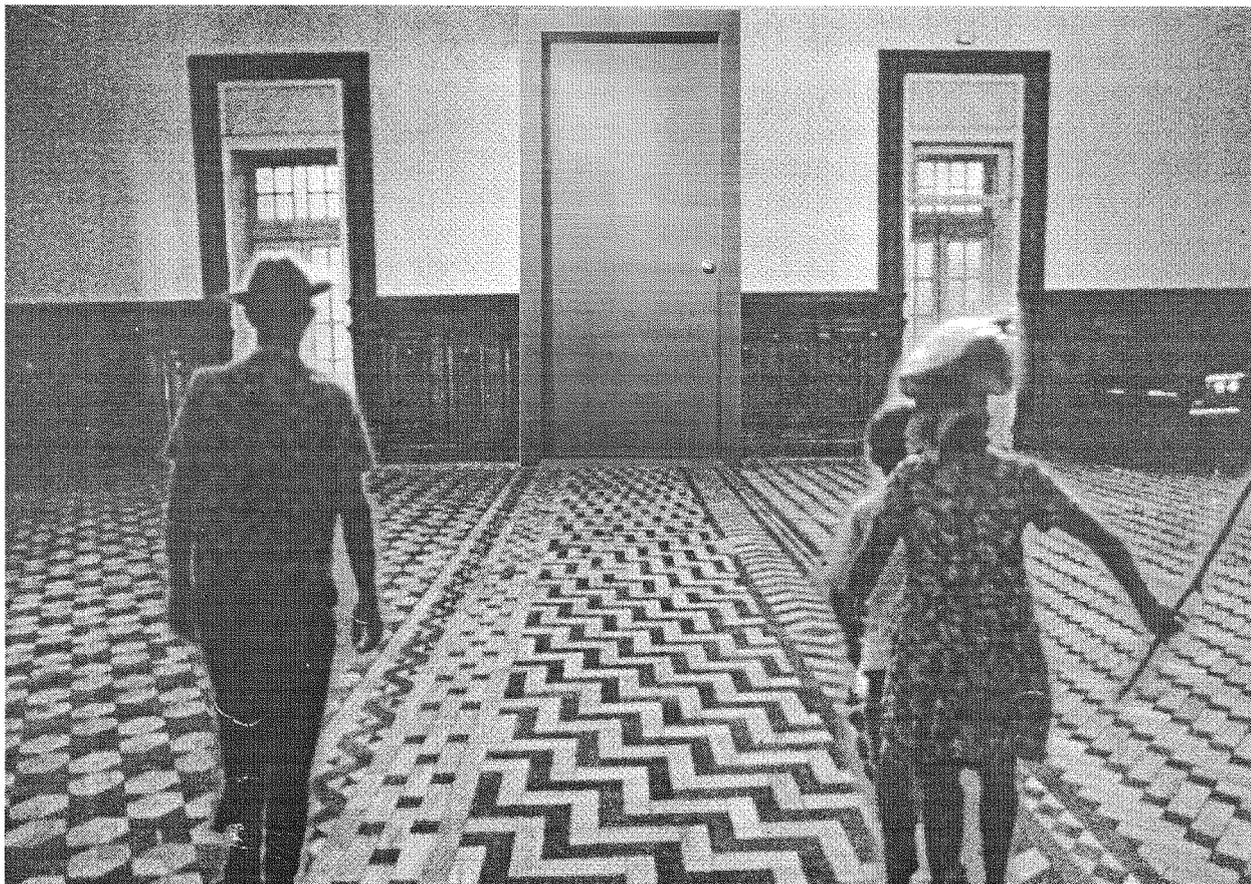
No Brasil esta forma de organização democrática da sociedade civil, que visa uma nova maneira de fazer uma política cidadã, é relativamente nova. O Fórum Nacional da Reforma Urbana, por exemplo, nasceu em 1987 no bojo do processo constituinte para disseminar e lutar pela plataforma da Reforma Urbana. A resistência democrática contra a ditadura militar e o processo de mobilização social e política que se deu entorno dos debates que resultaram na Constituição de 1988, bem como a necessidade de se contrapor aos mecanismos mais efetivos de poder nas sociedades capitalistas atuais (lobbies, esferas de influência e poderes decisórios muitas vezes invisíveis à sociedade, poder dos meios de comunicação etc.), tudo isso tornou e torna necessária uma renovação da prática democrática, que aumente os espaços de participação e reforce e amplie, pela via da abertura de canais de participação e cobrança, a democracia representativa. A constituição de fóruns de entidades e movimentos populares é um dos mecanismos desta "nova democracia".

Dependendo da formação e prática de um fórum ele talvez possa também ser visto como um "novo movimento social" cuja legitimidade e representatividade se constroem à medida que se vai dando essa invenção participativa do futuro. Não do futuro individual, mas da "res pública", do futuro do território (o município, o estado, a nação) e da sua sociedade (Jean Pierre Leroy. Fóruns. Rio : FASE, 1996). Existe em cada fórum um potencial de mobilização a ser usado (com sabedoria para não ser desgastado) para que os atores individualmente e o coletivo como um todo possam ir ganhando "massa muscular", tornando-se conhecidos na

sociedade para, assim, poder influenciar nos cenários locais e nacional. Com relação a Economia Solidária (ES), deve haver uma relação estreita que caminhe *pari passu* com o fortalecimento dos empreendimentos, a publicização do cooperativismo/associativismo autogestionário e a organização de uma outra economia com uma nova relação produção/consumo. Aqui não existe o que vem primeiro, o ovo ou a galinha?, as duas coisas são interdependentes: a ES se fortalece quando se publiciza e os empreendimentos se publicizam quando se fortalecem e vice-versa.

Ainda é a pressão popular que garante algumas conquistas, portanto seria interessante que o fórum organizasse mobilizações nacionais ou regionais que atingissem a opinião pública veiculando suas propostas e, no caso do fórum da economia solidária, divulgando a própria economia solidária por exemplo e servindo de caixa de ressonância das entidades, cooperativas, associações-membro do fórum. No entanto, é importante ressaltar que o fórum não absorve e nem deve absorver o movimento social. O fórum é **mais** no sentido da complexidade e da pluralidade de atores, mas é **menos** no sentido que não chega a uma plataforma tão nítida quanto o movimento social. Podemos citar como exemplo o Fórum Nacional da Reforma Agrária que congrega entidades de apoio, confederações sindicais, movimento de trabalhadores sem terra, igrejas etc. lutando pela reforma agrária, porém isso não significa que cada um de seus membros não se articule em movimentos sociais específicos e que estes não tenham ações independentes como, por exemplo, as ocupações realizadas pelo MST.

O fórum é uma instância de interesse público, mas é uma organização da sociedade civil, portanto não-governamental e autônoma. Isso não o impede - ao contrário, faz parte da sua natureza - de fazer audiências com membros dos governos, organizar seminários com a participação de gestores públicos e propor políticas públicas, reivindicar tomadas de decisão, legislações, projetos, financiamentos etc. que interessem à realização de suas metas. Aliás, essa é uma tradição bem consolidada no Brasil, onde os fóruns (como o Fórum Nacional da Reforma Urbana, o Fórum Nacional de



Participação Popular, o Fórum de Rondônia, o Fórum da Amazônia Oriental, o Fórum Estadual (RJ) do Cooperativismo Popular, o Fórum das ONGs e Movimentos Sociais etc.) nunca tiveram na sua composição membros de governos municipais, estaduais ou federal. A questão da autonomia sempre foi muito cuidada e debatida. A nossa trajetória histórica, onde o coronelismo, o autoritarismo, o clientelismo e assistencialismo deitaram raízes profundas, alerta para que sempre levemos em conta o enorme poder real, mas também subjetivo e imaginário, que tem o detentor da caneta e dos recursos frente a um grupo que está procurando se afirmar e desenvolver uma atividade econômica que muitas vezes é ainda de sobrevivência e/ou para construir uma pauta de reivindicações e uma plataforma para a constituição e implementação de uma política pública que lhe confira uma vida mais digna, como ocorre por exemplo com relação à habitação e ao saneamento.

Um fórum deve ser também uma excelente escola de democracia: um lugar em que as

relações entre os membros são orientadas pela franqueza, pela transparência, pelo respeito, pela solidariedade, pela garantia da fala de cada um e da escuta de todos. Deve-se procurar encaminhar os pontos que estejam consensuados e retomar a discussão dos que por ventura ainda não tenham encontrado esse patamar. Só quando for inevitável deve-se propor votação de algum ponto. Não porque o conflito e o debate sejam prejudiciais, muito pelo contrário, mas porque a votação de pontos pode ainda levar à noção de “vitoriosos e derrotados”, o que, aí sim, pode levar a desânimos e rachas dentro do fórum. É necessário uma “paciência pedagógico-política” que reconheça as diferenças de acúmulo dos integrantes do fórum e que também tenha clareza de que o fórum em si é um enorme espaço de aprendizado e crescimento, tanto político quanto cultural e de vivência democrática para tod@s.

Se os atores que representam as entidades que integram o fórum forem fracos o fórum será fraco. Portanto, a formação e capacitação dos

membros do fórum é uma questão central. O fórum deve ser animador e facilitador da capacitação, ele deve ajudar as instituições a ampliarem a questão educativa, de formação e capacitação. Em um fórum de economia solidária é preciso que se tenha clareza de que os empreendimentos autogestionários, as cooperativas e associações estejam bem formadas quanto aos princípios do cooperativismo e associativismo; de que os produtos sejam de boa qualidade e tenham um preço justo; de que a democracia interna seja exercida e a transparência nas informações e ações seja efetiva, que a comercialização dos bens e serviços ocorra em uma escala suficiente para que os cooperados e associados sintam que a sua organização realmente lhes traz, e para suas famílias, benefícios concretos e melhoria nas condições de vida. Para tanto o fórum deve atuar através de seus grupos de trabalho, fazendo os meios para o fortalecimento dos empreendimentos e de seus membros integrantes. Assim, é um papel importante a ser desempenhado pelo fórum e demandará enormes esforços pois caminhará, uma vez que a economia solidária tenha atingido grande escala e difusão, a conciliação de diversos interesses e tentará dar conta da enorme diversidade de demandas e necessidades dos grupos, associações e cooperativas populares a serem atendidas para que haja realmente uma inserção virtuosa no mercado dos empreendimentos e uma melhoria da qualidade de vida de seus associados.

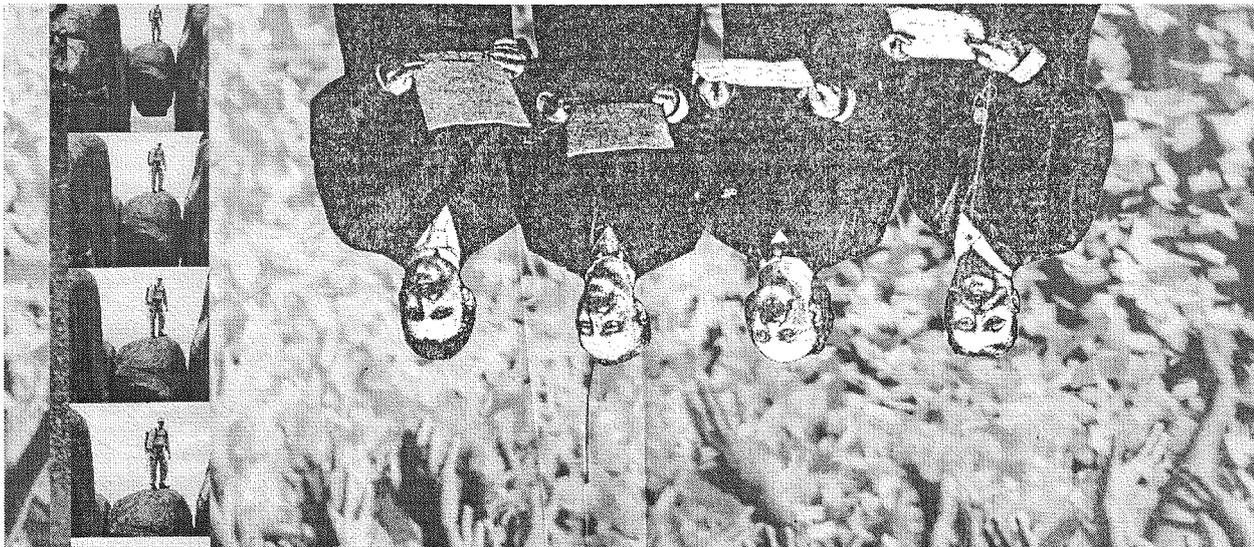
Sobre os objetivos

Um fórum deve fazer bem a diferenciação entre objetivos-meio e objetivos-fim para poder definir com clareza as prioridades coletivas e transformá-las em metas. Assim poderá definir estratégias de ações diferenciadas conforme se tratar dos objetivos-fim ou dos objetivos-meio necessários para atingir as metas finais. E só assim poderá acompanhar (monitoria/avaliação/planejamento) de perto o seu próprio trabalho nas suas várias dimensões. Faz-se necessário rediscutir e redefinir periodicamente os objetivos para assegurar que haja uma convergência e uma mobilização das entidades/cooperativas/associações que

compõem o fórum entorno dos mesmos. O trabalho em fórum supõe uma mudança de cultura e o reconhecimento de que estamos cada um e todos juntos em busca de soluções.

A vantagem de se concentrar sobre um único programa público é inegável (ex. Fórum da Reforma Urbana que vem conquistando importantes metas recentemente). No entanto, um fórum deve procurar definir esta questão com cuidado. No caso de um fórum de Economia Solidária esta questão se complexifica mais ainda, pois a ES abre um enorme leque de necessidades que vão, por exemplo, da alfabetização de seus trabalhadores-empregados a novas tecnologias, criação de novos produtos etc. Talvez o ponto mais importante em que os fóruns, tanto municipais e estaduais quanto o nacional, podem contribuir para que a economia solidária dê um salto à frente seja a questão da criação e articulação das políticas públicas nos territórios para a realização das prioridades municipais, estaduais e nacional da economia solidária. Para tanto é necessário que a política não seja uma colcha de retalhos e nem uma listagem interminável de itens, é preciso que se decida sobre quais são as prioridades e que haja um debate amplo para a elaboração de um plano de ação dos fóruns a ser encaminhado pelas coordenações municipais, estadual e nacional.

É preciso se ter clareza ainda sobre a conjuntura, as forças políticas, ideológicas e econômicas atuantes no município, no estado e em cada país para que, dentro desse marco referencial do desenvolvimento sustentável com participação, possa se definir o que é alcançável e como (Jean Pierre Leroy, 1996). Isso demonstra também que as plataformas locais (municipais e estaduais) deverão necessariamente ser diferentes umas das outras, ainda mais no Brasil onde temos tantas desigualdades regionais de todos os tipos (culturais, de renda, de tradição política etc.). Na base social direta o fórum apresenta a capacidade de organizar no território e na variedade de situações, homens, mulheres, atores sociais diversos e diferentes onde não é possível formar um único movimento e é preciso, portanto, a convergência de vários atores no



território produzindo relações horizontais e de cooperação e solidariedade territorializadas.

Os fóruns ajudam a sistematizar a plataforma integrando atores mais homogêneos, mais semelhante a um movimento social, quando há já um amadurecimento coletivo como quando do I Encontro do Governo do Estado do Rio de Janeiro com o Associativismo e Cooperativismo e no Encontro da Economia Solidária no Fórum Social Mundial.

Sobre a sua constituição

O fórum deve começar a sua existência de maneira informal e ao longo do processo se verificar a necessidade ou não de sua formalização. Mesmo os seus objetivos não devem ser concebidos de imediato, mas sim na sua práxis progressiva, quando seu perfil irá se delineando e lhe conferindo identidade própria. A filiação formal (necessária quando o fórum se torna formal) pode significar um compromisso maior, mas há o risco de estreitamento e de exclusão. Por isso é tão importante se manter a noção de espaço de debate e de campo sem pretender enquadrar todo mundo no mesmo esquema. O pertencimento ou não a um fórum está mais na adesão a uma filosofia e a certas ações (o encaminhamento da plataforma), em que os seus membros verifiquem que o fórum está conseguindo encaminhar soluções adequadas para tod@s, do que em uma filiação formal.

Nesse quem é quem no fórum deve-se também levar em conta as diferenças de natureza, de “peso” e de localização das entidades. Não se

pode exigir o mesmo grau e o mesmo tipo de participação de uma entidade, cooperativa ou associação atuando na capital e de uma outra atuando no interior; de uma grande cooperativa e de uma pequena recém fundada, de uma organização popular e de uma entidade de assessoria; de uma entidade pouco institucionalizada e de uma outra que disponha de recursos humanos e financeiros razoáveis etc. Um fórum deve ter espaços diferenciados e atividades descentralizadas que permitam a possibilidade de pertencimento de todos. Portanto, *é preciso aprofundar o conhecimento coletivo de cada membro – o que une e o que distingue – e respeitar as concepções de cada um (o Fórum de Rondônia, por exemplo, tinha como prática publicar no seu boletim artigos que apresentavam diferentes pontos de vista das entidades que o integravam)* (Jean Pierre Leroy, 1996).

Da participação das entidades/ cooperativas/ associações

Na realidade, todas as entidades/cooperativas/ associações têm que incorporar o fórum e as suas atividades no seu planejamento. Em geral o fórum é visto como algo a mais para o qual não se reserva tempo nem recursos humanos e financeiros. Cada entidade/cooperativa/associação deve incorporar o fórum e as suas atividades no seu próprio planejamento para que possa haver efetivamente ações e responsabilidades compartilhadas.

A constituição de um fórum como um espaço democrático não é apenas uma questão de princípio (ainda que isto seja fundamental como valor em si). Cabe notar que há outros motivos para a participação: parte dos conhecimentos necessários para a construção das alternativas é oriunda justamente dos trabalhadores da base bem como a própria formulação de propostas e das alternativas em si. Portanto, um fórum que pretende ser propositivo não pode perder esse laço com quem justamente constitui a sua base de legitimação e representatividade. Por outro lado, as ONGs de assessoria e apoio que *têm uma presença real e prolongada junto a diversos setores da população e possuem uma reflexão acumulada sobre/junto a eles, adquirem uma legitimidade e uma respeitabilidade que fazem com que suas opiniões e posições mereçam reconhecimento. Um fórum misto que combine organizações populares, movimentos populares e ONGs pode adquirir legitimidade e representatividade junto a sociedade pela qualidade das suas opiniões, das suas propostas e das suas intervenções em geral. A prova disso não se dá pela intenção, a priori, mas porque ele age de modo acertado, criando confiabilidade para um maior reconhecimento futuro* (Jean Pierre Leroy, 1996).

Há, portanto, que se ter o cuidado permanente de não tornar o fórum um espaço burocratizado e assim perder a legitimidade e a força. Da mesma forma, o fórum tem que viabilizar ações no curto, médio e longo prazos que efetivamente tragam a superação de obstáculos onde seus membros possam perceber resultados.

Sobre a comunicação e a informação para dentro e para fora

Ao lado das plenárias do fórum e das reuniões, é a comunicação permanente para e com todas as entidades/cooperativas/associações do fórum que dá base de sustentação à sua representatividade e evita conflitos desnecessários, pois todos estarão informados e assim vai-se construindo os laços de confiança entre seus membros. É necessário que o fórum cuide da pedagogia e da didática na socialização das informações, de tal maneira que possam atingir realmente a tod@s.

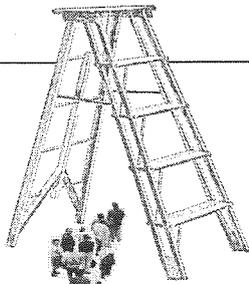
A comunicação e informação para fora (debates, encontros, visitas, boletins, site na internet, jornais, rádios, redes de televisão, panfletagens, audiências públicas etc.) é indispensável na medida em que permite ao fórum exercer a sua responsabilidade de instância de interesse público e adquirir legitimidade perante à sociedade, além de divulgar seus objetivos e visão de mundo.

Enquanto instância de interesse público o fórum tem o dever da transparência sobre o modo como se organiza, como são repartidas as responsabilidades e sobre seus eventuais recursos e financiamentos, o seu orçamento e a sua prestação de contas. Isso não deve ser considerado uma questão interna, da "cozinha" do fórum, é fundamental que o fórum publicize com ampla circulação entre seus membros e para a sociedade todas essas informações.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária é o resultado de um processo de acumulação prolongada de sujeitos de vários tipos ligados ao cooperativismo popular e sindical; aos movimentos e associações de desempregados; a grupos e redes de produtores nos territórios assim como a um conjunto de processos e agentes de apoio que partem de diferentes formações culturais e políticas todos ligados a um experimento em formação e com uma base em grupos e sujeitos produtivos bastante precarizados. Esse conjunto no entanto tem o potencial de iniciar um forte questionamento ao modelo de desenvolvimento e às políticas de trabalho. Hoje o grande número de aliados nos governos municipais, estaduais e agora no governo federal, o número de redes e técnicos em universidades e instituições de apoio tecnológico que vêm aderindo e praticando ações nesse terreno abriu uma esfera política-cultural mais ampla que permite enfrentar desafios no sentido da constituição de um novo marco jurídico e político.

Nesse momento a convergência desses distintos atores dentro e fora do governo criou uma esfera pública não-estatal com a participação de atores governamentais que precisam e se apóiam nesses processos emergentes. As plenárias estaduais e a III Plenária



Nacional que ocorreu nos dias 27 a 29 de junho, com 830 participantes representando 18 estados da federação, inauguraram o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)¹. Estas plenárias mostraram duas dinâmicas interdependentes que no futuro poderão se traduzir em uma prática em que um fórum de atores, movimentos e instituições mobilizaria para uma Conferência Nacional de Economia Solidária com delegados e critérios e cuja pauta teria como objetivo orientar uma política governamental de trabalho digna deste grande desafio.

Porém, ainda estamos longe disso e as necessidades urgentes e a vontade política dos atores colocou uma situação muito especial na dinâmica de construção do Fórum Brasileiro de Economia Solidária em que a esfera pública e o encontro entre governo e sujeitos sociais se deu em um espaço híbrido, o que acentuou mais o caráter de interlocução política do que o da formulação de uma plataforma mais nítida.

A vitória da construção do espaço político-institucional com a Secretaria Nacional da Economia Solidária – SENAES, ligada ao

Ministério do Trabalho e que tem a sua frente o professor Paul Singer empossado no dia 25 de junho, foi sustentada, apoiada, confirmada e festejada nessa III Plenária Nacional. Entretanto, os desafios de construção das demandas que vêm de baixo para cima e da esfera de formulação de políticas mais nítidas para orientar a ação dos governos exige um amplo trabalho de construção de dinâmicas que procuramos caracterizar aqui na visão

¹ Sobre a coordenação nacional do Fórum Brasileiro a Plenária acordou o seguinte: 3 representações por estado sendo 2 constituídas por representações de empreendimentos de economia solidária e 12 representações nacionais constituídas pelas organizações que compunham o antigo GT Brasileiro de Economia Solidária (AB-CRED, ADS/CUT, ANTEAG, CARITAS, IBASE, FASE, MST/CONCRAB, PACS, Rede de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária, Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas - UNITRABALHO).

Sobre a composição a Plenária acordou que o FBES será composto por três grandes segmentos que se comprometem com os objetivos e princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária: 1) empreendimentos solidários, 2) organizações de apoio, fomento, mediação e/ou articulação da economia solidária e 3) gestores públicos que estejam de acordo com os princípios e objetivos da Rede de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária.

O Fórum do Distrito Federal e Entorno e a Cáritas Brasileira (fbes2003@ig.com.br) constituem a secretaria provisória do FBES.

que compreende os fóruns a partir de vários recortes e a partir das experiências coletivas, portanto em tempos diferentes:

- 1) os fóruns territoriais de base que ajudam a organização dos atores nos contextos e situação imediatas a partir dos desafios vividos e que se baseiem em solidariedades construídas de forma direta e entre iguais;
- 2) os fóruns que se aproximam de movimentos sociais que já formulam projetos e agendas e se colocam como agentes políticos diretos ou com efeito nos interesses e no poder;
- 3) os fóruns de atuação e mediação que articulam atores diferentes baseados em convergências, problemáticas e desafios amplos com maior complexidade; e
- 4) os fóruns como espaço para-público quase público ou esfera pública não-estatal que ocupam um espaço político-institucional que no futuro será dado por Conselhos e Conferências como ocorre com a saúde e vai ocorrer com a Segurança Alimentar e a Conferência das Cidades.

O Movimento pela Economia Solidária atravessa de maneira veloz essas segmentações e tipos provisórios e encontrará o seu formato de organização. *Mas esse atravessamento de questões não pode obscurecer as 3 tarefas centrais para a construção de uma política que leve a uma nova economia, quais sejam:*

- 1) *articulação dos processos, movimentos e atores ligados aos grupos, associações e cooperativas populares.*
- 2) *Articulação das redes e fóruns em que instituições diferentes (sindicais, acadêmicas, cooperativas, associações, ONGs etc.) procuram construir uma plataforma comum para negociação com o Estado.*
- 3) *Construção do projeto político que orienta a política governamental para o trabalho que deveria partir hoje de:*
 - a) *um sistema de informação, classificação, identificação dos atores, projetos e público-alvo das ações de fomento*

público para geração de trabalho e renda a partir do cooperativismo autogestionário.

b) A construção de um novo marco jurídico-político de regulação para os empreendimentos e de definição e proteção de direitos sociais e de garantias de acesso ao mercado e ao apoio público por parte do chamado "novo cooperativismo" ou dos empreendimentos da economia popular e solidária.

c) a reconstrução do sistema de política pública de emprego no plano territorial através da busca da cooperação socioprodutiva e dos empreendimentos cooperativos autogestionários (existentes e a serem criados) aproveitando as competências dos trabalhadores distribuídas no espaço urbano e rural dentro e fora das cadeias produtivas.

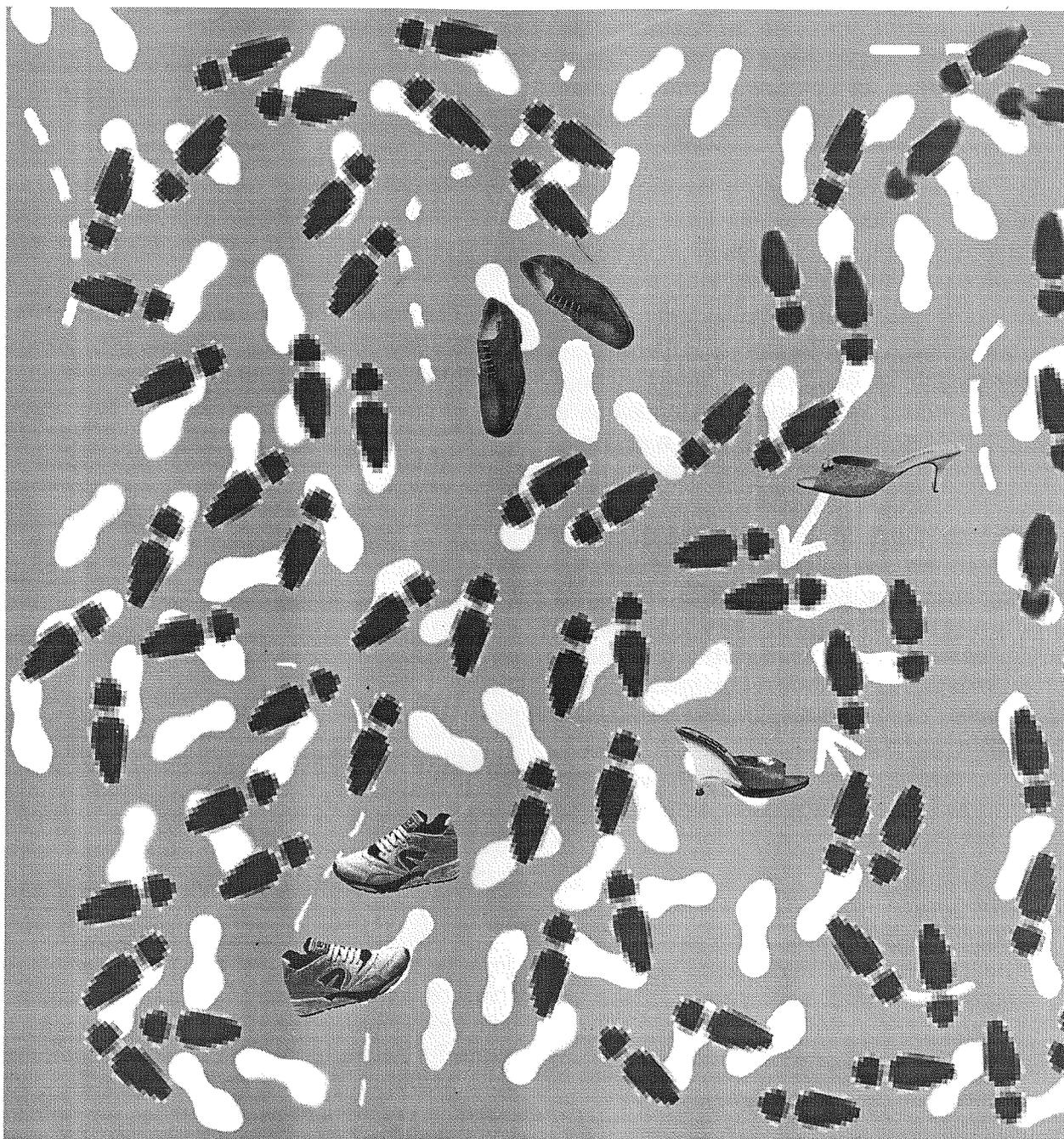
d) O foco estratégico de longo prazo deste processo reside na hipótese de afirmarmos uma estratégia de uma nova economia para o desenvolvimento brasileiro. Nesta nova economia o sistema misto de formas de propriedade e modos de produção e reprodução social teria um setor de economia popular e solidária das classes trabalhadoras enquanto sujeito produtivo disputando a crise e transição do modo de valorização do capital e afirmando uma solução alternativa para a crise e o futuro do trabalho (Cunha Bocayuva, 2003).

Todo esse processo sugere a ampliação da participação, onde o Fórum Brasileiro de Economia Solidária terá certamente um papel muito importante, e a redistribuição do fundo público sobre a forma de bens, investimentos coletivos e de bem-estar social que garantam a realização combinada do direito a uma inserção social digna e à autonomia.

Esperamos que os fóruns - esta nova forma de fazer política que emerge de novos sujeitos coletivos no enfrentamento dos desafios ditados pela reestruturação produtiva, a globalização e frente às novas tecnologias - sejam também uma alavanca para a participação popular cidadã e contribuam para soluções em âmbito local, regional e nacional construindo um novo Brasil com maior equidade e onde o cumprimento dos direitos seja uma realidade.

Economia Solidária, condições de vida, dignidade e autonomia

Daniel T. Rech ¹



¹ Daniel Rech é advogado com especialização em cooperativismo. Vinculado ao CERIS-RJ, presta assessoria a movimentos sociais e populares.

O debate sobre Economia Solidária tem adquirido maior importância e atenção na última década e envolve questões que desafiam a atuação de múltiplas iniciativas em todo Brasil.

Cada setor e cada movimento ou entidade que se atem ao tema possui uma concepção ou, muito mais, uma convicção, a respeito de quais são as suas prioridades, os aspectos essenciais sem os quais não haveria economia solidária.

De modo geral, no entanto, dois aspectos preliminares nos chamam a atenção:

a) A crítica ao sistema capitalista, tão cruel e com conseqüências tão degradantes para a maioria absoluta da população mundial, nos estimulou a focar muito mais na perspectiva da solidariedade como um elemento a ser construído ou conquistado e muito menos na viabilização econômica como que acreditando-se que se a iniciativa mantivesse o viés solidário poderia ser suficiente para todos os demais problemas e desafios que inevitavelmente os grupos e comunidades enfrentam.

b) O outro aspecto preliminar diz respeito ao nosso profundo e tão intensamente acalantado, mas agora meio acanhado, sonho da sociedade socialista, elegendo como essencial a perspectiva coletiva, a qual nos pareceu e é tão absolutamente importante. No entanto, o viés da dignidade pessoal, representado principalmente por condições de vida adequadas e suficientes para todas as pessoas individualmente, sofreu neste caso, uma redução de preocupação ou, pelo menos, foi considerado não necessário em muitos casos, o que pode ter trazido dificuldades insuperáveis.

Por causa disso penso que o debate essencial sobre economia solidária deveria se preocupar com o que talvez seja seu primeiro e imenso desafio que é exatamente a respeito de como conseguir combinar desenvolvimento econômico para todos e cada um que se envolve na iniciativa com solidariedade social entre si, mas também com a comunidade em que se insere o empreendimento e com toda a humanidade, em especial as populações pobres.

A exigibilidade da melhoria das condições de vida para as pessoas integrantes do grupo – o que demanda efetivamente a disponibilização de renda individual e familiar e também a

viabilização econômica do empreendimento a médio e a longo prazo, a qual necessariamente passa pela capacidade de articulação de iniciativas de forma coletiva e das possibilidades de gerenciamento adequado do empreendimento, somadas à sua responsabilidade social – tanto estabelece as condições básicas para a construção das possibilidades de felicidade comum das pessoas que participam como se constitui em suporte fundamental para se pensar a economia solidária como um processo viável, consistente e social-transformador.

É importante ressaltar que esses elementos apresentados não são requisitados um após o outro ou um tem mais importância que o outro, mas todos precisam ser tratados com igualdade de empenho, atenção e investimento para que não se produzam ilusões para todos e nem, por outro lado, se criem condições para que alguns sejam beneficiados e outros não e, ao mesmo tempo, a iniciativa possa ser instrumento de mudança social mais ampla, contribuindo com outras articulações semelhantes.

A par dessas idéias essenciais e preliminares, outros passos ou frentes de atuação são fundamentais e precisam ocorrer, um após o outro ou em conjunto, com companheiros e companheiras da economia solidária, sem o que tropeçamos.

A construção de iniciativas viáveis social, política e economicamente

Não é possível pensar numa iniciativa de economia solidária sem a convicção cultural dos envolvidos de que é possível construir autonomia e dignidade em conjunto.

Portanto, fazem parte desses passos iniciais tanto a construção da unidade do grupo que vai levar adiante o empreendimento como o desenvolvimento da capacidade de superar séculos de ideologia que colocou as pessoas pertencentes às populações pobres num papel de dependência, subserviência e trabalhando como empregados de outros. O passo adiante é as pessoas poderem pensar a iniciativa como algo seu e, principalmente, como um instrumento de afirmação de sua autonomia numa perspectiva de reconhecerem-se como sujeitos de direitos e com capacidade criativa e não meras

executoras de atividades, trabalhadores dependentes de contrato e que simplesmente executam tarefas determinadas por patrões.

É necessário para isso superar a tão insistentemente propalada crença de que as pessoas mais pobres somente poderão aspirar a um emprego onde alguém (que sabe mais, que possui mais) lhes dê ordens e determine o que cada um e todos devem fazer. Aqui faz-se necessária a compreensão e a convicção de que na economia solidária não se trata de emprego, não se trata de trabalho subordinado, mas, sim, de uma iniciativa em que todos e cada um são livres e senhores do seu destino. A mudança de mentalidade (do trabalho subordinado para o trabalho autônomo) talvez seja um imenso desafio e um duro obstáculo a ser enfrentado nesta etapa. Por mais de 50 anos, tivemos uma marcante campanha, com a participação de toda a esquerda e de todos os movimentos e iniciativas sociais, sobre a convicção de que os direitos dos trabalhadores estão vinculados somente ao emprego. Quem não tinha a carteira assinada e não possuía vínculo empregatício não tinha nem direitos e nem futuro.

Este viés de libertação também precisa alcançar a nós próprios. Precisamos superar a nossa convicção de que a Consolidação das Leis do Trabalho, a famosa CLT, é uma lei a favor dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. A CLT prestou um imenso desserviço ao processo de libertação das populações pobres ao determinar o seu único, exclusivo e inevitável papel de subordinados aos patrões e senhores. Segundo a doutrina da CLT (na qual embarcou, de forma um tanto quanto fanática, toda a nossa estrutura de representação sindical, da fiscalização e normatização estatal, incluindo aí tanto o Ministério do Trabalho como o Ministério Público do Trabalho, bem como toda a nossa esdrúxula Justiça do Trabalho), trabalhador bom é o que aceita, cala, obedece e, no final do mês, "usufrui" os ótimos benefícios do salário e outros afagos discutíveis.

Precisamos, por outro lado, superar também os ranços contra o sucesso empresarial das iniciativas como se isso fosse capitular sob a vitória do capitalismo que combatemos. É fundamental aceitar que qualquer iniciativa econômica visa criar condições para que as pessoas tenham mais recursos e que possam constituir meios para se

manter com dignidade a si e às suas famílias ou amigos e amigas e, dessa maneira, contribuir com segurança para o processo de transformação social e, para isso, é necessário haver recursos financeiros provenientes das operações produtivas.

É evidente que, frente a todos estes aspectos levantados, com pessoas que pretendem se afirmar como agentes econômicos produtivos, evitar a perspectiva da competição interna, superar a permanente tentação de tirar proveito sobre os outros e outras, ter a capacidade de se preocupar com os e as demais e partilhar, com justiça, os ganhos obtidos, também demanda um esforço e uma dedicação formativa essenciais. E, para isso, são também necessárias a boa organização, o desenvolvimento da capacidade produtiva e a construção de uma forte rede de parcerias.

1 – A organização

A organização das pessoas que pretendem implementar uma iniciativa econômica e solidária é instrumento essencial para se constituir uma unidade de interesses e, principalmente, a capacidade de se ter um grupo coeso que possa levar adiante uma atividade coletiva em que todos e todas estejam envolvidos e beneficiados (de acordo com o seu empenho e participação) sem se desagregar nas dificuldades ou no sucesso.

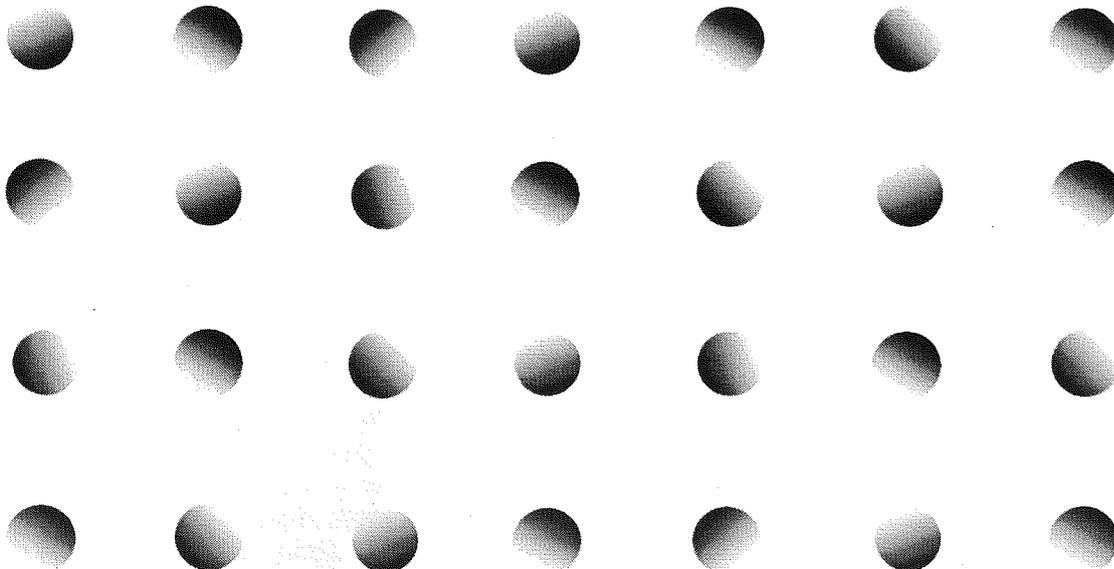
A organização precisa inicialmente ter condições de integrar a todos e a todas que queiram participar, ser democrática e autogestionária. Nela:

a) não haverá uns patrões ou senhores e outros empregados ou subordinados. Todos serão "donos" e "donas" do empreendimento e responsáveis tanto por realizar a produção como por conduzir adiante a iniciativa;

b) as decisões serão tomadas em comum e os resultados serão partilhados entre as pessoas que produzem e que são seus associados e associadas;

c) o domínio e a posse dos meios de produção devem estar nas mãos das pessoas, e cada um e uma e todos e todas, de forma coletiva, precisam se apropriar dos mesmos e utilizá-los da melhor forma possível para que sejam produzidos os melhores benefícios para todos e todas.

Sem uma organização forte, consistente,



articulada, dinâmica e participativa não será possível vencer os grandes desafios do negócio produtivo e, principalmente, da coesão entre os e as participantes da iniciativa coletiva e os problemas que, de imediato e ao longo do tempo, surgirão nas relações entre as pessoas, na produção e com o mercado.

Para isso é necessário que a organização produza graus elevados de participação, interesse e satisfação de todos e de todas, adequação e sustentabilidade tanto política como produtivo-ecológica do empreendimento, como também excelência nos resultados econômicos (com grau de rentabilidade que supera razoavelmente os custos e produz ganhos para serem partilhados). A ausência ou o alheamento da maioria, sem efetivo envolvimento nas decisões e exercício do poder e responsabilidades, bem como a frustração no aspecto econômico (a não correspondência às expectativas produtivo-financeiras de todos) ou a busca da eficiência e do lucro de qualquer forma ou, ainda, a existência do perigo de confundir solidariedade com assistencialismo ou com paternalismo, abalam a própria coesão e a organização social, assim como atropelam os aspectos organizativos vinculados à solidariedade e à participação democrática além de, muitas vezes, estabelecer situações diferenciadas que resultam em desigualdade, em injustiças e no afastamento dos participantes.

2 – Desenvolvimento da capacidade produtiva

Havendo uma boa organização, há de se pensar na implementação de iniciativas para o desenvolvimento de amplos espaços de produção livre, qualificada e autônoma, com a utilização de mecanismos que consigam aproveitar ao máximo a capacidade produtiva de cada uma das pessoas envolvidas no empreendimento, transformando-a em instrumento de afirmação, domínio e controle onde sejam alcançadas tanto soluções para abastecimento, serviços e moradia dos seus integrantes como instrumentos de barganha nas relações com a sociedade e com o capital.

Isso significa, em outras palavras, transformar a sua capacidade de criar produtos e serviços em instrumento de poder, afirmação e dignidade popular. É evidente que, neste caso, os primeiros problemas ou desafios a serem enfrentados serão:

a) a manutenção das pessoas na organização e o desenvolvimento de sua capacidade de progredir e buscar seus objetivos;

b) questões relacionadas ao planejamento da produção, avaliação e controle, onde temas como os relacionados à alta qualidade dos seus produtos (será necessário produzir de acordo

com os padrões atualmente impostos) e de boa aceitação no mercado são definitivos;

c) a superação da baixa rentabilidade, onde os ganhos superem com folga as despesas e a obtenção de liquidez (disponibilidade de capital próprio e distribuição de benefícios aos associados);

d) a diversificação e ampla quantidade dos produtos para não se tornar refém de flutuações de preços e da disponibilidade produtiva dos sócios e sócias tendo de buscar produtos de terceiros para honrar compromissos com o mercado e assim se tornando refém de produtores externos à iniciativa;

e) uma redução eficiente de custos, com a maximização do uso das instalações, recursos, tempo e equipamentos;

f) a disponibilidade de recursos financeiros para investimento e reinvestimento, e

g) o domínio tecnológico e gerencial da produção pelo maior número possível de integrantes da iniciativa, com a busca permanente do conhecimento, domínio da ciência e da informação.

3 – A necessidade das parcerias

Mas, tudo isso não surge do nada. Surge do esforço das pessoas diretamente envolvidas, mas há de se buscar parcerias tanto com organismos oficiais como com organizações sociais de apoio e com outras iniciativas semelhantes para se compor a força de sustentação que mantenha os passos em direção ao futuro.

a) Os organismos oficiais terão, neste caso, a principal responsabilidade de atender especialmente às necessidades de capacitação para o domínio da atividade produtiva, da gestão do empreendimento, disponibilização do acompanhamento técnico permanente até que se possa produzir capacidade de suprir este acompanhamento e, finalmente, claro, recursos para investimento.

b) As organizações sociais de apoio têm uma atuação essencial no que se refere à busca de soluções para os dilemas da iniciativa, do seu papel político, para que o empreendimento não “esqueça” o seu papel social e, especialmente, contribuindo para o fortalecimento da organização como instrumento de transfor-

mação social, não apenas para beneficiar os seus sócios, mas, sim, toda a comunidade, pensando processos que visem mudar a realidade como um todo.

c) Uma vez estas iniciativas estando consistentes, deverão se articular com outras, constituindo complexos econômicos poderosos, que respondam às necessidades dos seus integrantes, dinamizem processos de desenvolvimento regional, reduzam custos e investimento e, ao mesmo tempo, suportem a luta política das populações pobres em busca da sua emancipação e evitando que a concorrência do capital as destrua.

Também é papel das parcerias a busca da construção de novas relações “extra mercado” superando, pela ação educativa, limitações relacionadas à alienação cultural e onde o que existe e o que é criado é partilhado entre as próprias populações que trabalham e não necessariamente precisa ser medido, quantificado e valorado só economicamente.

A construção do instrumental da comercialização

Todos os grupos populares que atuam na área produtiva enfrentam múltiplos problemas relacionados à comercialização. Penso que poderíamos situar estes problemas em três blocos:

A – Os problemas que dizem respeito à produção

Um dos aspectos que mais agrava as dificuldades de comercialização é a disponibilidade de produtos com qualidade e quantidade que possam se impor no mercado. Normalmente os grupos populares produzem pouco (mesmo que na maioria dos casos haja uma qualidade razoável) e com isso não conseguem nem superar os custos nem manter a regularidade da oferta no mercado. Neste caso, falar em dificuldades de comercialização é mais ou menos desviar-se do problema principal.

Para manter os fluxos de comercialização haverá necessidade de programar o aumento da produção e a sua continuidade de forma a atender satisfatoriamente eventuais contratos,



com o estabelecimento de metas claras e com prazos a serem alcançadas.

O estudo de viabilidade da cooperativa de catadores de papel e recicláveis de Belo Horizonte indicava que com o nível de produção existente não seria possível manter a iniciativa viável e nem alcançar resultados compensadores. Foi feito um estudo relacionado ao aumento da produção e em relação à qualidade dos produtos. Estabeleceu-se um programa de melhoria da atuação da cooperativa com o respectivo cronograma, prazos e distribuição de responsabilidades, para poder se alcançar quantidades e qualidades que pudessem viabilizar o empreendimento.

B – Os problemas que dizem respeito à comercialização

Os principais problemas aqui se devem ao fato de que os produtores não dominam o processo de beneficiamento e comercialização e os entregam, pelos mais variados motivos, à atuação dos sempre presentes intermediários.

A relação que a maioria dos empreendimentos possui com os atravessadores talvez ocorra pelo despreparo que têm de gerenciar seus próprios negócios, mas, também, é resultante de alguns equívocos. Exemplo disso a ser citado poderia ser um levantamento feito junto a associações de pescadores em diversos

estados do Norte e Nordeste do Brasil². *“Existem associações que dispõem de espaço e equipamentos e estão qualificadas para gerenciar seus empreendimentos, mas na prática não se diferenciam dos demais”*.³

Jorge Pinto da SILVA⁴, analisando o processo de comercialização em Camará, no Pará, diz que o mesmo sempre se deu *“através do processo de aviamento, pelo qual os pescadores recebem adiantamentos dos intermediários, seja em forma de serviços, materiais de pesca, gêneros alimentícios para a pescaria e também para a família que fica em terra, ou mesmo favores diversos, como passagens nos ônibus, remédios, entre outros que devem ser pagos com o produto de seu trabalho”*.

“A concessão de financiamento, se por um lado garante ao produtor os recursos necessários ao desenvolvimento de sua atividade, por outro, assegura ao intermediário a prioridade na compra do produto, garantindo-lhe sua posição em um mercado sujeito a flutuações sazonais. Nas épocas de entressafra, o produtor sente-se obrigado a

² Pesquisa feita pelo Conselho Pastoral dos Pescadores. 2003.

³ Almeida, Marineide. “Reflexões da condição de vida dos pescadores e pescadoras artesanais à luz da experiência da obtenção de uma linha de crédito”. - Belém, Mimeo, 2003.

⁴ Silva, Jorge Pinto da Câmara: A “ajuda” e a “entrega”. Monografia de especialização na UFPA. - Belém, 1997.

entregar sua produção ao "patrão", sujeitando-se às condições impostas por ele.

Desta forma o pescador entra em um círculo vicioso, pois se por um lado, a escassa disponibilidade de capital e a falta de apoio creditício das instituições oficiais obrigam-no a recorrer ao intermediário, por outro, os elos de dependência que se formam entre aquele e este, praticamente inviabilizam qualquer acumulação que libere o pescador deste vínculo". "Há de um modo geral entre os pescadores a visão de que o intermediário ou patrão é de importância vital para os mesmos, seja pelo fato de não contarem com outras opções para o escoamento de sua produção, ou mesmo por considerarem que tal instituição (a patronagem) é a única que pode oferecer-lhes as condições necessárias para sua reprodução, como mostram algumas afirmações colhidas na comunidade: 'Eu nunca gostei de trabalhar sem patrão, por que eu chego, entrego o peixe e ele que dê conta de enterrar o defunto' ou 'o patrão é bom porque da feita que a gente entregou... tá na mão dele, a gente quer saber de descansar pra poder ir pescar de novo'".

Estes depoimentos apontam também para outros dois problemas relacionados à comercialização. O primeiro diz respeito ao fato de que o pescador não tem condições de assumir o negócio porque a atividade produtiva lhe toma o tempo todo. Este problema está presente em muitas outras iniciativas. Na verdade, o que está em questão aqui é a possibilidade de se apropriarem do valor que é produzido após a primeira atividade produtiva.

Quando assessoramos um grupo de catadores de papel e recicláveis em Belo Horizonte também tivemos a percepção de que o trabalho estafante, difícil, realizado pelos catadores e catadoras, criava condições para que eles acreditassem que não teriam tempo e nem condições para gerenciar um negócio que contemplasse momentos posteriores do processo produtivo. No entanto, a compreensão deles e delas sobre o valor usufruído pelo atravessador, exatamente após a coleta, fez com que se convencessem da importância de destinar um tempo para se apropriarem deste valor e levar mais adiante o domínio sobre o processo.

O outro aspecto, também vinculado a este, é que o produtor tem bastante dificuldade de compreender ou dominar as especificidades dos trâmites da comercialização (que são efetivamente bastante complicadas) e isso lhe tira o estímulo de assumir a atividade, ainda mais que terá de ser feita em nome de todos os demais e isso o remete para um campo bastante incompreensível da soma de produtos para a comercialização conjunta. Mesmo no campo é muito fácil comercializar as galinhas ou o arroz que é produzido no sítio, mas tratar da comercialização não só dos nossos, mas do conjunto de produtos de uma quantidade grande de sócios, somente poderá ocorrer se houver uma capacitação específica para isso.

C – A formulação e controle de preços e custos

Por outro lado, a pouca produção ou a artesanaria utilizada faz com que os produtos fiquem bem mais caros e isso afasta exatamente o público que nós desejamos alcançar com a nossa economia solidária. Para superar este problema, algumas iniciativas têm adotado a venda de um produto por preço abaixo do custo real (uma prática bastante comum entre as que são subsidiadas por recursos externos) e isso pode até resolver os problemas da comercialização de imediato, mas coloca em total risco a possibilidade de viabilizar a iniciativa economicamente porque a descapitaliza e cancela novos investimentos.

A regra geral, neste caso, é que os preços sejam suficientes para cobrir as despesas e que possam gerar sobras tanto para remunerar os envolvidos como para reinvestimento e ampliação das atividades produtivas. Se a formulação dos preços levar a índices irrealis ou impossíveis de serem absorvidos pelo mercado, então será a hora de se pensar na redução dos custos e na utilização de novos equipamentos e conhecimentos que barateiem os produtos oferecidos.

Além da redução dos custos, outras providências deverão ser tomadas:

a) A agregação do valor ao produto, tornando-o mais aceito pelo consumidor.



b) A espera do momento certo para vender.

c) A diminuição dos custos da intermediação, fazendo com que o preço se mantenha numa margem menor entre o produtor e o consumidor.

A agregação de valor ocorre quando o produtor se apropria de outras etapas da preparação ou beneficiamento do produto antes de chegar ao uso do consumidor.

Neste caso, se o produto é beneficiado não há sentido que esta atividade seja executada por outra pessoa que não a que produz. É verdade que para realizar esta tarefa haverá necessidade de dispor de muitos recursos, o que a maioria das iniciativas populares não tem. Mas aí será o momento de buscar a redirecionalidade das políticas públicas para que o Estado possa viabilizar o empreendimento.

Os produtos, de modo geral, variam o preço de acordo com a oferta e a procura. Quando há muita disponibilidade do produto, os preços despencam. Quando há pouca, sobem. Então, neste caso, ganha mais quem soube esperar a entressafra. No entanto, esperar a entressafra nem sempre é fácil. Haverá necessidade de equipamentos e instalações adequadas para manter o produto. Mas, também neste caso, a organização poderá buscar medidas que possam viabilizar esta espera e assim os novos preços poderão beneficiar os produtores.

Entretanto, o caminho mais interessante e mais recomendado é o da diminuição da distância entre o produtor e o consumidor, fazendo com que o produtor se aproprie de

todos os momentos posteriores à produção e que possa entregar o seu produto direto ao consumidor. A eliminação do intermediário, neste caso, é a meta mais importante de ser alcançada.

Na formação dos preços dos produtos, a parte que cabe a um, dois, três e até quatro intermediários poderia ser do produtor se ele tivesse condições de fazer o que cada um dos intermediários fazem. E, às vezes, os intermediários fazem pouca coisa.

Um exemplo estudado por Jorge Pinto da Silva⁵ a respeito da pesca pode servir como ilustração do que estamos falando. O peixe é pescado pelo pescador, mas antes de chegar ao consumidor ele passa por dois ou três intermediários. O que eles fazem não é tanta coisa. O máximo é que colocam o peixe no gelo, têm uma estrutura mínima de conservação e o transportam até outro lugar onde outro intermediário espera com ganância ganhar alguma coisa sobre o que está chegando. O levantamento de preços feito por Jorge Pinto da Silva para a Amazônia indica que o peixe com estas viagens triplica o preço e quem paga por tudo isso é o consumidor. Mas o pescador nada ganha além de um terço do preço final o que significa, no máximo, recursos apenas suficientes para a obtenção dos insumos para sua atividade e algum alento para a sua sobrevivência e de seus familiares.

Na pesquisa feita por Marineide Almeida, a *"respeito da comercialização do produto, somente dois grupos (dos dezoito pesquisados), os de mulheres (Cachoeira e Pereru) é que dizem fazer a comercialização do produto beneficiado. Os demais entregam o produto in natura, isto é, o produto não sofre nenhum tratamento pelo pescador. Sobre o valor do produto todos afirmam que depende do mercado, se a procura for grande a tendência é aumento no preço, caso contrário, o valor cai. Porém, dizem que quem mais ganha é o atravessador, pois é ele quem estipula o preço a ser pago no momento da comercialização"*⁶.

Nos lugares em que houve a oportunidade de instalar estruturas de armazenamento, conservação e comercialização nas mãos dos próprios pescadores, pode-se observar uma melhoria efetiva nas condições das pessoas envolvidas e uma capacidade muito maior de construir a autonomia e a afirmação de sujeitos produtivos.

Só o fato dos catadores de papel e recicláveis de Belo Horizonte terem conseguido, com o apoio da Prefeitura e de organizações da Igreja Católica, ter um local para separar os produtos recolhidos, prensá-los e levá-los até à indústria de reciclagem, permitiu que eles pudessem auferir ganhos bem maiores que antes quando apenas coletavam o papel ou outros produtos e entregavam diretamente ao intermediário. Da situação de indigentes passaram (os associados e associadas da cooperativa) a pessoas com alguma renda disponível, com os filhos na escola, uma situação mais saudável e uma evidente melhoria nas condições de moradia.

A organização mais adequada

Tem se falado muito sobre qual seria a alternativa de organização mais adequada para processos de economia solidária.

O Novo Código Civil Brasileiro, que regula a matéria, concentrou as organizações que atuam na área do comércio no bloco das sociedades, excluindo portanto as associações que apenas podem se dedicar a atividades "não econômicas".

Com isso, as possibilidades instrumentais ficaram limitadas às empresas e às cooperativas.

A utilização do recurso empresarial sempre foi rejeitada por iniciativas solidárias, mesmo porque naquelas há o predomínio do capital sobre as pessoas e a busca do lucro a qualquer preço é a sua principal característica.

Com isso, ficamos com a possibilidade cooperativista.

Às vezes, para muitas organizações, a destacar as chamadas ONGs, a proposta cooperativista, especialmente pelo desconhecimento sobre o assunto, acaba sendo quase que como um mal necessário ou uma inevitabilidade impossível de ser desviada.

O que as cooperativas buscavam, desde o surgimento de sua concepção mais moderna no Século XVIII, era resguardar e afirmar, por meio de atividades autônomas, certos âmbitos

⁵ SILVA, Jorge P. da. Op. Cit. Idem, ibidem.

⁶ ALMEIDA, Marineide. Op. Cit. Idem, ibidem.

da vida pressionados pelas péssimas condições do trabalho assalariado. Foi para isso que se constituíram e se consolidaram especialmente as cooperativas de trabalho e de produção em todo o mundo e somente as que conseguiram a síntese do social e do econômico puderam se afirmar e permanecer como instrumento de benefício para os seus integrantes e como sinal da possibilidade dos pobres conquistarem pelo menos uma parcela da sua liberdade e da sua autonomia.

Um debate atual em relação às cooperativas está relacionado a que, aproveitando uma pretensa "brecha" na lei aprovada (que efetivamente não existe), estão se constituindo muitas iniciativas fraudulentas, que exploram trabalhadores e trabalhadoras e que se autodenominam de cooperativas. Só que, neste caso, os principais problemas estão na ausência de informações e domínio da capacidade de decisão autônoma por parte dos trabalhadores e trabalhadoras ludibriados e, por outro lado, está na fiscalização, a qual deveria coibir as iniciativas que fraudam a lei e burlam direitos.

O que é ruim, portanto, não são as cooperativas, mas as fraudes.

Um outro grande debate, este positivo, está relacionado ao fato de os integrantes das cooperativas poderem possuir força gerencial e econômica. Em decorrência disso existe a possibilidade de que, em iniciativas coletivas, possam também se constituir como sujeitos políticos autônomos.

Isso, parece, está mexendo com muita gente. Desde os que querem que os pobres continuem inexoravelmente destinados ao trabalho (que desgasta) e ao emprego (posição subordinada), até aos que estão preocupados com o fim das categorias vinculadas ao trabalho assalariado (dependente dos patrões) e também com o fim dos velhos sistemas de intermediação dos contratos e acordos nas relações de trabalho.

Há, portanto, ainda um longo caminho a percorrer, mas esperamos que a economia solidária possa constituir um bom movimento que contribuirá efetivamente para o processo de transformação social e construção de uma nova realidade.

UMA REDE
A SERVIÇO
DA DEMOCRACIA E
DA JUSTIÇA SOCIAL

A ABONG reúne organizações da sociedade civil que dedicam seu trabalho à consolidação da democracia, à conquista de direitos e à justiça social. Conheça e participe das atividades desenvolvidas em seus Fóruns Regionais. Junte-se a esta missão.

AB ONG

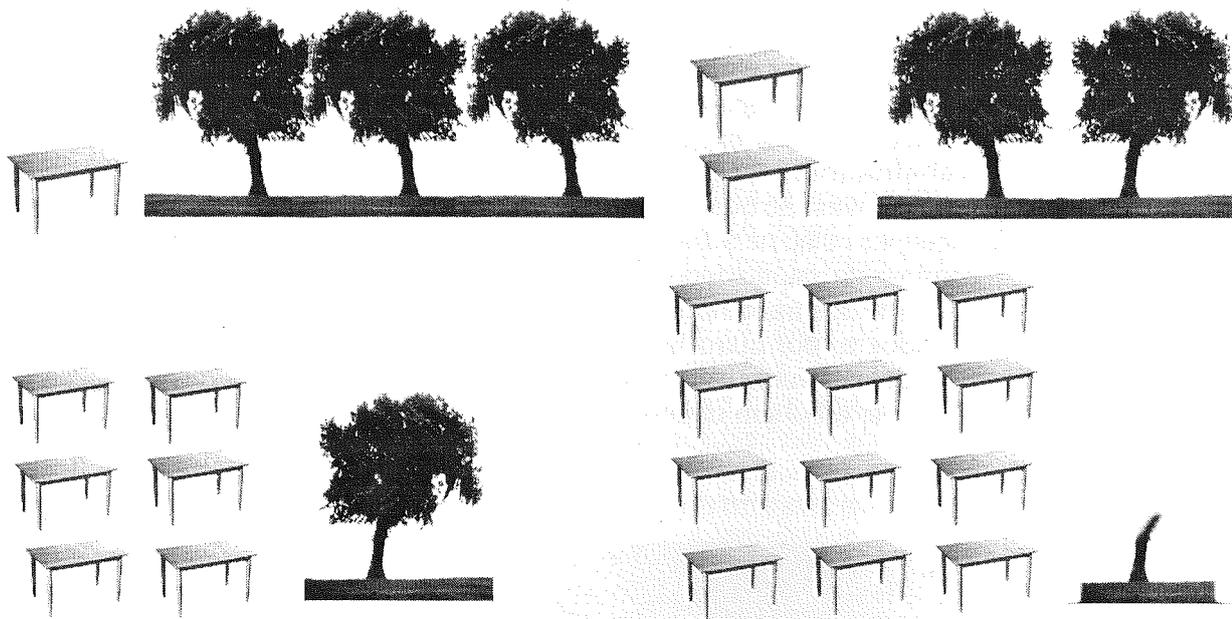
associação brasileira de ONGs

ESCRITÓRIO NACIONAL
Rua General Jardim, 803 - 7º
Vila Boerques São Paulo/SP
Tel: 11 3287 2122
abong@uol.com.br
www.abong.org.br



Comércio Justo: entre a solidariedade e a utopia

Rosemary Gomes*



* Assessora Nacional da FASE, animadora da RBSES - Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, integrante do Grupo de Trabalho de Gestão do Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário-Brasil - FACES do Brasil e do GT Brasileiro - Grupo de Trabalho Ecosol para o FSM.

O que chamamos de Comércio Justo?

O comércio justo se define como uma parceria comercial baseada na proximidade, transparência e respeito entre produtores e consumidores, com pretensão de uma maior igualdade no comércio internacional. As organizações do comércio justo se envolvem ativamente, apoiando os produtores, sensibilizando o público e realizando campanhas em prol da mudança de regras e práticas do comércio internacional.

Por trás dessa parceria comercial estão uma série de bandeiras específicas relacionadas a um novo padrão de desenvolvimento, a principal delas é a promoção do desenvolvimento sustentável, oferecendo melhores condições de trocas, criação de novos mercados e garantias de direitos aos produtores/trabalhadores.

“O Comércio Justo procura criar os meios e oportunidades para melhorar as condições de vida e de trabalho dos produtores, especialmente os pequenos produtores desfavorecidos. A sua missão é a de promover a equidade social, a proteção do ambiente e a segurança econômica através do comércio e da promoção de campanhas de conscientização” (definição da NEWS! - Network of European World Shops, a rede europeia de lojas de CJ).

Assim, os princípios do Comércio Justo são (ainda segundo a NEWS!):

1. o respeito e a preocupação pelas pessoas e pelo ambiente, colocando as pessoas acima do lucro.

2. O estabelecimento de boas condições de trabalho e o pagamento de um preço justo aos produtores (um preço que cubra os custos de um rendimento digno, da proteção ambiental e da segurança econômica).

3. A abertura e transparência quanto à estrutura das organizações e todos os aspectos da sua atividade, e a informação mútua entre todos os intervenientes na cadeia comercial sobre os seus produtos e métodos de comercialização.

4. O envolvimento dos produtores, voluntários e empregados nas tomadas de decisão que os afetam.

5. A proteção e a promoção dos direitos humanos, nomeadamente os das mulheres, crianças e povos indígenas.

6. A conscientização para a situação das mulheres e dos homens enquanto produtores e comerciantes, e a promoção da igualdade de oportunidades entre os sexos.

7. A proteção do ambiente e de um desenvolvimento sustentável está subjacente a todas as atividades.

8. A promoção de um desenvolvimento sustentável, através do estabelecimento de relações comerciais estáveis e de longo prazo.

9. A promoção de atividades de informação, educação e campanhas.

10. A produção tão completa quanto possível dos produtos comercializados no país de origem.

As organizações do comércio justo pretendem garantir esse conjunto de princípios através de um sistema próprio. As entidades de certificação exercem um controle junto aos seus parceiros, enquanto os atacadistas e as lojas alternativas se comprometem a trabalhar dentro das condições pré-definidas, colocando toda a informação à disposição de seus clientes ou consumidores.

Produtos comercializados no comércio justo

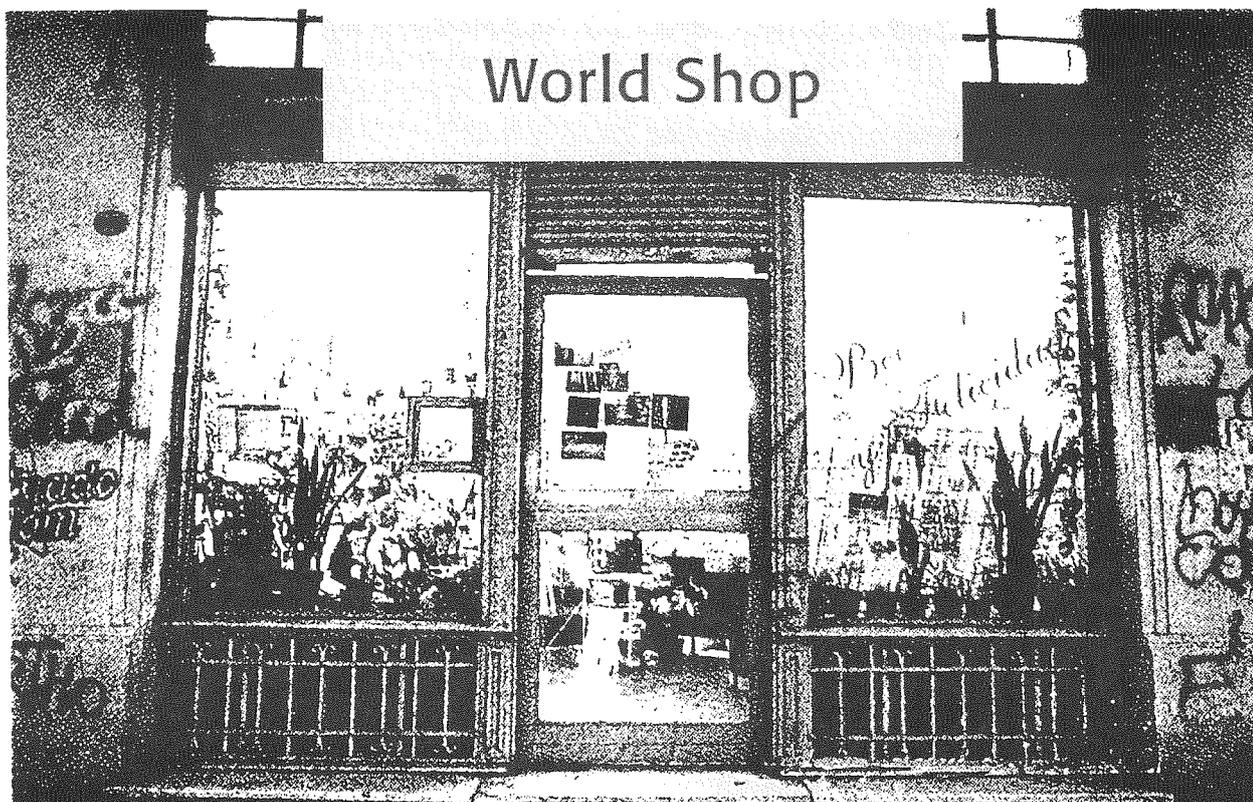
Os produtos comercializados variam do café e do chá ao papel reciclado, do caju ao artesanato, do cacau ao vestuário, da música étnica aos jogos didáticos.

O comércio justo foi responsável pela geração, entre as “World Shops” (lojas de comercialização de produtos “solidários”) europeias, de 15 milhões de dólares de volume de negócios em 1996.

Mesmo com o grande aumento desse tipo de comércio nos últimos anos e da importância da iniciativa para os pequenos produtores dos países do sul, o “Fair Trade” ainda constitui um mercado de nicho, absorvendo apenas 0,02 % de todo o comércio internacional (Bowen, 2001).

Origens do Comércio Justo (Fair Trade)

O movimento, nascido no norte da Europa há cerca de quarenta anos, envolve hoje mais de cinco centenas de produtores no hemisfé-



rio sul, múltiplas organizações de exportadores e importadores e cerca de 4.500 "World Shops" na Europa.

Nessas lojas o voluntariado coabita com a profissionalização.

Apesar da falta de enquadramento institucional desta forma de cooperação, o movimento do comércio justo conta, na maioria dos países europeus, com um considerável grau de reconhecimento público.

Até o início dos anos 90, o comércio justo era considerado um movimento de poucos militantes utópicos em defesa de um ideal inatingível – a busca pelo preço justo no mercado internacional, ou seja, promover a justiça entre desiguais. Atualmente podemos destacar duas estratégias diferentes no movimento do comércio justo: de um lado o processo de comercialização integrando redes de lojas específicas e, de outro, a distribuição em grandes e médios supermercados (através da logomarca *Max Havelaar*).

Essas estratégias estão relacionadas com a ampliação e repercussão das redes de Economia Solidária, em especial na Europa e na América Latina, e com o aumento, a partir do

ano 2.000, na Europa, de diversas novas empresas administradas majoritariamente por jovens. A partir daí o comércio justo na Europa ganhou uma nova dinâmica pelo uso de métodos oriundos do marketing, por exemplo, *Alter Eco*¹, especialmente na comunicação com a mídia.

Quais os principais atores no comércio justo internacional?²

NEWS! - Network of European World Shops: fundada em 1994, essa estrutura coordena 15 associações nacionais e regionais de "World Shops" oriundas de 13 países europeus.

IFAT - International Federation for Alternative Trade/ Federação Internacional para o Comércio Alternativo: agrupa 148 organizações (2/3 das quais de produtores do sul) de 48 países da Europa, América do Norte, África, Ásia e América Latina.

EFTA - European Fair Trade Association: associação de importadores europeus.

¹ Ficha sobre conceitos elaborada por Pauline Grosso no âmbito do convênio SUD-ABONG.

² <http://homepage.esoterica.pt/~cidac/cjusto.html>

Max Havelaar – Selo de produtos certificados para o comércio justo criado em 1988, na Holanda, em um programa promovido por Solidariedad³ e que atualmente promove a distribuição de produtos alimentares nos grandes canais de distribuição da Europa.

FLO - International Fair Trade Labelling Organisation: fundada em 1977, a FLO atualmente coordena os diversos selos de Fair Trade em 14 países europeus, Canadá e EUA.

As “World Shops” (tendas ou lojas) de comércio justo são lojas de “fair trade” também conhecidas como *tendas do mundo* ou *lojas de produtos solidários*.

Essas lojas orientam a sua atividade por um conjunto de critérios:

1. a loja apóia a definição e os princípios do comércio justo através da sua missão, valores, material de divulgação e atividades.

2. A função principal da loja é a promoção do comércio justo através da venda de produtos comercializados de modo justo (“fairly traded”), da informação e da participação em campanhas de sensibilização.

3. A loja reinveste os seus lucros no circuito do comércio justo, nomeadamente no fortalecimento das estruturas de importação e produção e na melhoria das infra-estruturas e serviços acessíveis aos produtores.

4. A loja informa o público sobre os seus objetivos, a origem dos produtos, os produtores e o comércio mundial. Ela apóia as campanhas que promovem a melhoria da situação dos produtores, bem como as que visam influenciar as políticas nacionais e internacionais.

Os três componentes do comércio justo são indissociáveis: as vertentes de **informação/conscientização** e participação em **campanhas** devem necessariamente acompanhar a vertente de **comercialização** dos produtos “solidários”.

Acreditamos que mesmo na Europa o antigo trabalho voluntário de jovens e idosos nessas lojas vem sendo substituído cada vez mais pelo trabalho profissional, com as garantias e direitos trabalhistas. As lojas européias cumpriam e ainda cumprem um papel chave na educação do consumidor responsável, crítico e solidário. Na América Latina nos parece fundamental a organização desse tipo de lojas como

canal de distribuição e educação, organização de cooperativas de consumo, compras coletivas e entidades cujo objetivo seja a organização/educação dos consumidores. Por outro lado, a sustentabilidade dessas lojas, enquanto empresas, está ameaçada pela ampliação do mercado de produtos do comércio justo nas grandes cadeias de distribuição. Uma das propostas para resolver essa nova concorrência seria o reforço dos princípios do Comércio Justo e um novo selo, agora mais focado na inserção e protagonismo dos atores produtivos organizados e menos com a referência aos países de origem dos produtos oferecidos nessas prateleiras dos supermercados.

Principais dúvidas sobre a estrutura do sistema internacional de Comércio Justo

→ Em um mundo pautado pela economia capitalista podem co-existir mercados?

→ Como realizar trocas justas entre parceiros desiguais (de países do norte e do sul) sem mudar primeiro as regras do mercado internacional?

→ O que significa preço justo para os produtores do sul e para os consumidores do norte?

→ Podemos apostar na mudança desse mercado globalizado na perspectiva de uma globalização da solidariedade?

→ As lojas de comércio justo devem ser sociedades anônimas ou cooperativas?

→ Existe na Europa o perigo da educação dos consumidores passar da fase de sensibilização do consumo cidadão para um marketing simplista centrado no aumento das cifras de negócios das lojas?

→ Estamos realmente inserindo nos nossos debates as questões relacionadas aos padrões hiperconsumistas? Levando em consideração que em questão de volume eles estão fortemente concentrados nos países do norte e que são, sem dúvida, um dos principais fatores de degradação do meio ambiente.

→ Nossos parceiros dos países do norte não estariam demasiadamente preocupados

³ Agência de Cooperação Internacional Holandesa.

com a abordagem dos direitos ao consumidor, usando para isso um sistema de acreditação, certificação e selo com uma focalização por demais etnocêntrica derivada provavelmente da divisão internacional do trabalho - produção nos países do sul e o consumo nos países do norte?

→ Até que medida o processo de certificação é uma exigência de garantia dos critérios de justiça e não de exclusão social, especialmente para as famílias produtoras do Terceiro Mundo?

→ Como fortalecer novas relações sul-sul e norte-norte no movimento do Comércio Justo Internacional? E como resolver a questão do financiamento desses processos visto que as agências de financiamento se localizam no norte?

→ E no Brasil por que a grande maioria das experiências tidas como de Comércio Justo estão separadas do chamado comércio solidário, que integra o movimento nacional de Economia Solidária?

→ Que relação poderemos construir entre esse movimento internacional e as nossas necessidades regionais, com a plataforma de segurança alimentar, com a reconstrução de cadeias produtivas, com foco no desenvolvimento local e regional?

→ A construção de sistema nacionais de certificação participativa, adoção de selos nacionais e a definição de estratégias de comercialização local/regional podem se integrar e fortalecer também os processos e o movimento internacional do Comércio Justo?

Como tentativa de responder esses questionamentos surge o FACES do BRASIL - Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário no Brasil⁴

Pelas razões acima, entre outras, "Comércio Justo" é uma expressão que ainda está relacionada à certa desconfiança aqui no Brasil. Os produtos e cadeias produtivas que mais aparecem no mercado internacional com a marca de Comércio Justo são aqueles que envolvem grandes indústrias ou médios produtores. Na maioria das vezes os beneficiados não são os pequenos agricultores familiares, extrativistas ou os pequenos produtores urbanos.

Para muitos o Comércio Justo no Brasil ainda está fortemente vinculado ao marketing da responsabilidade social de grandes empresas, para outros atende somente aos anseios dos consumidores dos países do norte, que comprando dos países mais desvalidos se sentem contribuindo para um mundo melhor. E para outros ainda são as grandes distâncias geográficas e as diferenças culturais que estariam impedindo a maior proximidade e transparência entre produtores e consumidores (um dos princípios do comércio justo). Uma relação sempre intermediada pela estrutura de importadoras, trabalho de certificadoras, interesses das lojas etc. cuja maioria é oriunda dos países do norte.

No entanto, e apesar de tais reações, existe um resgate ou releitura desses princípios do comércio justo e um trabalho de sensibilização em curso no Brasil, ora reforçado no interior das redes de economia solidária e com foco central no desenvolvimento local, ora na organização de fóruns e eventos temáticos no interior do novo governo federal.

De qualquer forma concordamos tod@s que Comércio Justo ainda é um conceito em construção no Brasil, mesmo considerando que já existem produtos brasileiros como o café, o suco de laranja, a aguardente, artesanatos etc. que se destacam nas lojas da Europa.

Outro aspecto interessante é que essas lojas integram produtos do comércio justo (aqueles que possuem o selo) e produtos chamados "solidários" (definidos pelos seus países de origem ou pelos grupos de atores beneficiados (mulheres, negros,...) porém sem o selo de certificação.

No Brasil essas Lojas Solidárias ainda são muito poucas mas podemos destacar algumas como: a Loja da Reforma Agrária em São Paulo, a Loja da Visão Mundial em Recife, a Loja da Rede Sol em Curitiba que além da alternativa de comercialização para os pequenos produtores rurais e urbanos também divulgam a proposta e atuam na formação de um novo tipo de consumidor.

O governo brasileiro tem um histórico de pouco apoio às atividades das ONGDs⁵ e não

⁴ Retirado parcialmente do texto elaborado por Felipe Sampaio (Fundação Lindolfo Silva - Contag) como contribuição para o folder de apresentação do FACES do Brasil.

existiam, até muito recentemente, programas que incluíssem a Educação para o Desenvolvimento.⁶

Na tentativa de construir um conceito brasileiro para o que chamamos no plano internacional de comércio justo surge o conceito de **Comércio Justo, Ético e Solidário**.

Em linhas gerais, o comércio justo, ético e solidário parte da hipótese de que grande parte da miséria, da devastação ambiental e da massificação cultural do nosso mundo globalizado é resultado de relações comerciais injustas, entre pessoas, empresas e nações. Sendo assim, admite a suposição de que será este mesmo mercado o cenário das transformações que desejamos, e que a reconstrução de um mercado justo e equitativo será conquistada a partir da restauração coletiva da qualidade ética dessas relações, apoiada num Estado atuante a favor da eliminação das desigualdades sociais.

O comércio justo, ético e solidário, portanto, não se constitui de um conjunto de ações de caráter filantrópico, nem se trata de uma nova abordagem comercial segmentada, restrita a pontos de venda e consumidores privilegiados e engajados. O comércio justo, ético e solidário é uma estratégia da sociedade para a construção do mercado a serviço do bem-estar das pessoas e da conservação do meio ambiente.

Para isso, o comércio justo, ético e solidário promove a sinergia e o debate entre linhas de ação como os movimentos orgânicos, ambientalistas, desenvolvimento territorial, sistemas de certificação, acordos de comércio internacionais facilitando o diálogo entre os diferentes esforços que têm como objetivo o desenvolvimento local sustentável ou a redução da miséria e das desigualdades sociais.

Comércio Justo, Ético e Solidário – preocupações e princípios

O comércio justo, ético e solidário está baseado em princípios como a erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo; eliminação das discriminações de raça, gênero e religião; preservação da saúde das pessoas e do ambiente; eliminação dos níveis de intermediação comercial especulativa; garantia do pagamento de preços justos aos pequenos produtores; respeito aos direitos trabalhistas;

respeito às identidades históricas e culturais locais e regionais; valorização das dimensões não geográficas do território; fortalecimento das capacidades de escolha e planejamento das pessoas; estímulo ao surgimento de formas associativas e cooperativadas; apoio ao desenvolvimento e oferta de ferramentas de conhecimento e de tomada de decisão; garantia dos fluxos multidirecionais de informações entre os atores envolvidos, entre outros.

Comércio Justo, Ético e Solidário – um conceito para o Brasil

Estratégia de empoderamento dos trabalhadores assalariados, pequenos produtores urbanos e rurais e agricultores familiares, que se encontram em desvantagem econômica ou marginalizados pelo modelo de mercado globalizado predominante, baseado em:

- Relações comerciais éticas e co-responsáveis entre os diversos atores da cadeia produtiva e entre nações.

- Remuneração justa e digna para quem produz e composição de preços transparente para quem consome, contribuindo para a restauração dos níveis de solidariedade e cidadania no interior da sociedade.

- Respeito às diversidades culturais e históricas e reconhecimento do valor do saber e da imagem das comunidades tradicionais.

- Defesa da convivência sustentável entre as pessoas e o meio ambiente.

- Promoção do diálogo entre quem produz e quem consome, como forma de se contrapor ao conceito de sucesso e prazer baseado na competição e no consumo massificado, em favor de um modelo de mercado livre para todos, a serviço da felicidade e da liberdade de todas as pessoas.

O Fórum de Articulação para o Comércio Ético e Solidário do Brasil – **FACES do Brasil** resultou do encontro de diversas experiências

⁵ Organizações não-Governamentais de Desenvolvimento.

⁶ Reconhecemos que nesses poucos meses do Governo Lula pelo menos três Ministérios já possuem secretarias com ações voltadas para a educação para o desenvolvimento: MMA – Secretaria de Comércio e Meio Ambiente; MTE - Secretaria Nacional de Economia Solidária/Senaes e no MDA – Secretaria de Apoio à Agricultura Familiar.



e iniciativas privadas e governamentais que vêm acontecendo deste 2000 no Brasil, não só relacionadas diretamente com comércio justo, ético e solidário internacional, mas também as associadas com a implementação de políticas e projetos voltados para o fortalecimento das capacidades de pequenos produtores rurais e urbanos de diferentes setores de atividades.

Ainda em fase de estruturação, o Fórum - FACES do Brasil parte do ponto de vista de que os cidadãos e as organizações do Brasil, bem como as internacionais que atuam no Brasil ou para o Brasil, carecem de um composto referencial com foco no desenvolvimento local sustentável, na eliminação da miséria e da desigualdade social, na conservação do ambiente e no resgate das identidades e culturas territoriais. Esse conjunto inclui princípios, valores, normas, regulamentos, critérios, ferramentas, estratégias e políticas, que garantam a qualidade física e não-física dos produtos, processos e relações para um mercado justo e equitativo.

A questão do financiamento do Sistema de Comércio Justo

Tradicionalmente, o financiamento é um assunto delicado no meio das ONGs e no

movimento do Comércio Justo em particular. Quais são os financiadores "desejáveis"? Quais devem ser excluídos por motivos éticos ou outras razões? No Comércio Justo, as respostas a estas perguntas têm sido procuradas de forma mais ou menos recursiva: não é recomendável aceitar donativos de cadeias de supermercados, por exemplo - embora lutemos para colocar os nossos produtos nas suas prateleiras. Na América Latina, por exemplo, não existe como na Comunidade Européia financiamento das atividades relacionadas com a comercialização das suas linhas de financiamento para a Educação para o Desenvolvimento, encontramos totalmente dependentes dos fundos públicos, da construção de sistemas de financiamento solidário, do apoio dos importadores ou das nossas próprias economias para financiarmos os nossos orçamentos. Mas, e quando estas fontes não existem?

Para isso seria preciso investir em sistemas integrados de finanças éticas e solidárias. Sistemas onde o cooperativismo de crédito e os atuais programas de micro-crédito incluíssem nas suas linhas de financiamento recursos para projetos e experiências em cuja centralidade estivesse o atendimento de demandas coletivas dos

territórios locais e não apenas de iniciativas individuais ou econômicas isoladas. Ou seja, no apoio ao fortalecimento de redes produtivas e nos complexos e pólos cooperativos das diversas regiões.

Na Europa, as "World Shops" são geralmente geridas por ONGs ou cooperativas. Na América Latina com a ampliação do setor cooperativo associado ao movimento da Economia Solidária, as organizações de base como cooperativas, associações de produtores, redes estaduais e municipais de economia solidária e até as associações de moradores parecem ser uma alternativa. Isso nos traz de volta ao velho impasse: como aumentar as escalas e financiar os custos?

A resposta à escala poderia ser dada pela reestruturação dos sistemas públicos de apoio aos pequenos e microempresas incorporando também as cooperativas e associações produtivas nos processos de desenvolvimento local. Planejamentos da produção regional, consórcios municipais, sistemas de informação, agências públicas de fomento para capacitação/treinamento com convênios com as universidades para o desenvolvimento de

novos produtos e serviços. Algumas dessas experiências já existem, porém sem a necessária articulação e colaboração entre essas iniciativas num mesmo território. Por outro lado, a pouca divulgação dessas experiências dificulta o efeito multiplicador que poderiam potencializar.

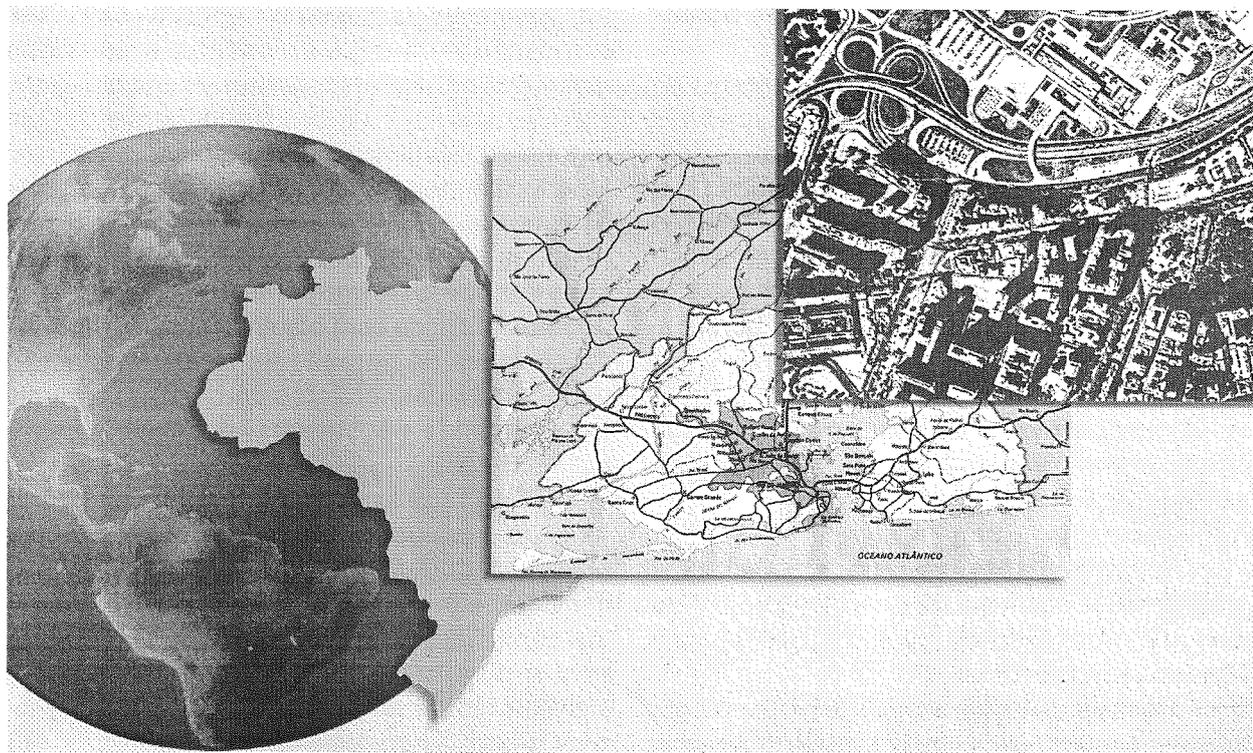
As empresas de autogestão apoiadas pela ANTEAG⁷ poderiam ser inseridas também nesse contexto onde a colaboração pode ser para dentro do sistema (entre as várias empresas associadas) e para fora entre essas empresas e demais grupos e cooperativas do mesmo território ou da mesma cadeia produtiva.

Desafios do Comercio Justo⁸

Durante as três primeiras versões do Fórum Social Mundial – POA um conjunto de entidades denominado GT-Brasileiro Ecosol/FSM organizou, juntamente com outras 17 redes internacionais promotoras/fomentadoras de

⁷ Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária.

⁸ Retirado do documento de síntese dos eventos de comércio justo no III FSM, eventos promovidos pelo conjunto de 18 Redes Puxadoras de Economia Solidária com representantes dos 5 continentes.



experiências de Economia Solidárias nos 5 continentes, uma série de eventos (seminários, oficinas e painéis) sobre o Comércio Justo e durante o III FSM foi sistematizado uma plataforma de desafios comuns que listamos abaixo:

- A necessidade de utilizar o Comércio Justo como impulso de transformação das regras do comércio internacional. Ou seja, o Comércio Justo deve se desenvolver como um verdadeiro movimento social.

- O Comércio Justo deve assumir um papel de educação dos consumidores. Deve sempre lançar campanhas destinadas à conscientização e responsabilidade da sociedade e à pressionar as grandes empresas e os poderes públicos.

- Aliança entre organizações internacionais de credenciamento (rotulagem e elaboração de padrões) que têm como objetivo:

1) promover e garantir que as preocupações com as questões do Comércio Justo façam parte do comércio internacional;

2) procurar uma cultura de crescente melhoria profissional entre as organizações e membros;

3) articular os selos de Comércio Justo criando maneiras de certificação adaptadas, isto é, com baixo custo e equidade;

4) troca de informações sobre os pontos acima abordados.

- Aliança necessária com outras redes de produtores de forma a intercambiar informações de todas as etapas relativas ao Comércio Justo.

- Trabalhar sobre a questão da redução dos custos de certificação, como por exemplo:

1) reduzir as exigências de documentação para pequenos proprietários e comunitários;

2) promover credenciamento de certificadores em âmbito local;

3) ampliar a oferta comercial;

4) apoiar modelos de certificação que sejam mais baratos como, por exemplo, certificação de grupo;

5) formar auditores locais.

- Aliança necessária com o consumidor (grupo de compradores, associação de consumidores, rede de supermercados) para fechar o ciclo produtivo.

- Implementação de estruturas de distribuição coerente com os princípios do Comércio Justo.

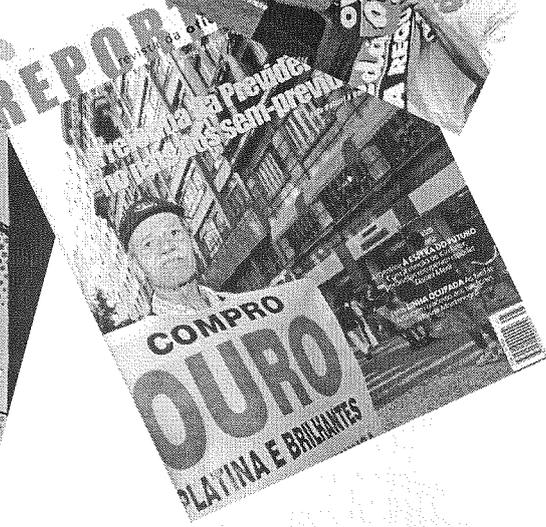
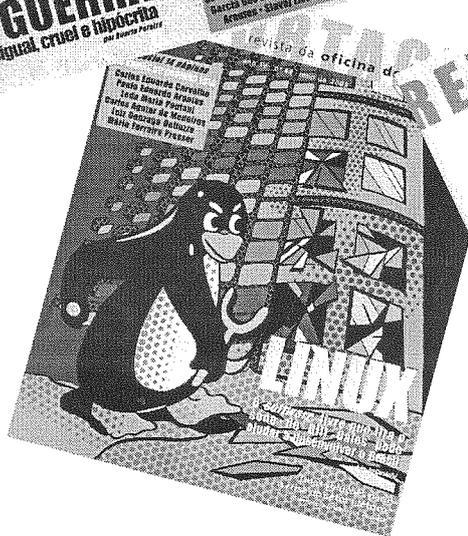
- Desenvolvimento do Comércio Justo em âmbito local, para em seguida alcançar níveis superiores: regional, nacional e internacional. Desta forma os produtores poderão atingir vários mercados, não ficando presos a um só canal de distribuição. Fazendo alianças em seus países e internacionalmente também.

- Sinergia entre o Comércio Justo e agricultura orgânica. Dois movimentos que se completam e contribuem para o desenvolvimento sustentável ecológico e socioeconômico.

- Finanças Solidárias que ajudem o Comércio Justo a obter meios de independência e desenvolvimento autônomo.

Como podemos perceber, pela agenda dos desafios acima, que nossos companheiros das redes internacionais também se preocupam com os rumos do movimento do Comércio Justo e esperamos que a máxima que inaugurou o início do movimento de comércio justo: "que os produtores pobres estão nos países do sul e os consumidores ricos nos países do norte" seja mais que uma mera constatação e passe a ser uma realidade a ser modificada. E acreditamos que o futuro do movimento pelo comércio justo está no fortalecimento, tanto nos países do norte como nos países do sul, de mercados nacionais, regionais e locais que garantam aos produtores e consumidores a justiça social e a qualidade global dos produtos. Os fatores de proximidade, subsidiariedade e de solidariedade permitiram regular melhor a produção e a distribuição, em função das necessidades das comunidades e dos seus territórios, e é nesse sentido que criar relações entre os produtores, comerciantes, consumidores, organismos de apoio e os poderes públicos com objetivos que extrapolam as questões de geração de renda, que acima de tudo reforcem projetos de desenvolvimento local integrado e sustentável nos parece chave para o Brasil.

Com certeza no Brasil, como em todos os países, sempre existirão produtos que podemos e deveremos exportar assim como importar, e para isso o Comércio Justo Norte-Sul continuará cumprindo um importante papel, porém para nós será uma parte desse novo sistema global de comércio justo que queremos ajudar a construir.



ASSINATURA BIANUAL POR 2 x R\$ 45,00

FAÇA SUA ASSINATURA PELO SITE

WWW.OFICINAINFORMA.COM.BR

OU PELO TELEFONE (11) 3814.9030

REPORTAGEM

revista da oficina de informações

A IMPRENSA QUE RESPEITA A INTELIGÊNCIA DO LEITOR

Economia Solidária e Autogestão

*Luigi Verardo**



*Técnico da Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogestionárias - ANTEAG

Economia solidária e autogestão constituem-se, antes de tudo, como projeto e ao mesmo tempo movimento social. Não se trata simplesmente de utopia porque, de uma forma ou de outra, já se realiza como alternativa não só econômica, mas também social e cultural. O caráter alternativo, do ponto de vista cultural, é marcante porque se desenvolve num mercado e numa sociedade essencialmente avessos à solidariedade entre os homens; e apesar disso tem sobrevivido.

Além disso, alternativa pressupõe, no mínimo, a existência de dois elementos básicos: negação do modelo existente e afirmação de uma perspectiva diferenciada. A solidariedade, por sua vez, subentende a existência de nexos que estabeleça cumplicidade ou coerência de uma coisa com a outra.

As reflexões aqui apresentadas são fruto da experiência que acumulamos na ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão. Com atividades iniciadas em 1991, nasceu do esforço de reunir e representar projetos de autogestão e economia solidária em nível nacional. Vem prestando assessoria e capacitando trabalhadores no sentido de garantir o desenvolvimento dos projetos de gestão coletiva e como negócios viáveis no mercado vigente.

Economia X solidariedade ou economia solidária?

No mundo em que vivemos, “economia” significa economia de mercado. Mercado significa viver da exploração voltada exclusivamente a obter cada vez mais lucro, baseando-se essencialmente na competição, concorrência e, conseqüentemente, na exclusão dos menos competitivos e perdedores. Assim, de certa forma, as palavras “economia” e “solidariedade” representam duas áreas antagônicas.

Por conseguinte, distinguir “solidariedade” de “economia” permite definir, demarcar a qualidade do relacionamento entre os próprios trabalhadores, da atitude deles para com o mercado (através do relacionamento com os clientes, fornecedores etc.). O primeiro espaço é o lugar das relações solidárias; o segundo, reservado ao comportamento agressivo da

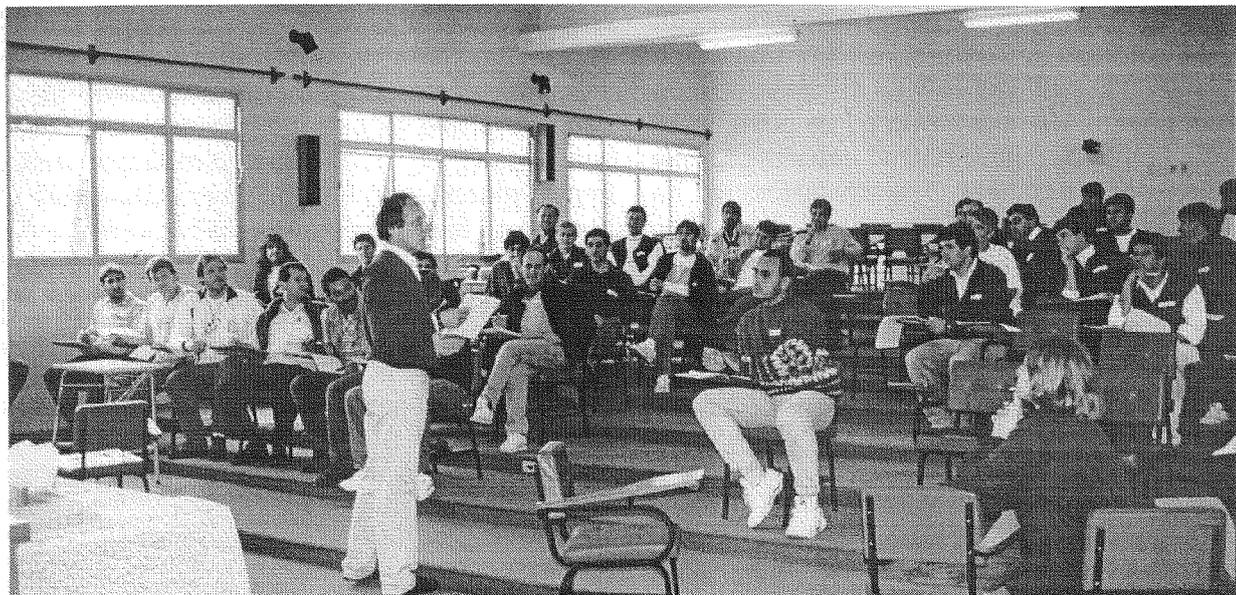
concorrência e competição. Distinguir quer dizer algo mais do que separar as partes: significa ter comportamento adequado para cada uma das esferas de atuação. Nisso reside nossa maior dificuldade: no relacionamento com o mercado tem-se que ser competitivo e duro; já no relacionamento com os parceiros ou companheiros, tem-se que ter um comportamento fraternal, não agressivo e tampouco duro e desumano.

O método de abordagem e de relacionamento determina profundamente o conteúdo do trabalho de construção e desenvolvimento da economia solidária. Ao contrário da concepção de que o resultado é o que interessa e não os meios utilizados, aqui os meios determinam (contaminam) necessariamente os fins. Isto é, quando trabalhamos no campo da economia solidária é imprescindível que sempre haja coerência entre o método e o conteúdo. Do contrário, poderemos estar promovendo, no mínimo, a dissociação (tão na moda hoje!) do gesto com a fala, do discurso com a prática. E, quando isso acontece, estaremos fazendo qualquer coisa, menos economia solidária.

A construção da autogestão e da economia solidária pressupõe necessariamente práticas solidárias. Isto é, quem tiver práticas de concorrência no nosso meio estará destruindo o trabalho proposto. Quando nos inscrevemos no campo do trabalho conjunto, participamos de um processo de constituição de uma frente social e política de atuação em que se estabelecem princípios e normas de conduta coletivos sob os quais todos devem acordar.

Estabelecer acordo e formalizar princípios visa justamente organizar o trabalho de construção, fazendo com que o conjunto seja maior que a soma de cada uma das partes envolvidas. Ao contrário disso, a informalidade, longe de ser uma virtude, cria ambiente muito propício à vaidade, à promoção pessoal e ao oportunismo. Aliás, a existência de um código pode garantir que nosso trabalho seja duradouro, prevenindo contra práticas fracionistas que tanto tem destruído nossa política de construção de alternativas populares, democráticas e socialistas.

No trabalho social e político é fundamental saber tratar das diferenças, de maneira que não



se promova a desigualdade, tanto no ordenamento hierárquico (para cima ou para baixo na escala social), quanto pelo privilégio ou pela exclusão. Vivemos imersos numa cultura de dominação em que “naturalmente” transformam-se características e diferenças em desigualdade e injustiça. Com a mesma “natural desenvoltura”, como num passe de mágica, nossos pensamentos e nossas práticas separam: os que estão do nosso lado dos que estão em trincheira oposta; os de dentro dos de fora, os bons contra os maus, simplesmente; amigos versus inimigos, como se o mundo e a vida tivessem apenas dois lados. Um bom exemplo disso é observar que quem criticava FHC era visto como petista. Quem é (ou foi) contra a guerra no Oriente Médio é (ou era) do lado de Saddam Hussein ou até da Al Qaeda. Não ouvimos Bush e companhia falarem como se quem não estivesse a favor da guerra estaria contra os Estados Unidos? No passado, no final da Idade Média, principalmente durante a Santa Inquisição, ou se estava com Deus ou com o Diabo, e daí a fogueira. É bom lembrar que no século passado houve uma reedição da Santa Inquisição através do Julgamento de Moscou: agora, ou revolucionário ou contra-revolucionário.

Diante das marcas pessoais, características regionais, diferenças étnicas e sexuais e formas próprias de pensar, separar, segregar e excluir são a maneira mais pobre de se viver e de se

relacionar. De fato, existem inimigos, pessoas e grupos perigosos e violentos. Contudo, entre uma coisa e outra existe a possibilidade de se estabelecer acordos, parcerias, colaborações, alianças, frente de trabalho comum etc.

Solidariedade para com os solidários

A economia solidária é avessa à realização de política compensatória. Isto quer dizer que trabalhamos pela autonomia e não pela dependência dos empreendimentos e, tampouco, promovemos a precarização (direta ou indiretamente) das condições de trabalho. Diferentemente da política do Terceiro Setor, ela não deve substituir o papel do Estado em seus compromissos e obrigações sociais. Dizer que lutamos contra exploração significa que combatemos toda e qualquer prática em que um empreendimento “solidário” explore outro empreendimento “solidário”, seja através da cadeia produtiva, seja através de rede. Além disso, também trabalhamos pela diminuição das diferenças de retiradas no interior dos empreendimentos. Em suma, lutamos pela demarcação conceitual da economia solidária como forma de resgatar essencialmente a dimensão humana do trabalho.

Na ANTEAG representamos empresas de autogestão e investimos para que se possa

demarcar diferença não apenas pela palavra, mas, principalmente, pela prática. Por conta disso, consideramos empresa de autogestão os empreendimentos econômicos cuja gestão é exercida democraticamente pelos trabalhadores, organizados sob a forma de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, sociedade anônima ou sociedade cooperativa que deve ainda preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Inacessibilidade das quotas-partes ou ações do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- Direito do trabalhador de votar e ser votado para qualquer cargo, inclusive de direção, tendo cada trabalhador direito a apenas um voto;
- Controle do poder de decisão e da gestão da empresa pelos trabalhadores, com participação direta e indireta nas decisões;
- Diferença entre a maior e a menor remuneração dos trabalhadores autogestionários não superior a 06 (seis) vezes. Havendo, excepcionalmente, necessidade de uma diferença maior do que seis vezes na remuneração, esta não pode atingir mais do que 3% do total de trabalhadores autogestionários, devendo esta situação ser aprovada em assembléia dos trabalhadores, especialmente convocada para essa finalidade, devendo a convocação ser realizada através de edital em local de notório acesso;
- Proibição de contratação de outros trabalhadores a não ser que o número da contratação seja igual ou inferior a 1% do efetivo dos considerados trabalhadores cooperados ou associados. Deve-se observar ainda que: 1) quando se tratar de contratação para ocupar funções diretivas nas empresas, o compromisso deve ser de curta duração – não superior a seis meses; 2) quando se tratar de contratação de mão-de-obra para atender a sazonalidade ou a período de curta duração em que se requer aumento temporário de produção, pode-se excepcionalmente contratar mais trabalhadores desde que por um período não superior a quatro meses; 3) durante este período o trabalhador é contratado segundo a legislação trabalhista em vigor (CLT).
- Existência de mecanismos democráticos de gestão e definição em assembléia de questões como política de remuneração, política disciplinar, política de recursos humanos,

formas de organização da produção e destino dos resultados e excedentes;

- Adoção dos princípios autogestionários, tais como, tomadas de decisão democráticas e coletivas, transparência administrativa, solidariedade e fraternidade entre os companheiros, valorização das pessoas e cidadania;
- Resgatar os conceito de “eficiência” e “qualidade”, mas não limitados apenas aos benefícios materiais. Afinal, queremos eficiência social e qualidade de vida;
- Desenvolvimento integral que busca sustentabilidade, justiça social e econômica, responsabilidade ambiental e democracia não apenas social, mas também econômica.

Construindo e consolidando a autogestão e a economia solidária

Acompanhamos há mais de dez anos a trajetória vivida por empresas de autogestão e vimos surgirem novas perspectivas e, principalmente, novos problemas para a constituição e desenvolvimento dos projetos. No começo era fundamental conhecer os elementos básicos (os alicerces) da autogestão, principalmente em suas dimensões econômicas, jurídicas, sociais e administrativas. Era questão de vida ou de morte promover a construção efetiva dos projetos e divulgar sua realização tanto para os trabalhadores diretamente envolvidos quanto para o convencimento dos demais e para a sociedade em geral. Com este fim realizamos os encontros nacionais e regulares dos empreendimentos e demos publicidade às realizações.

Agora, buscamos aprofundamento teórico e prático das questões relacionadas à autogestão e à economia solidária e ampliação da nossa área de atuação. Neste contexto, dentre outras coisas, criamos grupos de estudos de autogestão, ampliamos as atividades educativas e diversificamos nosso trabalho de atuação social e econômica como, por exemplo, através da constituição dos empreendimentos e de redes de economia solidária em convênio com poderes públicos. Isto é, se a ANTEAG esteve durante alguns anos voltada (quase exclusivamente) ao setor industrial, aspectos provenientes das demandas sociais e as parcerias com instituições públicas (estaduais e municipais) promoveram e têm propiciado ampliação do foco originário.

Porém, dentre as novidades, a de maior desafio e também a mais instigante, é a necessidade de se dar conta da dimensão cultural e das perspectivas políticas que se apresentam no processo de amadurecimento (e não apenas crescimento) pelo qual passa a ANTEAG. Hoje, o papel da representação e legitimidade, bem como, a necessidade de se combinar de forma coerente os aspectos teóricos com os práticos da autogestão são elementos cruciais. É nesse contexto que se insere a realização do **1º Congresso Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão** para consolidação e efetiva legitimação da ANTEAG como representativa dos trabalhadores e empresas de autogestão.

É bom lembrar que "autogestão" significa organização de uma forma de empreendimento coletivo em que se combinam a cooperação do conjunto dos trabalhadores nas atividades produtivas, serviços e administração, com o poder de decisão sobre questões relativas ao negócio e ao relacionamento social das pessoas diretamente envolvidas. Isto é, ao investir no desenvolvimento de tecnologias adequadas à autogestão, na promoção de novos produtos, na orientação técnica voltada à viabilidade dos empreendimentos, na ampliação das relações comerciais, na constituição de redes de negócio, investe-se, simultaneamente, no desenvolvimento individual e coletivo dos trabalhadores. Afinal, autogestão pressupõe a existência de autonomia. Isto é, as pessoas devem ter a capacidade e o poder de definir para elas mesmas as regras, o regulamento e as normas de relação e funcionamento.

Além de autonomia, autogestão também quer dizer autodeterminação. E, por conta disso, decorrente dos anos de atividades realizadas, empresas e trabalhadores dos empreendimentos incluídos nos projetos autogestionários vêm assumindo progressivamente a direção política da Associação Nacional dos Trabalhadores de Autogestão. É este o sentido do que queremos dizer quando afirmamos **que a construção da economia solidária e da autogestão pressupõem necessariamente práticas solidárias e promotoras de autonomia em suas organizações.**

A ANTEAG, enquanto Associação Nacional dos Trabalhadores, vem intensificando sua participação nas atividades relacionadas ao

movimento social da denominada economia solidária e, conseqüentemente, das articulações e parcerias nesta área de atuação. Hoje a autogestão começa a ter uma dimensão nacional para a qual somos chamados a contribuir social e politicamente. Além disso, quando se fala de representar e de possuir legitimidade pretende-se, antes de tudo, que as empresas devam assumir cada vez mais o papel, não apenas de garantir o seu negócio e organizar sua unidade produtiva, como também o de atuar na construção coletiva dos interesses e ideais relacionados com cada um dos empreendimentos.

Educação para autogestão

A constituição de projetos autogestionários significa tratar de propostas que são, antes de tudo, processos em construção de um modelo organizacional de empreendimento coletivo. Investir na realização de projetos autogestionários significa, primeiramente, elaborar alternativas, o que pressupõe um incessante trabalho crítico tanto no sentido de negar (na teoria e na prática) o que se quer **superar** (por exemplo, competição, individualismo e exploração), quanto no de **construir o novo** que se propõe (por exemplo, solidariedade, sociabilidade, integração, confiança e cooperação). O papel da educação é central tanto na implantação quanto no desenvolvimento das atividades autogestionárias. Normalmente somos educados para ser individualistas e competitivos, com a idéia de que com a concorrência, vence o melhor. Com a educação autogestionária temos a preocupação permanente de desfazer o sistema de valores já cristalizado na cabeça das pessoas e reconhecer a necessidade de estabelecer novas premissas.

O nosso projeto de autogestão caracteriza-se, antes de tudo, como um processo em construção no qual o trabalho e a relação entre as pessoas devem resgatar seu dimensionamento humano enquanto sujeitos que produzem e decidem. Não basta ser sócio, possuir quotas-partes de uma propriedade coletiva e participar apenas subscrevendo decisões periódicas. Quando se fala em gestão democrática pretende-se que os trabalhadores possam decidir sobre tudo o que acontece na empresa: metas de produção, política de investimentos e modernização, política de pessoal etc.

Realizar atividades educativas para a autogestão significa investir no trabalho de capacitar e formar o coletivo para que as decisões e o controle pertençam, de fato, aos próprios trabalhadores que integram a empresa. Isto quer dizer que se trabalha não apenas no nível das informações, mas, principalmente, na formação de novos valores sociais e culturais.

Assim, a economia solidária tem como objetivo criar, manter e ampliar as oportunidades de trabalho e de acesso à renda, através de empreendimentos autogestionários de forma coletiva e participativa, pelos próprios trabalhadores e produtores.

Só é possível construir esse processo baseado no incentivo ao desenvolvimento de atividades econômicas que proporcionem uma distribuição de renda justa que seja capaz de estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente.

Por fim, objetivando ampliar o espaço comercial, social e cultural dos empreendimentos autogestionários, propomos a integração e o desenvolvimento organizacional com a participação ativa de todos os trabalhadores e empresas de autogestão numa perspectiva solidária.

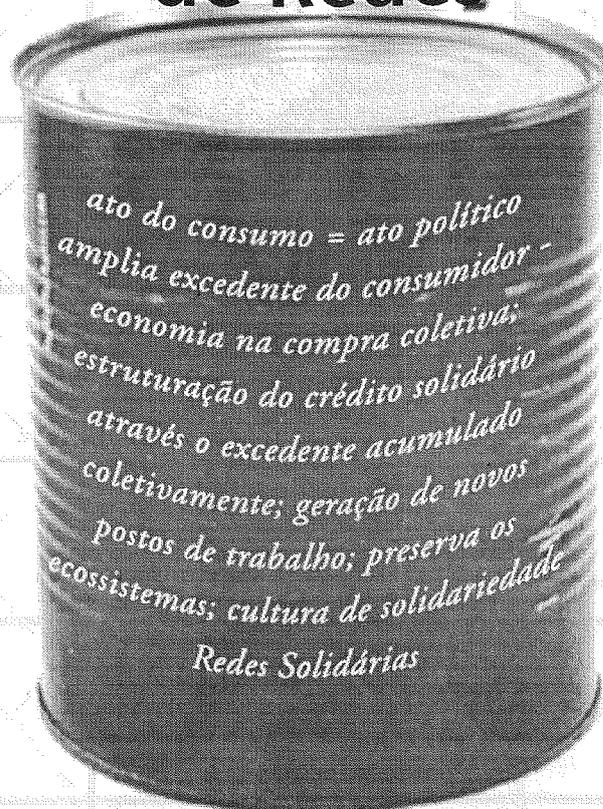
Empresas acompanhadas pela ANTEAG de 97 a 2003. Empresas por setor produtivo

SETOR	Nº DE EMPRESAS	Nº DE TRABALHADORES
Abatedouro	2	160
Agroindústria	48	6,652
Alimentação	14	652
Artesanato	2	153
Borracha	2	170
Cerâmica	3	565
Couro/Calçados	36	3,774
Metalúrgico	49	6,754
Mineração	5	665
Móveis	5	227
Plástico	9	571
Reciclagem	17	534
Serviços	34	13,578
Têxtil/Confecção	30	3,550
Transportes	2	2,050
Vidros e Cristais	4	270
TOTAL EMPRESAS	262	40,325
EMPRESAMENTOS POPULARES	164	5.740

Ano	Nº de Trabalhadores		Nº empresas no ano
	Acompanhados no ano		
1994	3.895		14
1995	5.175		23
1996	5.360		34
1997	5.802		21
1998	4.848		26
1999	5.162		38
2000	27.874		151
2001	32.055		211
2002	6.295		43
2003	4.831		29
Total de trabalhadores ao longo da história:			
	Nas empresas		42.528
	Total de Empresas		274
	Nos Empreendimentos Populares		5.740
	Total de Empreendimentos		164

O Consumo Solidário na Perspectiva da Estruturação de Redes

Jandir Pauli*



Produzido com exploração de mão-de-obra

* Professor de Filosofia e assessor do CAEPS – Centro de Apoio à Economia Popular Solidária.

A discussão sobre comércio justo e consumo solidário é bastante recente no Brasil. Há pouco passamos a interagir com temas como consumo crítico, comércio solidário, consumo ético, "fair trade" e outros. No entanto, esta idéia vem ganhando força rapidamente, seguindo uma tendência mundial iniciada sobretudo em países da Europa, a partir da percepção dos consumidores de que as transações comerciais entre os países resultam em desigualdades sociais. A conclusão subsequente é de que a prática de consumo de cada indivíduo contribui para este processo. Em consequência disto os consumidores passaram a procurar produtos solidários e, para isto, se organizaram em espaços para a aquisição destes produtos.

Por outro lado, o Brasil vem construindo diversas práticas de comércio justo e solidário, que se diferenciam de acordo com as características regionais, muito mais voltadas para suprir as necessidades de consumo das pessoas que vivem nestas regiões do que para a construção de relações comerciais internacionais. Neste artigo analisaremos uma experiência de organização de consumidores em uma Cooperativa de Consumo Crítico Solidário e Coletivo de Passo Fundo¹ retomando seu marco teórico, histórico de organização, suas dificuldades no processo organizativo e suas perspectivas de futuro.

A formação da cooperativa

A origem da Cooperativa de Consumo Crítico Solidário e Coletivo de Passo Fundo está ligada a três questões: a análise e perspectiva do sistema econômico vigente; a importância estratégica da organização do consumo e a criação de um espaço para o exercício da solidariedade.

A perspectiva do modelo econômico e a importância da organização do consumo²

Vivemos na chamada sociedade do consumo onde "a agenda econômico-consumista passou a definir em grande parte a vida das pessoas, impondo a perversa lógica

do 'eu consumo, logo existo', em que as próprias identidades individuais estão fortemente ligadas ao que se consome, à maneira de consumir, ao próprio ato de consumo. Ao ponto de chamar de excluídos os que não têm acesso pleno ao mercado de consumo. Como se o grau de acesso ao mercado pudesse definir se uma pessoa deveria ou não ser considerada parte da sociedade."³ Além disto, os bens de consumo disponíveis no mercado convencional carregam em si a própria exclusão porque são produzidos sob a égide da exploração e, como resultado deste modelo, vemos o aumento da exclusão social⁴ motivada por um modelo de consumo desumano e sem responsabilidade social, o que nos leva a concluir que nosso hábito de consumo tem uma influência estratégica e direta na viabilização da economia solidária ou na viabilização de um sistema de exploração. Tomemos um exemplo: se consumo um determinado refrigerante produzido com exploração de mão-de-obra e que agride o meio ambiente, no ato da compra eu gero um excedente – o lucro – que é apropriado pelo dono dos meios de produção, que por sua vez mantém esta forma de produção. Ao contrário, se consumo um suco de origem solidária, além de consumir um produto que faz bem à saúde, estou gerando um excedente que é apropriado por todo o grupo que o produziu e que é reinvestido na produção e na garantia do bem viver dos envolvidos.

Portanto, o ato do consumo, além de ser um ato econômico, é, também, político, porque

¹ Delimitação dos conceitos crítico, solidário e coletivo: crítica é a dimensão da opção pelo tipo de produto que será consumido pelo grupo, optando sempre pela aquisição de produtos oriundos de pequenos empreendimentos solidários, associações e cooperativas realmente representativas destes grupos. O termo solidário faz referência à relação estabelecida entre as pessoas que adquirem os produtos e com os produtores que fornecem. Já o termo coletivo explica o formato organizacional para a operação do consumo crítico e solidário, isto é, a opção de reunir as pessoas para fazer as compras de forma coletiva e cooperativada.

² Sobre importância estratégica da organização do consumo ver: MANCE, Euclides André. *A Revolução das Redes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 25.

³ FRANÇA, Cássio Luiz de. *Comércio Ético e Solidário*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ILDES., 2002.

⁴ Ver POSCHMANN, Márcio, AMORIN, Ricardo e SILVA, Ronnie. *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Editora Cortez, 2003. p. 140.

esta ação incide diretamente no escoamento da produção dos empreendimentos solidários; amplia o excedente do consumidor através da economia na compra coletiva mesmo garantindo um preço justo ao produtor; contribui na estruturação de crédito solidário através do excedente acumulado coletivamente; contribui na geração de novos postos de trabalho, uma vez que a produção de riquezas é distribuída; preserva os ecossistemas; contribui no exercício de uma cultura de solidariedade com novas

relações entre as pessoas; corrige fluxos de valores na medida em que evita comprar a matéria-prima e insumos de empresas exploradoras e com isto tem a capacidade de, numa perspectiva estratégica, remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas, contribuindo na estruturação de Redes Solidárias.

Conforme dados do IBGE 44,9% do consumo de produtos alimentícios no Brasil é feito através dos supermercados, 26,7 através de estabelecimentos especializados e 8,2 em mercados e "sacolões", enquanto apenas 5,9 é feito em espaços alternativos como feiras⁵. Por

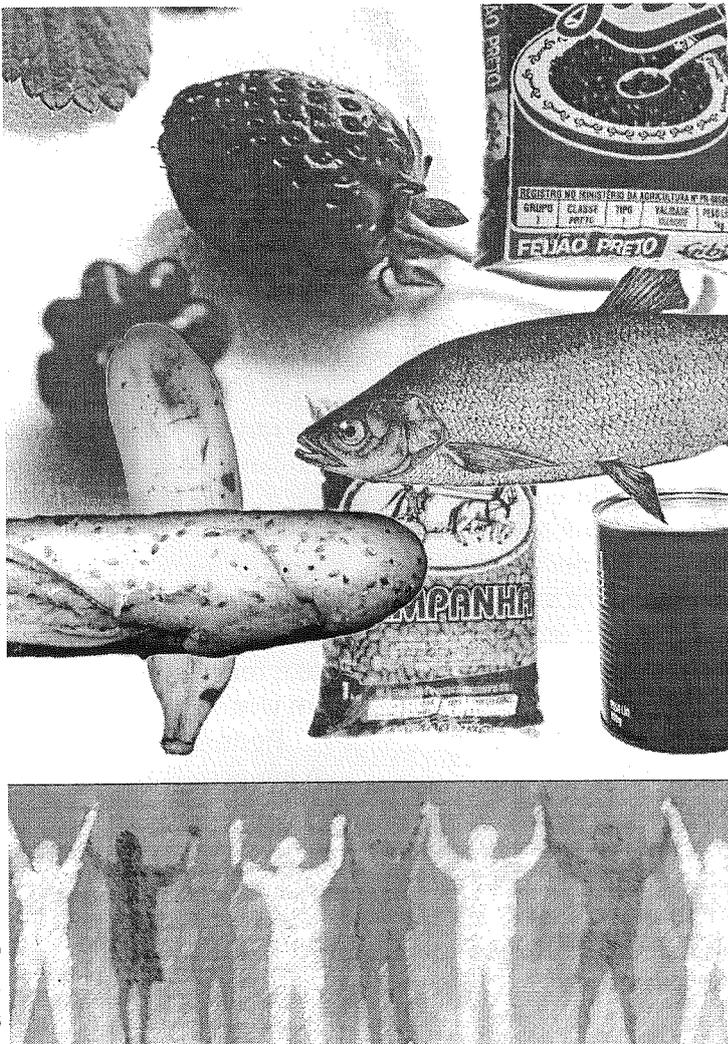
outro lado, percebemos que os produtos de procedência solidária não são encontrados nos mercados convencionais e isto demonstra a dificuldade de expansão da produção solidária, o que reforça a urgência em organizar espaços alternativos de consumo.

Com estas informações podemos compreender melhor a experiência de Passo Fundo, uma vez que na primeira compra do grupo constatamos que apenas 4% dos produtos adquiridos eram de procedência solidária, mesmo o grupo sendo, inicialmente, formado por pessoas ligadas a movimentos sociais de defesa dos direitos humanos e contra o sistema de exploração da economia capitalista. Passados dois anos, felizmente, 46% dos produtos da lista de compras têm

procedência solidária. E isto somente foi possível por que houve um esforço coletivo onde passamos por um processo de reeducação dos hábitos de consumo e uma aposta na organização coletiva para garantir o bem viver de todos. Hoje, gradativamente estamos melhorando nossa qualidade de vida, além de gerarmos um excedente coletivo que será usado no financiamento solidário de novos empreendimentos que, por sua vez, irão abastecer a cooperativa de compras coletivas.

Um elemento positivo que merece destaque neste processo foi que a re-educação dos

hábitos de consumo dos integrantes do grupo causou um impacto considerável também nos



5 Ver MALUF, Renato S. Consumo de Alimentos no Brasil: traços gerais e ações públicas locais de segurança alimentar. Disponível em <<http://www.polis.org.br/publicacoes/papers/20006.html>> Instituto Polis, nº 6, 2000. Acesso em 10/06/2003.

fornecedores do grupo que passaram a compreender a cooperativa não como um intermediário interessado em um produto diferenciado, mas um grupo que se articula em torno de uma proposta alternativa e que no ato do consumo incentiva o seu modo de produção.

O exercício da solidariedade

Do ponto de vista conceitual, podemos dizer que a Cooperativa de Consumo Crítico, Solidário e Coletivo nasceu da necessidade de organização de um espaço de exercício da solidariedade "que suplante o padrão individualista e consumista que grassa neste fim de siècle"⁶. E esta questão foi muito importante para o amadurecimento do grupo quanto aos seus objetivos e para enfrentar as dificuldades comuns em processos organizativos desta natureza.

A cooperativa começou a ser gestada ainda em 2000 e é fruto de um debate motivado pelo CAEPS – Centro de Apoio à Economia Popular Solidária⁷. O formato organizativo da cooperativa foi construído em uma oficina sobre consumo solidário em fevereiro de 2001. Nesta oficina o grupo definiu a metodologia da compra, confeccionou uma lista, mapeou fornecedores, discutiu um formato organizativo de tomada de decisões e avaliação, elegeu uma coordenação, definiu a forma de gestão das finanças e os objetivos do grupo. Em abril daquele ano fizemos a primeira compra com a participação de 32 famílias.

Objetivos da cooperativa

- Organizar o consumo crítico, solidário e coletivo, priorizando o consumo de produtos solidários, a partir dos princípios da economia solidária⁸;
- Comprar produtos em conjunto para adquirir produtos de melhor qualidade e menor preço;
- A partir do consumo organizar uma rede de produção, comercialização e consumo solidários. Podendo absorver uma grande parte do que é produzido pelas iniciativas solidárias;
- Oportunizar a circulação de produtos e serviços, integrando ao grupo iniciativas de prestação de serviços como informática, costura, reparos hidráulicos etc.
- Reeducar para o consumo, percebendo no consumo crítico, solidário e coletivo a possibilidade

de criarmos novas relações entre as pessoas que passam a absorver não somente produtos e serviços, mas incidem para a afirmação de uma cultura de responsabilidade e solidariedade;

- Incentivar a cooperação e o associativismo para a construção de novas relações econômicas, pois é desta forma que fortalecemos a democracia e a participação no processo produtivo, criamos novas relações de trabalho que considerem o trabalho humano com dignidade, promovendo a auto sustentabilidade do ecossistema.

Como funciona

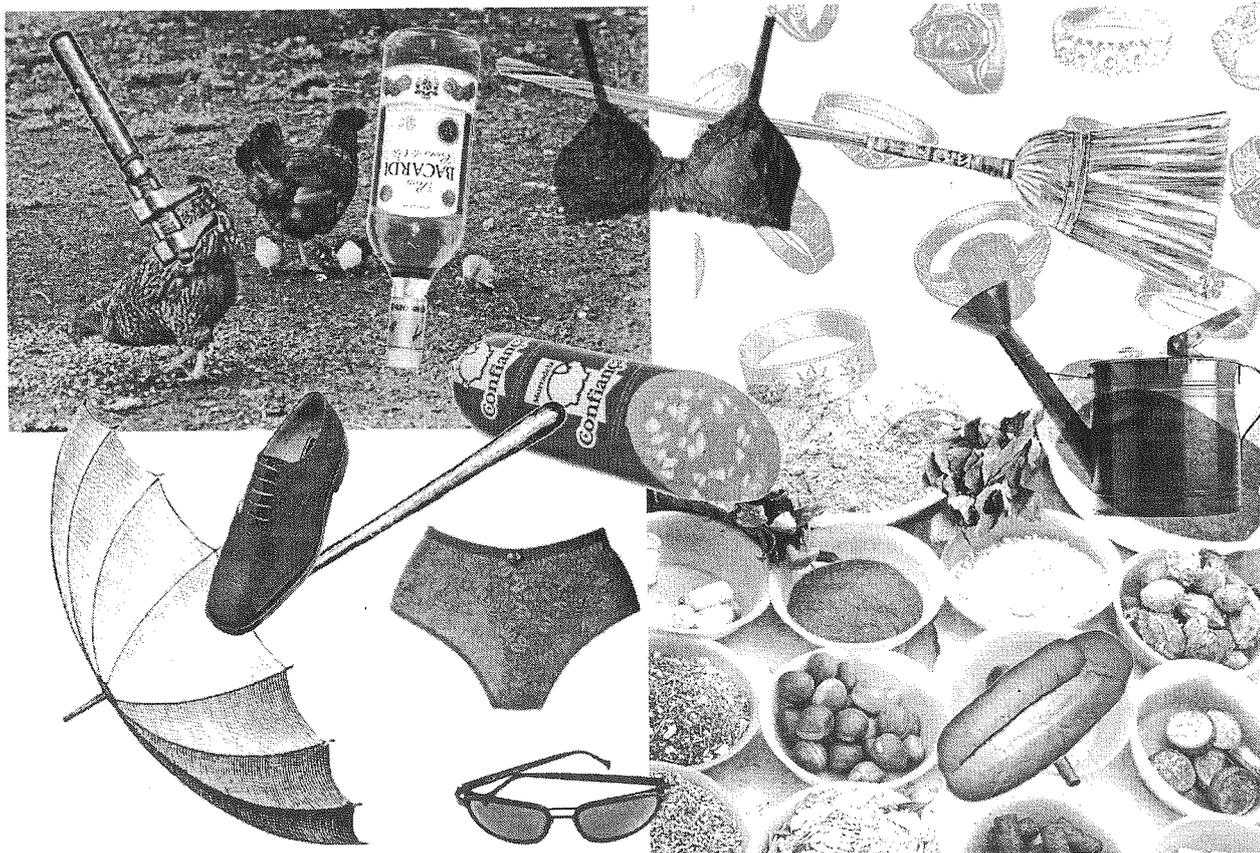
O formato metodológico-organizacional da cooperativa pode ser detalhado da seguinte forma:

- 1) As pessoas estão organizadas em grupos chamados de núcleos, que podem ser geográficos (bairros, locais de trabalho, escolas) ou temáticos (grupos que se encontram com alguma frequência);
- 2) Estes grupos escolhem um coordenador que será o animador do grupo para ampliar o número de associados e também o responsável pela distribuição e o recebimento das listas;
- 3) A pessoa recebe a lista onde consta a relação dos produtos e o prazo de entrega dos produtos e da devolução da lista de compras;

⁶ CARBONARI, Paulo César. **Economia Solidária: Possibilidades e Limites**. Disponível em <www.redesolidaria.com.br>. Acesso em 11/06/2003.

⁷ O CAEPS é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, sem fins lucrativos com a missão de contribuir na promoção e no desenvolvimento da economia popular solidária, buscando sua fundamentação teórico-metodológica, contribuindo na articulação e fortalecimento de iniciativas de economia popular solidária existentes e no fomento ao surgimento de novas iniciativas.

⁸ Podemos entender por economia solidária um sistema econômico-social que se constitui pelas múltiplas formas associativas e empreendimentos solidários, sustentados pelos "princípios e valores universais da solidariedade, da cooperação e da democracia como formas de vida e de convivência humana" (PAEZ, Luis Francisco Verano. **Economia Solidária, uma alternativa ao Neoliberalismo**. Santa Maria, RS, Sesma: 2001 p 57). E este *modus vivendi* se organiza balizado por alguns princípios como 1) A compreensão do trabalho como meio de produção de riqueza, o que significa uma supremacia do trabalho sobre o capital, impedindo a exploração dos trabalhadores; 2) O trabalho associado como base fundamental da organização do trabalho; 3) A propriedade social e coletiva dos meios de produção; 4) A autogestão como forma de participação dos trabalhadores no planejamento; 5) Apropriação coletiva do excedente produzido; 6) A integração entre os empreendimentos solidários na perspectiva da organização de redes; criando relações de cooperação; 7) Reinvestimento do excedente na produção coletiva ou na promoção do bem viver; 8) Preservação dos ecossistemas e do meio ambiente na cadeia produtiva, isto é, desde a produção ao consumo.



4) O grupo/coordenação faz as compras, negociando valores e buscando fornecedores solidários;

5) Depois é feito um cálculo com a seguinte fórmula: a partir do preço pago pelo produto, faz-se uma pesquisa de mercado em três estabelecimentos diferentes, a diferença entre o preço pago pelo produto e o preço médio é dividida por dois, sendo que uma parte (50%) fica para o coletivo e a outra metade fica com quem compra;

6) Na semana seguinte é feito um encontro de avaliação da compra quando é apresentada a prestação de contas mensal e abre-se uma discussão sobre as estratégias de ampliação.

As dificuldades e entraves

A estruturação de uma iniciativa alternativa dentro de um modelo de exclusão é bastante complexa, seja pelos empecilhos legais e jurídicos, seja pela necessária “desconstrução cultural” de valores capitalistas que são assimilados pelos indivíduos em maior ou menor intensidade. O primeiro problema enfrentado pelo grupo de Passo Fundo foi o

pouco acúmulo metodológico em organização desta natureza. É claro que cada iniciativa tem suas diferenças peculiares de acordo com as características regionais. No entanto, vivenciar na prática uma relação de comércio justo com produtores solidários e adotar um formato organizacional “que permita a democracia interna – que é o agente de transformação – sem que isto se torne um gargalo para a eficiência necessária para enfrentar o mercado.”⁹, a transparência administrativa e a determinação coletiva dos fins da cooperativa são questões perplexas no momento da tomada de decisão de organizar uma iniciativa de comércio justo.

Além disto, a dificuldade de infra-estrutura e logística como ter um espaço fixo para depósito dos produtos, um sistema de transporte para distribuição, e a dependência de atravessadores de produtos convencionais - o que diminui a margem do excedente sobre produtos que ainda não são produzidos de

⁹ VEIGA, Sandra Mayrink e FONSECA, Isaquie. *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro: DP&A:Fase, 2001. p. 39.

forma solidária – foi outro problema enfrentado pelo grupo. Concomitante a isto, a dificuldade de informações sobre os empreendimentos solidários e a carência de um sistema de transporte solidário limitou o acesso a estes produtos diferenciados.

Outro problema enfrentado pelo grupo foi o pouco apoio do poder público local que ainda não se convenceu da importância estratégica de apoiar iniciativas de comércio justo para o desenvolvimento local. Junto com isto, a falta de democracia e a insuficiência de canais de diálogo com o Estado impedem a estruturação de políticas públicas para a economia solidária.

Por último, o grupo enfrenta a dificuldade de disseminação da experiência dada a sua novidade. Embora não pareça, o hábito do consumo é uma questão bastante arraigada no cotidiano das pessoas e, muitas vezes, a opção em consumir de forma solidária implica na reorganização das famílias para a aquisição destes produtos. Além disto, produzir o debate do consumo de produtos solidários é uma tarefa árdua pelos poucos instrumentos de comunicação de massa alternativos que dispomos, diante de uma mídia que incute marcas e produtos nas pessoas.

Existem ainda um conjunto de entraves eventuais que são comuns na estruturação destes tipos de iniciativas, mas que são perfeitamente superáveis se houver um processo rico de participação e envolvimento coletivo como:

- Ampliar a relação com fornecedores, adquirindo os produtos diretamente das fábricas. Atualmente, mais de 70% do volume de compras é gasto em atacados de produtos convencionais;

- Elaborar o ponto de equilíbrio e de viabilidade da cooperativa, isto é, análise detalhada da necessidade de receita (volume de compras) para o custeio de despesas estruturais (infra-estrutura física e recursos humanos);

- Avançar no debate em torno da circulação de serviços no grupo, agregando iniciativas de prestação de serviços e outros produtos;

- Avançar no aprimoramento do espaço físico para armazenamento dos produtos e organização da infra-estrutura;

**O OUTRO GRANDE DESAFIO É A
CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA A ECONOMIA
SOLIDÁRIA NA PERSPECTIVA
DA UNIVERSALIDADE
QUE ENXERGUEM NA
ORGANIZAÇÃO DO CONSUMO
SOLIDÁRIO A POSSIBILIDADE
DA CONSTRUÇÃO DE REDES QUE
INTEGREM EMPREENDIMENTOS QUE NÃO
EXPLORAM O TRABALHO; PRESERVAM
O EQUILÍBRIO DOS ECOSISTEMAS;
REINVESTEM O EXCEDENTE
NA PRÓPRIA REDE; E VÊM NA
AUTOGESTÃO A PERSPECTIVA
DA CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA,
O QUE NÃO SOMENTE DINAMIZA
A ECONOMIA SOLIDÁRIA, MAS
IMPLICANO AGENCIAMENTO
DO ESTADO NA AFIRMAÇÃO
DE UMA NOVA ECONOMIA
BASEADA NA SOLIDARIEDADE
E NA COOPERAÇÃO**

- Garantir os produtos solidários a um preço mais acessível para diminuição dos gastos da compra mensal dos cooperados, garantindo o acesso às pessoas de baixa renda;

- Melhorar o sistema de distribuição dos ranchos garantindo eficiência e comodidade aos cooperados;

- Envolver mais todos os integrantes do grupo na organização do consumo e na gestão da cooperativa;

- Construir uma política para reinvestimento do excedente que contemple: 1) Reinvestimento no próprio grupo usando os recursos financeiros disponíveis para contratação de recursos humanos; 2) Usar o excedente como capital de giro, investindo em estoque de produtos, garantindo o preço no mês seguinte; ou 3) Financiar um empreendimento de produção de acordo com estudo de viabilidade para gerar produtos, inclusive, para o grupo de consumo crítico, solidário e coletivo;

- Avançar para o estabelecimento de uma lista de produtos 100% solidária;

- Definir uma estratégia de ampliação e nucleação, identificando os coordenadores de núcleos, definindo responsabilidades;



• O grupo precisa definir uma estratégia de formação e informação para que cada um dos membros se sinta em condições de participar ativamente no planejamento da cooperativa, bem como dos debates públicos e da ampliação do grupo.

Como superaram os problemas

Como afirmamos anteriormente, todos os problemas e entraves podem ser superados se houver envolvimento efetivo e responsável de todos os integrantes da cooperativa. Talvez a maior aposta deva ser na formação para o associativismo e no debate da escolha de um modelo adequado e democrático de gestão. A formação é elemento básico e indispensável e, por isso, o grupo realiza encontros periódicos de avaliação e prestação de contas e de debate sobre a metodologia e organização da cooperativa.

Outro elemento que merece destaque é a aposta na parceria com entidades e uma participação política efetiva em lutas e processos organizativos sociais como associações de moradores, movimentos de igrejas, Fórum Regional de Economia Popular Solidária, Rede Ecológica de Certificação Participativa, Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, ONGs, Sindicatos, Cooperativas, Rede Selo Sabor

Gaúcho, Agroindústrias, empreendimentos urbanos etc. Esta participação cria uma rede de sustentação política e legitimidade da proposta de organização do consumo. Este envolvimento é importante porque não somente a economia solidária e a organização do consumo vai fazendo parte do cotidiano destes grupos sociais, mas a própria economia solidária vai enriquecendo sua compreensão na medida em que estabelece uma interface com estes movimentos.

A visão de futuro

A grande contribuição da organização do consumo de forma crítica, solidária e coletiva para a economia solidária é a remontagem da cadeia produtiva e a perspectiva da conexão dos empreendimentos de produção, prestação de serviços e consumo em uma Rede Solidária que, conforme Euclides Mance, tem como objetivos básicos *“atender as demandas de consumo dos membros das redes, produzindo e comercializando bens e serviços com qualidade técnica, social e ecológica; produzir nas redes tudo o que seus membros ainda necessitem consumir do mercado capitalista: produtos finais, insumos, serviços etc; corrigir fluxos de valores, evitando realimentar a produção capitalista, o que ocorre quando empreendimentos solidários compram*

bens e serviços de empresas capitalistas; gerar novos postos de trabalho e distribuir renda, com a criação de novos empreendimentos econômicos para satisfazer as demandas das próprias redes; remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas, visando garantir as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.”¹⁰.

O outro grande desafio é a construção de políticas públicas para a economia solidária na perspectiva da universalidade que enxerguem na organização do consumo solidário a perspectiva da construção de Redes que integrem empreendimentos que não exploram o trabalho; preservam o equilíbrio dos ecossistemas; reinvestem o excedente na própria rede; e vêm na autogestão a perspectiva da construção de cidadania, o que não somente dinamiza a economia solidária, mas implica no agenciamento do Estado na afirmação de uma nova economia baseada na solidariedade e na cooperação.

Relação com o poder público

Nenhum sistema econômico se torna hegemônico sem a intervenção e participação efetiva do Estado. E cabe à sociedade civil direcionar seus esforços na perspectiva da proposição de políticas públicas, bem como mobilizar-se para que estas sejam efetivadas e que potencializem a articulação em espaços autônomos de fortalecimento e de acúmulo de poder.

Como já afirmamos anteriormente, a relação com o poder público, principalmente na esfera local, não tem sido exitosa, até porque a compreensão do governo municipal é de que o desenvolvimento local passa pela atração de grandes empresas (inclusive hipermercados), esperando que estas distribuam a renda a partir da criação de empregos. Esta compreensão acaba estabelecendo um certo conflito com a proposta de organização do consumo solidário. Tivemos uma pequena experiência, com uma duração de quatro meses em 2001, com o Governo Estadual (Programa de Economia Popular Solidária) que deu um suporte na organização do grupo e na ampliação de consumidores. A expectativa era de que esta experiência inicial pudesse contribuir na

efetivação de uma política pública estadual, uma vez que movimentos semelhantes estavam acontecendo em outras regiões do Estado. No entanto, até o presente momento o incentivo à estruturação de cooperativas de consumo não tem o alcance de uma política pública.

É certo de que devemos ter a capacidade de pressionar o Estado e propor políticas de incentivo à economia solidária. No entanto, qualquer proposição de política pública, venha ela de espaços governamentais ou da sociedade civil, terá que atentar para que esta dialogue com as questões políticas, sociais e culturais que caracterizam o público-alvo dos futuros programas. Caso contrário, a política pública correrá o risco de desestruturar o acúmulo histórico dos sujeitos beneficiados por estas políticas, ao invés de contribuir para sua afirmação social e econômica.

Passados dois anos, a cooperativa ainda não acumula grandes números de impacto social e econômico, mas tem a certeza de que, conforme Sandra Mayrink Veiga, *“utiliza o poder de articulação coletiva dos indivíduos a partir de suas trajetórias mais ou menos compartilhadas; parte de um referencial teórico e prático longamente acumulado na história das classes trabalhadoras; reconhece que a força está na participação e na comunicação; necessita estar integrada ao território e às redes de informação; usa de pressão coletiva para organizar apoio político e para barganhar no mercado; e tem a capacidade de articular potenciais humanos e sociais como uma componente estratégica de transformação e de realização de seus objetivos.”*¹¹

Além disto, temos a compreensão de que a expansão da cooperativa significa, também, uma importante contribuição na efetivação de uma cultura de solidariedade onde o comércio justo e solidário é protagonista de novas relações entre consumidores e produtores e contribui na afirmação de sujeitos históricos.

¹⁰ MANCE, Euclides André. *A Revolução das Redes: como se constrói um “sistema solidário” e participativo*. Disponível em <www.milenio.com.br/mance/construir.htm>. Acesso em 10/06/2003.

¹¹ VEIGA, Sandra Mayrink e FONSECA, Isaque. *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro: DP&A:Fase, 2001. p. 18.

Proposta

Os rumos do desenvolvimento

No período histórico brasileiro que vai de Juscelino Kubitschek à ditadura dos militares, o país foi inserido na economia internacional. Menos pela riqueza que gerou e, menos ainda, pela distribuição de renda que não propiciou, do que pela adoção generalizada de um padrão de produção e consumo próprio dos países capitalistas. Aqui os ricos e remediados adotaram este modelo de fato, enquanto que os pobres foram pegos pelo desejo induzido pelos meios de comunicação que acenderam o seu imaginário.

Esqueceu-se que esse "desenvolvimento" incrementou a pilhagem secular dos recursos naturais do país, fez de boa parte do território uma imensa lixeira e formou uma moderna classe trabalhadora deixando nas suas margens um enorme exército de excluídos.

É neste momento em que esperamos ansiosos que o Brasil saia das areias movediças da estabilidade macroeconômica, quando a sociedade está sendo chamada como nunca a participar, em que vão se realizar as Conferências Nacionais da Cidade, do Meio Ambiente e da Segurança Alimentar que mais uma vez colocamos a discussão sobre os rumos do desenvolvimento na pauta de **Proposta**.

Que território queremos? Um território do grande capital, na cidade e no campo, livre para crescer a qualquer custo e nas suas margens os excluídos e os invisíveis? Uma política energética que não leva em consideração os impactos ambientais e sociais ou uma energia que se oriente decididamente para o renovável, para uma sociedade sustentável? Uma monocultura que acaba com o que sobrou da nossa biodiversidade, das nossas florestas e cerrados ou uma Reforma Agrária e uma agricultura familiar agroecológicas que descongestionem as cidades, fornecendo alimentação de qualidade e cuidando em nosso nome da natureza e do interior do país? Vamos continuar com as nossas cidades partidas e mesmo esquartejadas ou fazer chegar os serviços, o saneamento, habitações dignas e, com eles, trabalho às "periferias" dos bairros e das cidades?

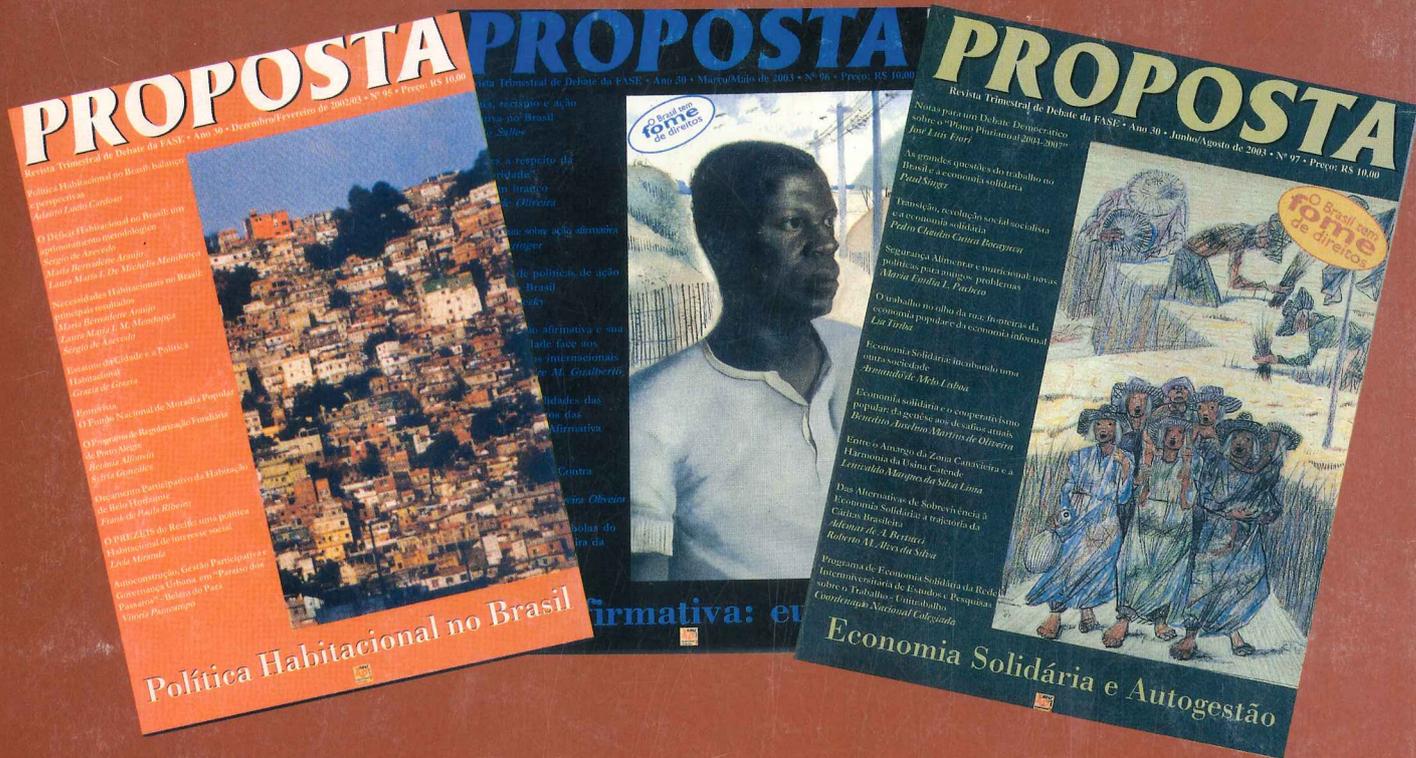
Ao refletir sobre nosso desenvolvimento, afirmamos que a defesa dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais se faz agora direito humano ao meio ambiente e a um desenvolvimento sustentável. Esse termo estava presente em múltiplos eventos do Fórum Social Mundial. O crescimento proposto oficialmente é pobre e atrasado frente à inventividade dos movimentos e organizações da sociedade.

Esperamos que o próximo número de **Proposta**, através dos diversos artigos de seus colaboradores, contribua para esse "outro mundo possível".

ONDE ADQUIRIR:

FASE: Rua das Palmeiras, 90 • Botafogo • CEP 22270-070 • Rio de Janeiro • RJ
Tel: (021) 2286-1441 • Fax: (021) 2286-1209

PRÓXIMO NÚMERO



Em **PROPOSTA**, você vai encontrar artigos que trazem diferentes perspectivas, a análise mais apurada sobre a realidade brasileira e o retrato extraído diretamente da experiência dos movimentos populares. Você vai ler e refletir em profundidade sobre um Brasil que discute, luta, se organiza e encontra soluções alternativas, em inúmeras experiências em diferentes regiões e cidades do país, para a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável.

Valor da Assinatura Anual

- R\$ 32,00 (trinta e dois reais).

Como Fazer sua Assinatura de PROPOSTA

- Depósito bancário à FASE no Banco Bradesco, conta 95475-6, agência 227-5 Botafogo. Envie o comprovante de depósito com seu nome e endereço para o fax (021) 2286-1209.
- Através do site www.fase.org.br
- Cheque nominal à FASE no valor de R\$ 32,00. Envie juntamente com seus dados, para o endereço: Rua das Palmeiras, 90 Cep - 22270-070, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ
Em breve você receberá a Revista em sua casa pelo correio.
Para maiores informações: (021) 2286-1441 ou sbrandao@fase.org.br.